



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CRISTINA MARIA TEREZA SARAIVA FERNANDES**

**EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA  
DA FIXAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**

Manaus  
2015

**CRISTINA MARIA TEREZA SARAIVA FERNANDES**

**EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DA  
FIXAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NO  
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Arminda Raquel Botelho Mourão.

Manaus  
2015

**CRISTINA MARIA TEREZA SARAIVA FERNANDES**

**EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DA  
FIXAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NO  
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Arminda Raquel Botelho Mourão.

Aprovada em: Manaus, 27 de abril de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Arminda Raquel Botelho Mourão - Presidente  
Universidade Federal do Amazonas/Faced - Ufam

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro - Membro  
Universidade Federal do Amazonas/Faced - Ufam

---

Prof. Dr. Agno Nonato Serrão Acioli - Membro  
Universidade Federal do Amazonas/INC/Ufam

Manaus – AM  
2015

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F363e Fernandes, Cristina Maria Tereza Saraiva  
Educação na Amazônia brasileira: a fixação da Universidade Federal do Amazonas no Município de Benjamin Constant / Cristina Maria Tereza Saraiva Fernandes. 2015  
97 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Profª Drª Arminda Rachel Botelho Mourão  
Dissertação (Mestrado em Educação - Educação e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Benjamin Constant. 2. Educação superior. 3. Desenvolvimento regional. 4. Instituto de Natureza e Cultura. I. Mourão, Profª Drª Arminda Rachel Botelho II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## Instituto de Natureza e Cultura – INC/Ufam



Fonte: <http://www.portalbrw.com/2013/NOTICIAS/Ufam-abre-inscricoes-para-cursos-em-BC-AM.html>

*O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças.*

*Salmos 28:7*

*A mamãe "Querida" D. Maria do Nascimento Saraiva (in memoriam) e a minha amada tia "Dica" D. Raimunda do Nascimento Costa (in memoriam) pelo exemplo de amor e companheirismo e principalmente a minha avó D. Mariana Monteiro do Nascimento (in memoriam), que fugindo da seca no Nordeste, tornou-se balateira nos rincões do Javari de 1909 a 1929.*

## AGRADECIMENTOS

*O caminho do conhecimento é extraordinário, uma jornada infinita e em cuja companhia são imprescindíveis os bons relacionamentos, a renúncia, a disciplina, a motivação. Assim, a realização desta dissertação só foi possível graças a colaboração e o carinho de muitas pessoas. Expresso minha gratidão a todas com especial atenção:*

*À professora Doutora Arminda Raquel Botelho Mourão por acreditar na viabilidade de realização do trabalho tomando para si a responsabilidade de orientação e paciência dispensada nos primeiros momentos tão difíceis e no desenvolvimento deste, por sua valorosa ajuda expressa pela fala, atitudes e personalidade de quem ama o que faz: Educar.*

*Aos professores e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas em especial à Ana Grijó dos Santos e Francisco Rogério de Carvalho;*

*Ao professor Doutor Nelson Noronha e Professora Doutora Selma Suely Baçal de Oliveira Professora Doutora Graça Sá Pinheiro Peixoto e Profa. Doutora Valéria Augusta Weigel, pelo incentivo em realizar este trabalho.*

*Aos colegas do Colegiado de Administração do Instituto de Natureza e Cultura - INC e à Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade de realizar este propósito.*

*Aos amigos do doutorado e mestrado: Sílvia Cristina, Arone, Simone, Deuzelene, Janilce; do mestrado: Debora, Adriana, Rizioleia, Aliuandra, Ione, Cristina Pimenta, Ray Saboia que pelo convívio diário nos tornamos parceiros nos ajudando a superar os desafios do cumprimento dos prazos, do entendimento dos textos e das dicas de pesquisas, de reflexão, de estudo, descontração, momentos inesquecíveis...*

*À grande amiga e colaboradora, à qual devo toda gratidão pela realização deste trabalho, enfermeira Dolores, uma das pioneiras da presença da Ufam em Benjamin Constant, e ao professor Eduardo de Castro Gomes, do Centro de Educação a Distância, que prestigiou com seu conhecimento no enriquecimento deste.*

*À minha preciosa família papai Hélio Saraiva, irmãs Jussara e Mônica, irmão Franklin; sobrinhos e sobrinhas; cunhados e cunhada. Aos meus amores eternos filhas Déborah Soraya Fernandes Pereira e Christianne Saraiva Fernandes, meu genro Jean Carlos Costa Pereira, por compreenderem minha ausência necessária momentaneamente.*

*Àquela pessoa que há 15 anos integrou-se a nossa família dedicando-se com zelo e carinho aos cuidados do nosso lar, nossa família na minha ausência, todo meu apreço e gratidão a Alcinei Neves Barreto.*

*Os próprios homens organizam para se manterem vivos. Assim, os homens travam determinados tipos de relações sociais de produção que desempenham um duplo papel transformador: humanizar a natureza e os próprios homens a um só tempo.*

(MARX E GRAMSCI, 1999 apud FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p.1)

## RESUMO

O trabalho versa sobre a fixação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM no Município de Benjamin Constant (AM) para o desenvolvimento regional. O objetivo geral foi analisar o projeto de expansão da Universidade Federal do Amazonas no Município de Benjamin Constant, e como objetivos específicos: contextualizar o Município de Benjamin Constant no cenário amazônico; verificar como o projeto de expansão, política de interiorização do ensino de graduação foi implantado no Município de Benjamin Constant, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; verificar as ações da Universidade Federal do Amazonas no Município de Benjamin Constant. A partir de pesquisas bibliográfica e documental disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), Instituto de Natureza e Cultura (INC), Pró-Reitora de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e outras fontes de dados secundários, foi possível o acesso para subsidiarem os resultados, embora parciais, sobre a temática. Para elucidação de algumas dúvidas e alcance dos objetivos, o trabalho também procurou analisar as políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais que promoveram a Reforma do Estado na qual está inserida a Reforma das Políticas para Educação Superior implantadas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), nas quais esboça o projeto REUNI naquele município. Concluiu-se o trabalho afirmando que a fixação da Universidade Federal do Amazonas contribui para o **desenvolvimento** econômico no Município, embasado nos indicadores econômicos sociais que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, embora presente de forma bastante discreta o aumento do Produto Interno Bruto – PIB, em relação ao Estado do Amazonas, sinalizando o **crescimento** econômico.

**Palavras-Chaves:** Benjamin Constant (AM). Educação Superior. Desenvolvimento Regional.

## **ABSTRACT**

The work deals with the importance of setting the Federal University of Amazonas - UFAM in Benjamin Constant (AM) for regional development. The general objective was to analyze the expansion project of the Federal University of Amazonas in Benjamin Constant, and the following objectives: to contextualize Benjamin Constant in the Amazon scenario; see how the expansion project, internalization policy of undergraduate education was implemented in Benjamin Constant, through the Program of Support for the Restructuring and Expansion of Federal Universities -REUNI check the actions of the Federal University of Amazonas in Benjamin Constant. From references and documentary research provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the State Secretariat for Economic Planning and Development (SEPLAN), Institute for Nature and Culture (INC), Pro-Rector of Extension and Internalization of the Federal University Amazon (UFAM) and other sources of secondary data, it was possible access to subsidize the results, although partial, on the theme. To elucidate some doubts and achievement of objectives, the work also sought to examine the neoliberal policies imposed by international organizations that promoted the Reform of the State in which it operates the Reform of Policies for Higher Education implemented from the government of Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), and Luis Inacio Lula da Silva (2003-2010) in which the outlines REUNI project in that county. It was concluded the work stating that the establishment of the Federal University of Amazonas contributes to economic development in the city, based on social economic indicators that make up the Human Development Index - HDI, although it has quite discreetly increased Gross Domestic Product - PIB from the state of Amazonas, which signals economic growth.

**Key Words:** Benjamin Constant (AM). Higher education. Regional development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa dos Municípios do Estado do Amazonas.....	28
Figura 2 - Benjamin Constant área central da cidade. Vista parcial.....	32
Figura 3 -Transporte utilizado pelas comunidades, inclusive da Ilha de Islândia/Peru.....	33
Figura 4 - Alternativa de deslocamento de ribeirinhos e comunidades indígenas.....	33
Figura 5 - Característica dos terrenos naturais em Benjamin Constant, área rural, 2012.....	34
Figura 6 - Característica dos terrenos transformaados em Benjamin Constant, área rural 2012.....	34
Figura 7 - Mapa do Projeto da construção da BR 230 – Transamazônica.....	52
Figura 8 - Sede das instalações iniciais da Ufam/INC.....	81
Figura 9 - Proposta do Reuni para ampliação da estrutura predial do INC.....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo de Crescimento dos Municípios da Região do Alto Solimões através do desenvolvimento econômico com base no IDH 2000 – 2010.....	47
Tabela 2- Demonstrativo de Crescimento dos Municípios do Estado do Amazonas através do desenvolvimento econômico com base no IDH 2000 – 2010.....	53-54
Tabela 3- Alternativa avaliada para a implantação do Projeto MEC/UFAM/INC.....	86
Tabela 4- Situação atual de Recursos Humanos no INC/Ufam.....	94
Tabela 5- Alunos Egressos do INC/Ufam.....	98

## LISTA DE SIGLAS

**AI** – Anistia Internacional

**ATCON** – Rudolf Atcon e Meira Mattos

**BASA** – Banco da Amazônia S/A

**BC – Benjamin Constant** – Município do Estado do Amazonas

**BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**BM** – Banco Mundial

**BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**BRICS** – Agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

**CADM** – Relatório da Coordenação Administrativa do INC

**CAPES** – A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**COSAMA** – Companhia de saneamento básico do Amazonas

**CONSUNI** – Conselho Superior Universitário

**CRUTAC** – Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias

**CW** – Consenso de Washington

**EBC** – Empresa Brasileira de Correios

**EUA** – Estados Unidos da América

**ENADE** – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde

**GTRU** – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

**IDEP** – Instituto de Desenvolvimento do Ensino Básico

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IFES** – Instituição Federal de Ensino Superior

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**INC** – Instituto de Natureza e Cultura

**INCRA** – Instituto Nacional de Reforma Agrária

**INPA** – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Nacional

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**kWh** – Unidade de Medida da energia elétrica

**LDB** – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LULA** – Luis Inácio Lula da Silva

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PDE** – Plano de Desenvolvimento para Educação

**PDF** – Plano de Desenvolvimento Físico

**PDI** – Plano Diretor Institucional

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIBIC** – *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica*

**PIBID** – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

**PIBEX** – Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária

**PMBC** – Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNUD** – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPA** – Plano Plurianual 2010-2013 e 2014-2017

**PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação

**PTDRS** – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Mesorregião Alto Solimões

**RADAM** – Projeto Radar na Amazônia.

**REUNI** – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEPLAN** – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**SIDERAMA** – Companhia de Siderurgia da Amazônia

**SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus

**TELEBRAS** – Telecomunicações Brasileiras S/A

**UA** – Universidade do Amazonas

**UE** – União Europeia

**UEA** – Universidade Estadual do Amazonas

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFPa** – Universidade Federal do Pará

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USAID** – (United States Agency for International Development), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>CAPÍTULO I</b>	23
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM</b> .....	23
1.1. Acumulação Capitalista e a criação do Espaço.....	23
1.2 Os desafios da expansão da Universidade Federal do Amazonas: questões preliminares.....	25
1.3 Aspectos históricos.....	29
1.4 Aspectos de infraestrutura .....	31
1.5 Aspectos sociais.....	35
1.6 Aspectos econômicos.....	36
1.6.1 Primeiro momento - Ciclo das especiarias.....	37
1.6.2 Segundo momento - Ciclo da borracha.....	39
1.7 Aspectos educacionais, de saúde e de renda.....	43
1.7.1 Na educação.....	44
1.7.2 Quanto a saúde.....	45
1.7.3 Renda.....	46
1.7.4 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 2000-2010.....	46
1.8 Fatores das transformações econômicas na Região Norte e no Estado do Amazonas.....	49
1.9 Integrar para não entregar a Amazônia .....	51
1.10 Fatores das transformações econômicas no Município de Benjamin Constant .....	52
<b>CAPÍTULO II</b>	56
<b>O PROJETO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS</b>	56
2.1 O ensino superior no Brasil .....	56
2.2 As políticas públicas dos anos 80 e 90, o neoliberalismo.....	63
2.3 Reforma no Governo FHC 1995-2002 .....	67
2.4 Reforma no Governo Lula - 2003-2010 .....	69
2.5 A implantação da Universidade Federal do Amazonas .....	71
2.5.1 A Escola Universitária Livre de Manaus – 1909 .....	71

2.5.2 A criação da Universidade do Amazonas.....	73
2.5.3 A Universidade do Amazonas – UA no contexto ditatorial .....	73
2.5.4 A saga do Processo de Interiorização do Ensino de Graduação no Estado do Amazonas.....	75
2.5.5 Projeto Rondon em Benjamin Constant – I Plano de Desenvolvimento da Amazônia.....	76
2.5.6 Projeto de Interiorização da Universidade do Amazonas em Benjamin Constant 1991-2004 .....	76
2.6 Projeto de Expansão – UFAM multicampi.....	77
2.7 Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI 2004 .....	78
<b>CAPITULO III.....</b>	<b>83</b>
<b>O DITO E O FEITO: AS AÇÕES DA UFAM NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.....</b>	<b>83</b>
3.1 As propostas do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 .....	83
3.2 A proposta do Reuni para o Município de Benjamin Constant .....	84
3.3 Adesão da Ufam ao programa Reuni .....	84
3.3.1 Criação e implantação .....	86
3.3.2 Vencendo os desafios passo-a-passo .....	87
3.4 Plano Diretor Físico (PDF III) e o Plano Diretor Institucional (PDI 2006-2015) da Universidade Federal Amazonas .....	89
3.5 Ações da Ufam em Benjamin Constant.....	94
3.6 Verificação dos resultados da Ufam no Município.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
<b>OBRAS CONSULTADAS.....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado de um trabalho voltado para a Educação Superior na Amazônia Brasileira considerando a fixação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no Município de Benjamin Constant, microrregião do Alto Solimões no Estado do Amazonas. O objetivo que configurou o seu desenvolvimento foi analisar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Esse Programa constitui uma das metas dos processos de Reformas referentes ao Ensino Superior no país.

Decorrido algum tempo de sua implantação surgem algumas inquietações: investigar e conhecer os resultados da implantação da Ufam no Município de Benjamin Constant de forma científica, motivação aprofundada pelo conteúdo programático da Linha de Pesquisa Políticas Públicas para Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – PPGÉ Ufam.

Escolhido o objeto de estudo definimos como caminho teórico metodológico o materialismo histórico e dialético. Essa opção se justifica, pois ao tratar as contradições existentes na sociedade, observamos mediações nos processos políticos, econômicos e sociais que se materializam em ações políticas locais, nacionais e globais, evidenciando que pequenas mudanças podem modificar a realidade, já que fazem parte do desenvolvimento capitalista que é desigual e combinado (MARX, 1967, apud BOTTOMORE, et.al. 2001, p. 51-53). O caminho empreendido foi:

- 1) Mergulhar no objeto, buscando informações na realidade;
- 2) Refletir sobre tal realidade, que seria o concreto pensado (KOSIK, 1976) e;
- 3) Materializar as reflexões no produto final – a dissertação.

Optamos por uma pesquisa documental e bibliográfica por entender que as informações contidas em documentos nos permitem compreender o contexto histórico e sociocultural do processo de implantação da Universidade em Benjamin Constant. Segundo Silva, Almeida e Guindane (2009, p. 5),

[...] o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007, p. 5). Tendo em vista essa dimensão fica claro existir diferenças entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Segundo os autores há uma diferença entre pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (SILVA, ALMEIDA e GUINDANE, 2009, p. 5). A pesquisa documental vai se debruçar em documentos que apresentam uma determinada situação sem terem sido sistematizados. Este caminho nos permitiu conhecer também alguns fatos outrora despercebidos por nos levar por esta pesquisa histórica, documental e bibliográfica e, com a capacidade reflexiva, ao entendimento das possíveis intenções da Política Pública para o Ensino Superior.

A Ufam como um espaço para acolher a universalidade de pensamentos e expressões, tem papel relevante na integração entre Brasil, Colômbia e Peru, por meio das culturas e saberes. A fixação da Universidade na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia, constitui uma nova matriz econômica e social levando novas formas de pensar, um novo olhar para a questão sociocultural entre os povos do Alto Solimões e a relação destes com as Instituições. Investigar os processos da fixação da Universidade através do Reuni como vetores de modificações no município de Benjamin Constant traz à luz do conhecimento científico um estudo das transformações das relações socioculturais e do desenvolvimento econômico como mostram os indicadores sociais, a partir de 2000.

O acesso à educação superior dos povos autóctones desta distante e promissora mesorregião constitui uma oportunidade também para o crescimento econômico. Analisado com o pensamento de (MARX, 1967 apud SANTOS; COMAR, 2006, p. 7), o homem é um ser dotado de capacidade de criatividade mediante a interação com a natureza, transformando-a pelas suas ações segundo suas necessidades. Porém esta formação social do homem não deve se restringir ao trabalho ou só a educação, deve ser proporcionada como um todo: a educação é um caminho extremamente necessário, mas não único, é preciso ampliar a visão das transformações do mundo e isso implica em qualidade, eficiência, infraestrutura e políticas públicas.

O processo de globalização no sistema neocapitalista na chamada pós-modernidade<sup>1</sup> vem acelerando e impondo uma nova ordem aos diversos modelos de produção, ocasionando mudanças substanciais nos aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais e principalmente nas políticas internas dos países emergentes no papel de reformas.

---

<sup>1</sup> A pós-modernidade é um conceito ideológico, assim como a expressão sociedade do conhecimento, pois visa enfraquecer as críticas mais radicais à sociedade capitalista (DUARTE, 2003).

Diante das novas tendências as instituições estão buscando interagir e se adequar aos novos modelos econômicos como forma de se manterem atuantes dentro do sistema capitalista cada vez mais competitivo que abrange também a educação e particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Segundo Mourão e Almeida (2006, p. 109), “o processo de globalização impulsiona novas formas de produzir, visto que as mudanças tecnológicas de base física e organizacional disseminam as tecnologias de informações, interligando mundialmente as empresas em redes”.

Na década de 1990, o governo brasileiro adota medidas que atingem de forma impactante a estrutura da Administração Pública e Políticas para Educação Superior. As Universidades Federais Brasileiras, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.094/1996, vêm se defrontando com inúmeras dificuldades, dentre estas as restrições orçamentárias impostas pelas políticas neoliberais, mas diante da missão social relevante que lhe diz respeito tem buscado alternativas para manterem-se ativas no desenvolvimento das ciências e na formação do homem como agente das modificações das relações econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Além disso, é inevitável frisar que, na dinâmica da concepção de crescimento econômico atual, essas instituições se deparam com a tônica chamada mercado de trabalho, o qual apresenta suas exigências por resultados que possam colaborar na manutenção de sua lógica de criação, de alternativas para redução dos custos de produção e serviços, a fim de atender um contingente ávido de consumo. Essa nova onda pragmática que propugna que só interessa o que traz resultados, tem comprometido discussões mais aprofundadas sobre o desenvolvimento brasileiro, pois desconsidera as relações mais abrangentes produzidas pelo mundo globalizado.

Diante deste novo cenário, a reforma que o Estado brasileiro nos anos de 1990 configurou para atender às orientações dos Organismos Internacionais quanto a redução dos gastos públicos, sob condição de se manterem assistidos, a educação passou a ser vista como uma oportunidade de inserção do capital privado na área, tirando do Estado a autonomia de equacionar o problema com a elaboração das leis, e como organizador, provedor e fiscalizador das políticas públicas para educação. Ou seja, a educação deixou de ser uma atividade exclusiva do Estado em todos os níveis, passando a copiar o modelo de gestão empresarial, o que promoveu a expansão do setor privado, implícito nas orientações do Consenso de Washington<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Consenso de Washington – Conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI, do BIRD e Tesouro dos Estados Unidos em 1989 – 1990, para elaborarem novas políticas de intervenção no papel do Estado nos países em desenvolvimento. (NEGRÃO, 1998, p.41-43)

É um processo lento, uma falácia, que vai se cristalizando popularmente mediante a propaganda maciça de bem-estar social, minando o pensamento da ineficiência da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Por outro lado, o capitalismo tenta abrir novos mercados de consumo estimulando a concentração populacional em recantos distantes, fora dos corredores já firmados.

As Universidades Públicas foram os alvos diante das transformações e o novo papel do Estado, numa tentativa de sobrevivência submete-se a novos modelos de gestão, “que são norteadas pelos valores de eficiência e qualidade nas prestações de serviços públicos e pelo desenvolvimento de culturas gerenciais nas organizações” (ALMEIDA, 2001, p. 32).

Assim, buscam-se novas formas de financiamento que possam atrair investimentos e vencer os desafios de planejarem com alto grau de incertezas internas e externas, para desenvolverem a sua missão num ambiente de escassez de recursos de toda ordem, ampliando o compromisso social e atendendo positivamente com respostas científicas e inovadoras aos anseios crescentes da população inserida em um contexto precário de revolução tecnológica da informação e comunicação, revolução esta provocada pelas mudanças e que exigiram mudanças em todo mundo.

A Ufam tem suas atividades de gestão estratégica concentradas na sede situada na cidade de Manaus e, diante das políticas públicas para educação, no que tange a interiorização do ensino de graduação, tem marcado presença nos Municípios do Estado com maior potencial de desenvolvimento ou em áreas de fronteiras ameaçadas de internacionalização como é o caso da Amazônia.

No Município de Benjamin Constant a Universidade Federal do Amazonas enfrentou muitos desafios no período de implantação, tais como: falta de infraestrutura de acesso à tecnologia de comunicações, fixação do corpo docente, isolamento cultural, restrições aos meios de transporte, energia, lazer, segurança e educação, logística de transporte de materiais e falta de uma política que defina as relações internacionais e interinstitucionais que possam legitimar o acesso e fixação do imigrante oriundo dos países que fazem fronteira com o Brasil.

Diante da nova ordem mundial alheia à regulamentação deste processo, as mudanças são inevitáveis e constantes, o que resulta na transformação da cultura através dos hábitos, dos costumes, que precisam ser estudados e analisados para que a ciência possa contribuir no desenvolvimento da região.

Neste contexto, duas inquietações podem ser investigadas, a fim de obter resultados que possam fornecer suporte ao desenvolvimento do Município de Benjamin Constant: 1) o impacto da educação no desenvolvimento econômico e social em de Benjamin Constant e de

forma indireta nos países da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia e 2) a relevância que a educação de ensino superior tem na geração de uma nova matriz econômica e no desenvolvimento social da mesorregião do Alto Solimões, conforme estudaremos no capítulo 2.

Para tanto, este trabalho constitui-se de três capítulos: **no primeiro** é apresentado a contextualização do Município de Benjamin Constant e os desafios enfrentados para promover o desenvolvimento regional a partir do século XX, consolidando os momentos econômicos e as primeiras tentativas de interiorização da educação superior na década de 1970. **No segundo** retratamos: a trajetória do ensino superior no Brasil a partir do Estado Novo, com as primeiras leis voltadas educação; a educação na Ditadura Militar; das políticas neoliberais e as mudanças no Governo de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o histórico da Criação da Universidade Federal do Amazonas<sup>3</sup>. **No terceiro** capítulo resgatamos a memória da presença da Universidade Federal do Amazonas no interior do Estado, a implantação do Instituto de Natureza e Cultura (INC) e seus desafios e qual a contribuição da Ufam para o desenvolvimento e crescimento no Município de Benjamin Constant.

Nas considerações finais são apresentados os resultados deste estudo, tecendo-se um panorama da situação até então estudada sobre a importância da fixação da Ufam através de suas ações.

---

<sup>3</sup> Estatuto da Universidade Federal do Amazonas

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM

Este capítulo objetiva contextualizar o Município de Benjamin Constant para compreendermos quais as contribuições que a Universidade Federal do Amazonas trouxe para o Município. Para tal intento é imprescindível definir o que é desenvolvimento econômico à luz do capitalismo e como se cunham os novos conceitos de espaço, para então contextualizarmos a região, não antes de nos posicionarmos sobre os conceitos que elegemos para este trabalho.

#### **1.1 A Acumulação capitalista e a criação do espaço**

A acumulação capitalista é segundo Harvey (2005) uma força motriz dinâmica, que faz com que o capital se expanda, reformulando constantemente o mundo, levando a processos de concentração do capital. “Esse processo gera crises que são de vários tipos”. O autor que apresenta três fatores que justificam sua afirmação:

1. A existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, à geração de correntes migratórias, à atração de “elementos latentes” – força de trabalho empregada em situações não-capitalistas; mulheres, crianças etc. – para o trabalho, ou a criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho.
2. A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infraestrutura física e assim por diante - que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.
3. A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para acumulação capitalista (HARVEY, 2005, p. 44-45).

O autor afere ainda que as crises sejam na produção, de consumo, de realização, se manifestam no “desemprego, o subemprego crônico, o excedente de capital, a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado” (HARVEY, 2005, p. 46).

Segundo este raciocínio, as diversas e seguidas crises são necessárias para a reconfiguração capitalista que pode (e faz) “agravar as condições de vida daqueles que vivem

do trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 5). Assim como pode acarretar movimentos revolucionários ou até mesmo a barbárie (ibidem, p. 6), ou mesmo a situações extremas como foi o nazismo. Continuando com o pensamento de Harvey (2005):

[...] em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior (HARVEY, 2005, p. 47).

Nessa lógica o capitalismo para superar a crise não só intensifica a atividade social como reorganiza o espaço. À medida que o desenvolvimento se processa, ocorrem investimentos em capital fixo e a dispensa em massa da força de trabalho. Além disto, reformas são efetivas para que a acumulação se lavre, com isso há concretamente reformas no ambiente geográfico Harvey (2005).

Essa tendência faz com que investimentos em transportes e comunicação sejam mais significativos. Conforme (MARX 1967 apud HARVEY, 2005, p. 48) a compressão espaço/tempo calcada na relação entre transporte/comunicação/localização forma o que denominou de base física da divisão social do trabalho. É nesta lógica que compreendemos a relação centro/periferia.

O conceito de região aponta para essas modificações, trazendo à tona as polêmicas relativas a respeito do Estado e de como as pessoas se organizam nos novos espaços que surgem, remontando às questões relativas à economia, à política, à cultura. Nessa perspectiva região não é um espaço isolado que apresenta peculiaridades históricas através de uma realidade social sobre a qual se constituiu. A região é parte integrante de um todo que apresenta aspectos sociais, econômicos e políticos (IBGE, 1990).

Conforme (CORAGGIO 1979 apud BREITBACH, 1988, p. 96), região é uma forma espacial sobre a qual se assenta um subconjunto social determinado, que só tem sentido se relacionada com os processos sociais globais, nacionais e locais. Assim, segundo Breitbach (1988, p. 68) “a regionalização como um resultado da divisão territorial do trabalho dentro de um marco conceitual que absorve a realidade social como uma totalidade histórica”. Dessa forma, a região tem que fazer parte de um todo, se permitindo agregar outros valores históricos culturais, preservando, portanto, suas peculiaridades.

Cardoso (1978, p. 106) relaciona o conceito de região ao de desenvolvimento quando afirma que “há uma integração combinada e desigual entre as regiões, sendo que toda a análise se ancora na expansão capitalista”.

A partir da discussão das definições sobre o assunto, entendemos que o Município de Benjamim Constant faz parte da Região Amazônica, do Estado do Amazonas e, seu desenvolvimento desigual e combinado o torna parte dos processos da expansão capitalista, quanto à sua localização geográfica de tríplice fronteira, e por isso, faz parte da totalidade capitalista globalizada.

## **1.2 Os Desafios da expansão da Universidade Federal do Amazonas: questões preliminares**

A Universidade Federal do Amazonas como espaço para acolher a universalidade de pensamentos e expressões, tem papel relevante na integração da Amazônia através das culturas e saberes. A fixação da universidade na tríplice fronteira constitui uma nova matriz econômica e social levando novas formas de pensar, um novo olhar para a questão sociocultural entre os povos do Alto Solimões e a relação destes com as instituições. Investigar os processos oriundos de sua fixação como vetores de modificações no Município de Benjamin Constant traz à luz do conhecimento científico um estudo das transformações das relações socioculturais, ao desenvolvimento econômico como mostram os indicadores sociais no período de 2000 a 2013.

A globalização vem acelerando e conferindo uma nova ordem aos diversos modelos de produção, ocasionando mudanças substanciais nos aspectos econômicos, que por sua vez se combinam com os aspectos sociais, culturais, educacionais e se configuram nas políticas internas dos países emergentes. Diante das novas tendências as instituições, os grupos e as pessoas estão buscando interagir e adequar-se aos novos modelos econômicos e de produção como forma de se manterem atuantes dentro de um sistema cada vez mais competitivo que abrange também a educação e particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior.

Segundo Mourão e Almeida (2005) a matriz teórica das reformas propugnadas pelo Governo Brasileiro, que são direcionados pelos organismos multilaterais, está expressa no Plano Diretor e traz em seu bojo a ideia de administração pública gerencial, que segundo os autores, tem como princípio os valores da eficiência e da qualidade na prestação de serviços.

Com isso, para os autores Mourão e Almeida (2005),

[...] a ação reguladora do mercado vem substituir os mecanismos de regulação estatal. Novas funções são delineadas para o Estado brasileiro. Segundo Bresser Pereira (1977), para que o Estado seja eficiente é fundamental a criação de um Núcleo Estratégico que ficará sob o controle absoluto do Estado, cuja administração é centralizada e verticalizada (BRESSER PEREIRA 1977 apud MOURÃO e ALMEIDA, 2005, p. 28-29).

Portanto, a estratégia para se efetivar as reformas se constrói em processos, que se cristalizam popularmente mediante a propaganda maciça de mudar para melhor qualificar, minando os serviços públicos com o pensamento da ineficiência da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. As estratégias utilizadas para caracterizar os serviços públicos como ineficientes foram: a propaganda negativa, o contingenciamento de verbas de custeio e capital, a suspensão na contratação de servidores. O sucateamento das instituições públicas vai permitir que essa nova lógica adentrasse nas instituições, e, no que se refere às Universidades Públicas a propaganda era (é): a Universidade autárquica ou fundacional precisa ser extinta e recriada como entidade pública não estatal.

Conforme Almeida (2001) essas políticas privatistas que atingiram as Universidades Públicas eivadas de conceitos advindos da empresa privada trouxe para as instituições a cultura gerencial, uma clara ação privatista.

Dessa maneira buscam novas formas de financiamentos que possam atrair investimentos e assim vencer os desafios de planejarem com alto grau de incertezas internas e externas, para desenvolverem a sua missão num ambiente de escassez de recursos de toda ordem, ampliando o compromisso social e atendendo positivamente com respostas científicas e, sobretudo, inovadoras aos anseios crescentes da revolução tecnológica de informação e de comunicação provocados pelas mudanças em todo mundo.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) não poderia ficar de fora deste processo, já que faz parte de um conjunto de instituições que se relacionam nacionalmente e seguem às normas federais. A Ufam tem suas atividades de gestão estratégica concentradas na sede situada na cidade de Manaus. Diante das políticas públicas para a educação, no que tange a interiorização do ensino de graduação, tem marcado presença nos municípios do Estado com maior potencial de crescimento econômico ou em áreas de fronteiras ameaçadas de internacionalização como é o caso da mesorregião ao sudeste da Amazônia.

Essas ações de expansão das Universidades apresentam contradições, se por um lado a política é privatista, por outro lado vem ao encontro dos anseios das comunidades, trazendo novas perspectivas para a região.

No Município de Benjamin Constant, a Universidade Federal do Amazonas vem enfrentando muitos desafios nesse período de consolidação de suas atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão, tais como: falta de infraestrutura, problemas de acesso à tecnologia e comunicações, dificuldades de fixação do corpo docente, isolamento cultural, restrições aos meios de transporte, energia, logística de transporte de materiais, falta de uma política que

defina as relações internacionais e interinstitucionais que possam gerir interesses mútuos e legitimar o acesso e fixação do imigrante dos países fronteiriços.

Diante da nova ordem mundial e alheia à regulamentação desse processo, as mudanças são inevitáveis e constantes, o que resulta na transformação da cultura por meio dos hábitos, dos costumes, que precisam ser estudados e analisados para que a ciência possa contribuir no desenvolvimento da região (IPEA, 2009).

É importante destacar o processo contraditório explicitado na pesquisa e vivido no cotidiano da nossa ação docente, há avanços no município com a implantação da Universidade Federal do Amazonas, ao mesmo tempo, essa implantação é eivada de problemas, que dificultam o avanço, e é nesse vai-e-vem que a Instituição se consolida no Município.

O Município de Benjamin Constant começa a despertar como fonte de recursos para a expansão do capitalismo, criando a necessidade de consumo mediante a concentração populacional e usando as estratégias como argumento de fomentar o desenvolvimento econômico. O (IBGE, 2014) diz:

Benjamin Constant é um dos 62 municípios do Estado do Amazonas, está situado na confluência do rio Javari<sup>4</sup> com o rio Solimões, na mesorregião<sup>5</sup> n° 02, sudoeste, microrregião<sup>6</sup> n° 03, Alto Solimões, margem direita do rio Javari, afluente na margem direita do rio Solimões, distante da capital do Estado, Manaus, 1.628 Km por via fluvial, e 1.120 Km em linha reta.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística partindo de 1990-2014 nos informam que:

Com área de 8.793,417 km<sup>2</sup>, o município possui clima tropical chuvoso, quente e úmido, temperatura média de 30° C e coordenadas cartesianas ou geográficas em 4° 21' 42'' de latitude sul a 69° 54' 42'' de longitude de Greenwich, altitude 65m acima do nível do mar. Limita-se com os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Ipixuna, Eirunepé, Jutai, São Paulo de Olivença e ainda com a República do Peru e com a República da Colômbia. Seus principais acidentes geográficos são: rios Solimões, Javari, Branco e Ilha do Aramaçá (IBGE 1991, 2000, 2014).

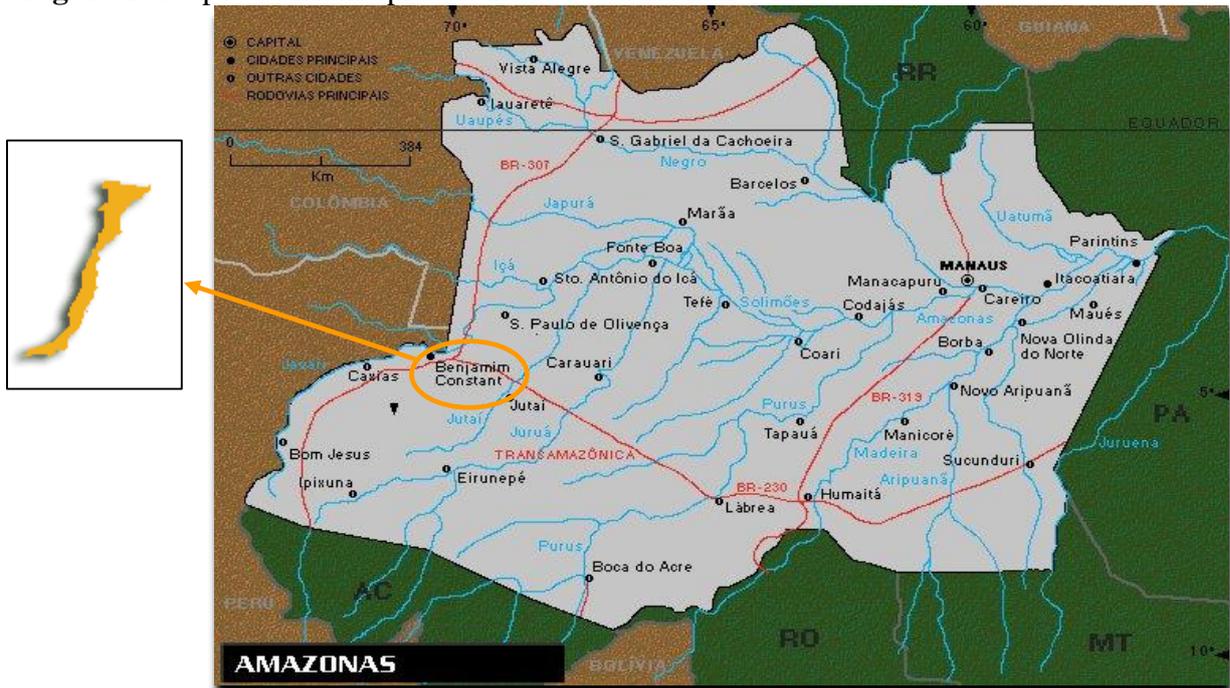
---

4 Javari – vocábulo tupi que significa rio das Onças (FLORIANO, J. 1967, p. 949).

5 Mesorregião – área individualizada em uma unidade da federação que apresenta forma de organização no espaço geográfico (IBGE 2014, p. 8).

6 Microrregião – são espaços definidos que apresentam especificidades quanto a organização e que compõem a mesorregião. (IBGE 2014, p. 8).

**Figura 1-** Mapa dos Municípios do Estado do Amazonas



Fonte: IBGE 2010 [www.google.com.br/search/municipios+do+amazonas/mapas-dos-estados-brasileiros](http://www.google.com.br/search/municipios+do+amazonas/mapas-dos-estados-brasileiros).

O rio Javari banha o Município e é a única via de acesso utilizado pela população para deslocamento como faziam os primeiros colonizadores em menor escala, se tornando meio de subsistência e fluxo da economia, do desenvolvimento local. Outro aspecto que merece observação é a alteração da carta geográfica por ocasião da cheia que ocorre uma vez por ano, no período de novembro a maio e coincide com a chegada das chuvas. Verificamos a alteração pela multiplicação de canais e igarapés que inundam a floresta trazendo renovação e preservação do bioma da Amazônia. Esses terrenos são denominados de igapós e diversificam o fluxo da navegação. É interessante a narrativa feita por Roque:

O rio Javari serve de limite entre o Brasil e o Peru. Possui 1.056 km de extensão, destes, apenas 80 km são navegáveis. É um rio sinuoso, cheio de curvas, devido à pequena declividade da região tanto que forma duas ilhas (em território peruano) chamadas Mauá e Islândia. A navegação em tempo da cheia é feita facilmente, porém em época de seca é limitada, sendo possível apenas embarcações inferiores a 1,8 m. No encontro das águas deste rio com o rio Solimões, se formam pronunciados rebojos, tornando a navegação difícil e perigosa (ROQUE, 1967, p. 1.189).

A relevância do Município para o Estado do Amazonas justifica-se por estar situado numa região de tríplice fronteira composta pelos países Brasil, Peru e Colômbia, de fácil acesso no que se refere à via fluvial conforme figura 1. Tem capacidade para o crescimento e desenvolvimento econômicos se os investimentos respeitarem suas potencialidades e

peculiaridades de forma sustentável. Citamos na economia primária: a piscicultura, apicultura; economia secundária: indústria de beneficiamento de cupuaçu, açaí, pescados; movelaria, olarias, estaleiro para pequenos barcos. Economia terciária o segmento de turismo pelas belíssimas paisagens, fauna e flora e o comércio.

### 1.3 Aspectos históricos

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos” (Art. 1º).

Para entender a realidade do Município é necessário estruturar o perfil da trajetória da criação do Município de Benjamin Constant. Segundo o IBGE (2010): “Em 1880 foi fundado o **Povoado Esperança**, pelo comerciante Antônio José dos Remédios. Em 1898 torna-se a sede do atual Município de Benjamin Constant”. Partindo das informações contidas em Jobim (1943).

O local em que se assenta a cidade de Benjamin Constant, o qual tinha anteriormente o nome Esperança, era de propriedade particular do Sr. Pedro Ferreira de Souza, moradores que chegavam, pessoas vindas do Javari e outros pontos, pediam e obtinham licença para construir barracas. Não tardou, com instalação do município, a reunir grande número de habitantes. (JOBIM, 1943, p. 84).

O município originou-se, em parte, da população que fugia da endemia de impaludismo<sup>7</sup>. Foi nomeado como Município de Esperança, por que aquela população tinha o desejo de livrarem-se daquele mal, e de buscar novas formas de sobrevivência. Jobim (1943, p.84) afirma que “o território de Esperança pertencia ao distrito de São Paulo de Olivença”.

Continuando com as afirmações Jobim (ibidem, p. 15):

Em 1890 foi criado o povoado de **Remate de Males**, localizado à margem direita da foz Rio Itecoáí, afluente do Rio Javari, e posto em terras visitadas pelas alagações, foi o núcleo principal da atual cidade de Benjamin Constant. Remate de Males era primeiramente um seringal, de propriedade de Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos, maranhense de nascimento e também possuía um barracão que abastecia com gêneros de primeira necessidade aos seringueiros e suas famílias sob forma de aviamento – fase da chegada dos primeiros cearenses para extração do látex. (JOBIM, 1943, p. 15)

---

<sup>7</sup> Na Amazônia a malária/impaludismo ainda é um problema sério nos dias de hoje. Segundo o Caderno de Saúde Pública (2013, p. 3) “em 2010, no Brasil, foram notificados 334 mil casos, sendo 99,6% na Região Amazônica”.

Devido às intempéries climáticas e geográficas, essa região não oferecia as condições necessárias e desejadas para povoamento. No entanto, o maranhense Alfredo Bastos resolveu fixar-se nessa como forma de “rematar os males sofridos” em uma vida de dificuldades em diversas ordens, por acreditar que aquele lugar lhe trazia algum alento conforme, iniciando uma proposta de comércio e fixação de famílias (IBGE, 2014).

Conforme H. Câmara apud Jobim 1943:

O nome “REMATE DE MALES” foi afixado ao barracão que traduziu toda a angústia e dissabores sofridos pelo proprietário e esperança no lugar, que prosperou e tornou-se importante centro comercial, chegando a se constituir um polo de grande importância para o desenvolvimento e para defesa da Amazônia Brasileira, o que lhe valeu a elevação para Vila, abrigo a sede do Município de Benjamin Constant (H. CÂMARA apud JOBIM, 1943, p. 15-16).

As questões quanto a divisão territorial na região expunha a fragilidade frente à exploração dos recursos naturais. Assim, o Brasil que começava numa Era republicana viu a necessidade imperiosa de delimitações de fronteiras, das províncias em Estados. Ao mesmo tempo criava o termo judiciário, tendo por sede Remate de Males, que elevada à categoria de Vila em 1898, permaneceu anexada à Comarca de São Paulo de Olivença, Jobim (1943, p.11).

Procurando entender as contribuições para o desenvolvimento do Município, Jobim (1943), ressalta:

Em 1904 deu-se a restauração do município de Benjamin Constant, pela Lei nº 446. Em 2 de outubro do mesmo ano, ocorreu a reinstalação do município de Benjamin Constant e a restauração do termo judiciário, com sede em Remate de Males, atendendo reivindicações dos habitantes do município extinto. Remate de Males não oferecia as condições necessárias e desejadas para continuar como sede do município. Situada em local baixo, inundava todos os anos por ocasião das enchentes. As casas eram edificadas sobre esteios. Atendendo a essa situação, é determinada pela Lei nº 759, de 5 de agosto de 1909, a transferência da sede municipal para o povoado de Santo Antônio. Essa transferência, todavia, não chegou a realizar-se. (JOBIM, 1943, p.12)

Dessa forma e diante do grande movimento de comercialização da borracha, os moradores e os dirigentes locais procuravam angariar maior autonomia para que os investimentos fossem feitos no Município. Diante da indefinição da territorialidade e autoridades a serem constituídas somente na segunda década do século XX o município finalmente é transferido de fato e de direito para atual sítio. Ainda sobre essa questão o (IBGE, 2014) registra: “Em 04.01.1928, pela Lei Estadual nº. 1.375, a sede do Município de Benjamin

Constant é transferida para Vila Esperança que mais tarde teve o nome substituído pelo de Benjamin Constant [...]”.

Embora o IBGE (2014) registre parte dessas mudanças de regulamentação e localização dentre outras, Jobim (1943), em estudos registra pormenorizada como se deu essa transformação apontando.

Em 28.02.1930 pelo Ato Estadual nº. 45 é suprimido o município que é restaurado em 14.09.1931 pelo Ato Estadual nº. 33. Em 31.03.1938, pelo Decreto Estadual nº. 38, a Vila de Benjamin Constant é elevada à categoria de cidade, tendo como prefeito o Sr. Nelson Noronha, representando a Prelasia do Alto Solimões, sediada em Tabatinga, o prefeito apostólico Monsenhor Thomáz de Marcellano (JOBIM, 1943, p. 25).

Considerando registros fragmentados de Jobim (1943) este lugar era uma propriedade privada que naquele momento já abrigava um grande contingente populacional, o processo era irreversível custando aos cofres públicos a indenização dos terrenos. Assim foi criada a comarca de Benjamin Constant. No Governo Militar é enquadrada como área de Segurança Nacional, visto sua localização fronteiriça com Colômbia e Peru. Ressalta-se que todo esse transtorno inicial ou seja, antes da demarcação foi causado para facilitar a exploração e embarque do látex, cuja exportação já começava a declinar nos primeiros trinta anos do século XX.

#### **1.4 Aspectos de infraestrutura**

Como toda cidade do interior do Amazonas, Benjamin Constant foi se formando às margens do rio e conserva o típico aspecto regional. O acesso se dá unicamente por via fluvial, com embarque e desembarque em porto construído de madeira açacu<sup>8</sup>, e balsas de ferro, em barcos ou em canoas feitas de fibra de vidro e motorizadas.

---

<sup>8</sup> Açacu – nome científico *Huracrepitans* da família das *Euphorbiaceae* encontrada nas florestas alagadas da Amazônia. Largamente utilizada na construção de casas da população ribeirinha ou lacustre. (INPA 1958).

**Figura 2** - Benjamin Constant, área central da cidade. Vista parcial.



**Fonte:** [http://www.portalbrw.com/conteudo\\_/Benjamin-Constant-do-livro-Fragmentos.html](http://www.portalbrw.com/conteudo_/Benjamin-Constant-do-livro-Fragmentos.html)

A figura 2 mostra o aspecto atual da área central da cidade, que demonstra o desenvolvimento e crescimento econômico. Durante a vazante os problemas de acesso aumentam. Com nível da água baixo, culminando com o auge da seca, a navegação só é possível até o Município de Tabatinga, banhado pelo rio Solimões, distante cerca de 25 quilômetros num percurso de cinquenta minutos de “baleeira”<sup>9</sup>. Nesse período os bens de consumo básicos sofrem acréscimo devido à logística de transporte e demais dificuldades de navegação.

A alternativa bastante utilizada por transeuntes e ribeirinhos em época de seca, são as canoas feitas de madeira, movidas a gasolina, com pequenas máquinas ou a remo, pela força braçal. Nessa época o rio se transforma em um canal, obrigando até mesmo as canoas a ancorarem no porto que se distancia cerca de duzentos metros ou mais da entrada da cidade, obrigando os passageiros a utilizarem pontes improvisadas de madeira, fugindo da lama. Em alguns anos, devido a pouca profundidade do rio, o deslocamento de pessoas e cargas se torna dispendioso, pois os barcos de grande porte aportam somente em Tabatinga, dificultando o abastecimento nos municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

---

<sup>9</sup> Nome dado pelos moradores ao transporte fluvial utilizado pela população para deslocamento até Tabatinga e outros municípios como São Paulo de Olivença e vice-versa.

**Figura 3** - Transporte utilizado pelas comunidades inclusive da Ilha de Islândia/Peru



Fonte: [http://www.benjaminconstant-am.com.br/novo\\_site](http://www.benjaminconstant-am.com.br/novo_site).

A ilha de Islândia é um marco da fronteira do Peru com o Brasil, o idioma predominante é o espanhol, contudo, os moradores se comunicam facilmente em português, pois trafegam em canoas, conforme figura 3, com produtos vendidos livremente em Benjamin Constant e em Tabatinga. Também disponibilizando mão de obra para prestação de pequenos serviços de manutenção, construção civil e carpintaria e através do comércio local. Desse modo, as relações comerciais possibilitam a diversidade cultural, social e linguística.

**Figura 4** - Alternativa de deslocamento de ribeirinhos e comunidades indígenas.



Fonte: [http://www.benjaminconstant-am.com.br/novo\\_site/](http://www.benjaminconstant-am.com.br/novo_site/)

Nestes rincões do Amazonas o meio de transporte mais útil é a canoa pois atende as necessidades de transporte não importando o nível das águas, conforme figura cinco.

Na entrada da cidade localizam-se o mercado e a feira onde é possível encontrar frutas sazonais, sendo abundante a banana e algumas verduras trazidas pelo povo indígena Ticuna.

As ruas são estreitas, tomadas pelo comércio varejista informal, com predominância de peruanos que disponibilizam produtos de procedência peruana, colombiana e de gêneros de

primeira necessidade de consumo ditados pela cultura, uso e costume daquela gente. Esse comércio se estende até o território peruano, na Ilha de Islândia. São barracões assentados sobre açacu. Assemelham-se a lojas de departamentos improvisadas que balançam sob o ritmo do banzeiro.

**Figura 5** - Característica dos terrenos naturais em Benjamin Constant, área rural, 2012.



**Fonte:** [http://www.benjaminconstat-am.com.br/novo\\_site/noticias/fotos](http://www.benjaminconstat-am.com.br/novo_site/noticias/fotos)

A figura de número 5 demonstra que na zona rural, os terrenos apresentam-se com pequenos lagos naturais. A figura de número 6 aponta a interferência do homem para criação de peixe de forma artesanal, ensaiando para o desenvolvimento da piscicultura. Na zona urbana há predominância de construções em alvenaria, herança do período da borracha ou da demanda por moradias gerada pelas transformações sociais. Desde 2000 há um fluxo constante e intenso de pessoas em busca de melhores oportunidades (SEPLAN, 2009/2012).

**Figura 6** - Característica dos terrenos transformados em Benjamin Constant, área rural, 2012.



**Fonte:** [www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/P6090032](http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/P6090032)

O Município possui serviços de água atendidos pela Companhia de Saneamento do Amazonas – Cosama, e energia atendidos pela Eletrobrás. Também possui serviços postais, de

telefonía para DDD e DDI, internet e TV a cabo. Ressaltamos que apenas parte da população urbana possui saneamento básico. Quanto aos serviços de energia nos informa a (AMAZONAS - SEPLAN, 2009/2012) “que atualmente está sendo atendidas inclusive comunidades adjacentes com o programa luz para todos”. Entretanto, a reserva de KWh’s é mínima constituindo a síndrome da falta de energia. Em época da cheia grandes do rio Javari o prédio onde funciona a Estação Termoelétrica fica inundado.

### 1.5 Aspectos sociais

Já em 1943 Jobim considerava a população indígena do Amazonas, mas afirmava que os habitantes do Alto Solimões já eram miscigenados, embora conservassem os seus caracteres comuns (ELISÉE RECLUS apud JOBIM 1943, p.161). “Sobre os antigos habitantes do Javari, o padre José Monteiro de Noronha escreve: que esse rio era povoado de índios das nações Maruá, Pano, Chayavitá, Chimaána, Ianco, Maiurunas e outros.” (*ibidem*).

A este respeito Jobim comenta:

[...] da região do Alto-Solimões até o Rio Napo no Peru, por volta do século XVII, a história registra a presença de clãs nativos, descendentes dos Incas, denominados Iáguas ou Yauas, que se acredita ter vindo do Peru, perseguidos pelos caucheiros da nação vizinha (JOBIM,1943, p. 128).

De acordo com Figueiredo (2011, p. 16-17), inicialmente “[...] habitavam as terras da Amazônia os indígenas de pelo menos cinco troncos linguísticos: Tupi, Aruak, Karib, Pano e Gê. Alguns desses troncos deram origem aos Ticunas, Omáguas ou Cambebas”. Segundo Garcia (2009, p. 12): “aqui viviam várias tribos com sistema social próprio, habitavam tanto as áreas de várzea da grande malha fluvial formada pelo rio Amazonas e seus tributários há pelo menos 10.000 anos”.

Relatos dos primeiros cronistas entre os séculos XVI e XVII, dentre eles (FREI GASPAR DE CARVAJAL *et al* apud FIGUEIREDO 2011) afirmam que:

[...] essas tribos diferenciavam-se quanto ao uso, costume, linguagem e crenças, em diferentes estágios de cultura, de fabrico de artefatos de guerra, utensílios, caça e pesca e a forma de tratamento dispensado aos inimigos vencidos em guerras, aos velhos, aos doentes (FIGUEIREDO, 2011, p.49).

Também tinham outras peculiaridades: nas características físicas, expressão corporal, pintavam seus corpos, nos adornos e culto aos mortos. Em comum tinham a harmonia com a floresta, com os rios, de onde extraíam a medicina, seus mitos, seus enfeites, e fabricavam o

meio de transporte. A natureza supria todas as suas necessidades materiais e divinas. (FIGUEIREDO, 2011).

Os europeus, particularmente portugueses, em missões de exploração e reconhecimento de território, traziam nas expedições homens para o serviço braçal ou para servirem como soldados na defesa dos chefes das expedições e sua comitiva, que ao tomarem posse da terra, construía edificações e procuravam capturar os índios para serem vendidos como escravos ou utilizados nas lavouras de subsistência e para construção de fortificações e outros serviços (GARCIA, 2006).

Conforme literatura citada, compreendemos que a partir desse fato deu-se a miscigenação racial de onde se originou o mameluco, ou ameríndio, que posteriormente deu origem ao caboclo. Assim, (TEODÓSIO SAMPAIO apud BENCHIMOL, 2010, p. 203-285), assinala que de forma carinhosa são retratados na arte e na cultura amazônica, como indivíduos tranquilos, sem pressa, sem ganância, másculos e cheios de credices.

Conforme mapeamento feito pela Prefeitura Municipal de Benjamin Constant-PMBC, em 2013, nos dias atuais ainda é possível encontrar descendentes destes povos em 19 das 62 comunidades rurais do Município de Benjamin Constant, localizadas à margem direita do rio Solimões. Estão caracterizadas como indígenas aproximadamente 31%. Segundo Ministério da Saúde – MS, através da Fundação de Saúde - Funasa (2006):

É o ambiente da presença imemorial de **11 dos 66 grupos étnicos do Estado do Amazonas**, que no conjunto somam **40.000** pessoas ou **46%** da população indígena do Estado do Amazonas. Seis etnias são numericamente mais expressivas: Ticuna, Kokama, Marubo, Matsé, Kaixana e Kanamari (MS/FUNASA, 2006, p. 1.)

Conforme publicação no jornal *A Crítica*, de 09 de junho de 2013, o Coordenador da Funai afirma existirem entre 2 mil a 3 mil índios que nunca tiveram contato com homens de outras etnias.

Com a fixação do Campus da Ufam e a oferta do Curso de Antropologia abre precedentes para estudos e trabalhos propondo ações formativas que venham a contribuir para políticas indígenas.

## 1.6 Aspectos econômicos

Os aspectos econômicos do País, nas três esferas governamentais, e até mais especificamente, das regiões que o compõem, são medidos através de indicadores que compõem

o IDH<sup>10</sup> e o PIB<sup>11</sup>. Esses são índices considerados necessários para elaboração do planejamento e estabelecimento de prioridade e metas para o crescimento e o desenvolvimento da economia do País, numa tentativa de se ajustar a economia mundial, ora em crise ora em aparente equilíbrio, ocorrendo em vários estágios em diversos espaços e tempo, bem como mensurar estatisticamente, a qualidade de vida e de renda *per capita* de uma população.

A divisão internacional do trabalho e acumulação de capitais se processou historicamente, (GARCIA, 2006)<sup>12</sup>. O caráter exploratório, dos novos territórios, consolidou o monopólio do mercantilismo ascendente da burguesia. Período este considerado como fase antecedente ao capitalismo. Para entender a economia da região dividimos nossa explanação em dois momentos, sendo o primeiro momento o ciclo das especiarias e o segundo momento o ciclo da borracha.

### **1.6.1 Primeiro momento – ciclo das especiarias**

A chegada ao novo mundo, em busca de conquistas e riquezas associam-se ao processo de exploração dos recursos naturais e humanos e incentivaram o povoamento primeiramente na costa brasileira. “Porém os espanhóis já ocupavam terras do interior desde o Vice-reino do Peru pelo Oceano Pacífico adentrando pelo rio Napo e posteriormente rio Amazonas e seus afluentes através de missões jesuítas” (GARCIA, 2006, p. 20).

A expansão mercantilista promoveu a diversificação de produtos para sujeitos de diferentes regiões, como a exploração de metais e pedras preciosas, com formas de organização social e modo de vida específicos, culminando assim em uma organização espacial denominada burgos, onde se efetuavam as relações comerciais, bem como outros serviços. Nessa conjuntura, Garcia (2006), infere que:

Na Europa o Tratado de Madri firmado em 1750, revogou o Tratado de Tordesilhas dando aos lusitanos o direito de colonizar o território que estava sob ameaça da presença dos franceses em São Luís do Maranhão, holandeses e ingleses presentes no Baixo Amazonas que também estavam em busca de metais preciosos e especiarias, para atender o mercado europeu e a competição e controle do Império Ultramarino, criando uma nova hierarquia da classe dominante: os burgueses, o que afetou a ordem

---

<sup>10</sup> IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. (SEPLAN 2009/2012).

<sup>11</sup> PIB – Produto Interno Bruto (SEPLAN 2009/2012).

<sup>12</sup> Nesse aspecto a questão que despertou o interesse e que tem relevância para este estudo, é o IDH. Sendo necessário conhecermos, mesmo de forma superficial, os fatos econômicos que também constituíram a história política e social do Brasil. Portugal, Espanha, Itália fizeram grandes investimentos em busca de novas terras com objetivo também de expandir o mercantilismo na Europa o que levou às conhecidas Grandes Navegações Ultramarinas. Em 1492 com a descoberta do Novo Continente promoveu intenso desenvolvimento e crescimento econômico, tornando o sistema econômico europeu como ponto central de economia mundial e em grandes potências (GARCIA, 2006).

política e social incentivada pelos novos pensamentos do renascimento, e liberalismo econômico em toda Europa (GARCIA, 2006, p. 16).

No continente sul-americano, em particular o Brasil, essas invasões na forma de expedições resultaram também na formação da miscigenação da população brasileira nas regiões onde se instalavam, proporcionando aproximação de saberes e modos de vida. Seguindo o pensamento de Souza (2009), a cultura também foi incorporada via imposição, adaptação, assimilação, acomodação difusa e há um encontro não apenas de valores como de cultura erudita, clássica e elitista como também a cultura de massa primitiva, popular e nativa.

Nessa perspectiva, (BOSE 1992 apud PAUL 2008) diz que isso implicou:

[...] nos novos modos de viver, o alimento, o vestuário, a relação homem x mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão de tarefas, a jornada de trabalho para alguns e, simultaneamente, as crenças, os contos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras, tabus, os eufemismo, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as promessas, as festas do padroeiro, o modo de criar galinhas e porcos, os modos de plantar, feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e chorar, de pedir e consolar e principalmente o de produzir. (PAUL, 2008, p. 45)

O encontro, conflituoso e inesperado, entre a pólvora e a flecha, promoveu uma modificação nas relações de produção e sociais, bem como a confirmação da separação das classes em vista a relação dominante/dominado. Observamos também uma nova relação de produção alguns casos os homens livres recebiam remuneração ou benefícios pelo seu trabalho, enquanto outros, a exemplo os nativos, nada recebiam. Viviam sob regime de escravidão, algumas vezes encobertos pelos missionários que cativaram a confiança e o afeto dos nativos e deles exploravam a força de trabalho em nome da salvação de suas almas (GARCIA, 2006). A este contexto, acrescenta-se um novo modo de interação com os recursos agora fundamentados numa economia agromercantil extrativista, e fundações de fortificações na Região Amazônica (JOBIM, 1943).

A região amazônica em se tratando especificamente do interior do hoje Estado do Amazonas permaneceu por quase dois séculos sob o domínio da exploração dos recursos naturais na medida em que os exploradores avançavam pela selva, capturavam ou matavam povos nativos. O sistema econômico era o escambo, ou seja, a troca de produtos entre os colonizadores e os nativos.

A divisão territorial da Amazônia seguia as decisões políticas que estabeleceram a relação de domínio e autonomia ao longo da história. É importante registrar que embora tenham usado a força contra os índios, os portugueses não teriam logrado êxito, sem a colaboração

destes. Em meio a dificuldades e críticas sobre a forma de colonização feita pelos portugueses deve-se a Portugal, o legado da extensão da Amazônia em território brasileiro (GARCIA, 2009).

A colonização da América como um todo enriqueceu as denominadas metrópoles Portugal, Espanha, Inglaterra e França porque detinham o monopólio das melhores colônias e os melhores postos de trocas e vendas de mercadorias. Enquanto que nas colônias a relação econômica utilizada era o escambo entre os nativos, nos burgos, o mercantilismo, o comércio já ascendia mediante a circulação do ouro e da prata. Assim foi com o “pau-brasil, e adentrando o interior, com as especiarias denominadas drogas do sertão e outros produtos como couro, fauna e flora” conforme assinala (JOBIM, 1943, p.70).

Para ampliar a compreensão quanto a relação mercantil, apontamos definição de “escambo” e “mercantilismo” . Na visão de Sandroni (1999, p. 211). “Escambo é a troca de bens e serviços sem a intermediação do dinheiro. É o estágio mais primitivo nas relações de troca e caracteriza as sociedades de economia natural”. Logo após a descoberta do Brasil, o escambo foi intensamente empregado nas relações entre europeus e indígenas.

Definido por Sandroni (1999).

Mercantilismo é uma doutrina econômica que caracterizou a Revolução Comercial, marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Seguindo alguns princípios básicos cria uma concepção de que o Estado tem ampla intervenção na economia (SANDRONI, 1999, p. 383).

Essa relação comercial iniciava uma expansão de mercado, ampliando também a interação inter-regional e, promovendo, ao mesmo tempo e de forma sutil, a multiculturalidade.

### **1.6.2 Segundo momento – Ciclo da borracha**

O Javari foi um dos últimos redutos a ser explorado, não despertava o interesse comercial (JOBIM, 1943). O rio, pela sua localização geográfica e pelo transtorno da navegação, conforme relatos dos membros das expedições e sobreviventes, aguçava ainda mais o imaginário popular daqueles que os ouviam e rapidamente espalhavam as notícias de que o território era selvagem, de gente de costumes bárbaros, dentre esses o canibalismo, bem como o temor das doenças dos quais foram vítimas as expedições de Orellana, Pizarro e de outros.

Porém, conforme o relato do cientista francês Charles Marie de La Condamine (in GARCIA, 2006), “Da Seringueira à Europa”, por volta do século XVIII o fluxo de navegação pelo rio Javari aumentou e promoveu o crescimento populacional, gerando mercado de consumo, despertado pela extração do látex, aguçando os interesses dos investidores europeus

em busca de matéria-prima diante das transformações dos meios de produção que se descortinavam na Inglaterra por volta do século XIX – A Revolução Industrial. Nos dizeres de Garcia (2006):

A resina chamada de cahuchu nas terras da província de Quito, vizinha ao mar, é também muito comum nas margens do Marañon. Quando fresca pode ser moldada na forma desejada. É impermeável à chuva, mas o que a torna mais notável é a sua grande elasticidade. Fazem-se garrafas que não são frágeis, botas, ocas, que se achatam quando apertadas, mas retomam a forma original quando cessa a pressão. Com o mesmo material, os portugueses do Pará aprenderam com os nativos omáguas ou cambebas (GARCIA, 2006, p. 85).

A partir do século XVIII até o século XX, se caracterizam os aspectos econômicos, principalmente com a exploração da borracha, do Município de Benjamin Constant, evidenciando que tais fatores econômicos estão imbricados no processo histórico e dialético. Nesse ínterim, Teixeira (2009, p. 19) alerta que no âmbito das relações de produção, se configuram as contradições nas relações humanas [...] o que importa distinguir na sociedade “é a forma com que o trabalho excedente é arrancado ao produtor imediato, ao trabalhador” (MARX, 1964 apud TEIXEIRA, 2009, p. 19).

Dessa forma, a própria estrutura administrativa do Município de Benjamin Constant, sofreu diversas mudanças subordinadas aos interesses dos políticos brasileiros e à imposição do comércio e demais interesses econômicos internacionais exigidos pelos Estados Unidos da América e Inglaterra.

A sociedade benjaminense começou a criar sua identidade no século XX, quando a sede foi definitivamente estruturada no atual território, sob a perspectiva de oferecer melhores condições de salubridade, fugindo das terras alagadas, livrando-se das várias “doenças: malária, gripes, tuberculose, beri-beri, esquistossomose, leishmaniose, coqueluche, sarampo, e inumeráveis espécies de insetos hematófagos” (BATISTA, 2007, p.93-96).

Embora a microrregião do Alto Solimões tivesse sido uma promissora produtora de borracha não obteve retorno. A falta da fixação de limites e políticas demandadas pelo governo agora republicano sem o conhecimento das especificidades da Amazônia, não lograram êxito, algumas nem foram implementadas. Há inumeráveis outros fatores que contribuíram para a fuga dos investimentos naquela região. Benjamin Constant também não lucrou com a exportação, embora tenha movimentado milhões de contos de réis<sup>13</sup> sua economia pautou-se no extrativismo sobrevivendo até a década de 1920.

---

<sup>13</sup> Réis – é o plural do nome das unidades monetárias de Portugal e Brasil e de outros países lusófonos durante certos períodos da história (Sandroni, 1999, p. 511).

Após a elevação à categoria de cidade, Benjamin Constant, no sítio que hoje se encontra, parecia convidativa à migração. A propaganda nacionalista utilizada pelo Governo Federal gerou grande contingente populacional, predominantemente, da região nordestina fugindo da seca, da peste e outros dissabores. Famílias inteiras chegavam e fixavam residências em seringais trabalhando como seringueiros, cuja produção devia aos donos dos seringais denominados seringalistas que por sua vez repassavam o produto aos mercadores europeus e norte-americanos (FERREIRA, 2007).

A política foi um engodo. Muitos imigrantes morreram vítimas de epidemias, doenças endêmicas, perdendo-se pela floresta, ou caindo vítima da escravidão nas mãos dos donos de barracões, viviam miseravelmente, não morrendo de inanição pela fartura de alimentos da qual a região é provedora (TEIXEIRA, 2009).

Por esse período de grande riqueza para o Estado do Amazonas, confirma-se uma mudança nas relações de trabalho que apenas mudou a expressão, mas manteve o caráter de exploração. O processo denominou-se de aviamento; o nordestino muitas vezes chegava endividado e tinha que pagar com a produção e ainda comprar mantimentos para sobrevivência com o patrão-seringalista que também mantinha um barracão com gêneros de primeira necessidade dentre eles remédio contra impaludismo<sup>14</sup> (Ibid.).

Esse contexto econômico gerou a estratificação social e novas profissões, como a do comércio fluvial, surgindo a figura dos regatões, que trocavam estivas e outros produtos com os ribeirinhos, por peixe salgado, castanha, banha de tartaruga, peixe-boi, couros e animais silvestres. Era um comércio paralelo e alternativo ao comércio da borracha em forma de exportações nacionais. Entretanto, pela falta de infraestrutura e pelas transformações radicais que o mundo enfrentava e particularmente o Brasil a região foi **esquecida** (grifo nosso), sucumbiu frente à crise mundial de 1929.

Os seringalistas, acoitados pelo endividamento, abandonaram a região, porém, a população autóctone e aqueles que só tinham a força de trabalho como mercadoria, habituados aos reveses da região ou sem alternativas permaneceram no local sobrevivendo com poucos recursos remanescentes do ciclo da borracha e da exploração da madeira e outros produtos regionais, ameaçando ainda mais o meio ambiente pela captura indiscriminada de animais hoje em via de extinção (JOBIM, 1943).

Na efervescência da crise, o capitalismo se reinventa após a II Guerra Mundial, deslocando ou criando novos nichos de mercado, que atingiram a Amazônia na década de 1960.

---

<sup>14</sup> Impaludismo: segundo HOUAISS 2004, p. 400. Diz-se: malária.

Segundo o (IBGE, 2010) a população começou a crescer a partir de 2000. O levantamento estatístico registra que na primeira década do século XXI houve um aumento da população que variou de 1,84% a 10,99%, cuja faixa etária concentra-se com o índice de 55,07% entre 15 a 65 anos, idade considerada economicamente ativa ou em idade escolar. O levantamento também previa o aumento da população até 2014 para 38.533 habitantes, dados ratificados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013).

Uma explicação para esse crescimento é que pelo preço, em comparação a outras regiões, as terras são mais baratas principalmente para setor primário, pecuária e piscicultura.

[...] a população do Município em 2010 com 60,27% das pessoas residentes em área urbana distribuídos em 12 bairros e 39,73% em área rural distribuídos em 62 comunidades sendo 40 ribeirinhas e 22 indígenas, além de 2 assentamentos do INCRA: Projeto Assentamento Grajari, BR 203 e Projeto de assentamento na Ilha (Prefeitura Municipal de Benjamin Constant PPA 2012-2015)

Entendemos a geração de oportunidade de investimentos em outros negócios, principalmente no comércio e na prestação de serviços, seguindo-se a abertura de novos postos de trabalho e conseqüentemente a qualificação de mão de obra, exigindo cada vez mais a presença do Estado. Sendo Benjamin Constant área de fronteira, serve de corredor para do Aramaça (IBGE, 2010 apud PPA, 2012-2015, p. 2). Ingresso em território brasileiro. Nos últimos dois anos observamos o grande fluxo de imigrantes haitianos que vão se instalando em busca de melhores condições de vida.

Segundo Souza (2009), atualmente,

O município tem sua economia local sustentada pela piscicultura, pelos empregos gerados pela prefeitura e pagamento do funcionalismo público, além das outras fontes de rendimentos que são benefícios sociais do governo dentre esses as bolsas e aposentadorias e pensões. Segundo (SOUZA, 2009, p. 159).

Assim, a existência do Município de Benjamin Constant deve-se a dois grandes ciclos econômicos, sendo o segundo de maior importância, pois “a exportação do látex figurando no Produto Interno Bruto – PIB destacou-se pela qualidade entre os séculos XVIII até a metade do século XX” (MOURÃO, OLIVEIRA, 2009, p. 25).

Benjamin Constant está entre os municípios amazonenses que apresentaram, nos últimos 13 anos, crescimento significativo da população. “Com isso será beneficiado com maior repasse dos recursos federais através do Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto

Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços” conforme publicação no jornal *A Crítica*, de 20 de setembro de 2013, p.9.

### **1.7 Aspectos educacionais, de saúde e de renda**

O conhecimento desses aspectos é importante porque são os indicadores sociais que nos levam a conhecer o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que por sua vez, compõe o indicador Desenvolvimento Econômico.

O desenvolvimento humano é medido pelo nível de educação, saúde (longevidade) e renda da população. Analisando a ordem econômica social apresentam-se alguns conceitos à luz da pós-modernidade:

IDH – Para a ONU diz respeito à possibilidade de se estabelecer padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas. O IDH baseia-se numa metodologia comparativa que identifica as diferenças sem indicar parâmetros mínimos (KERBAUY, 2008, p. 4).

Conforme a Seplan (2009-2012), a Educação é considerada na leitura do IDH como possibilidade de crescimento econômico. Considera o fluxo escolar (de crianças, jovens e adultos), a taxa de analfabetismo distorção idade série, considera o resultado do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, como indicadores a serem analisados.

O aspecto saúde considerado pelo IDH:

a) A saúde não pode ser entendida como ausência de doenças. Não existe pessoa ou população absolutamente livre de qualquer processo patológico, a não ser transitoriamente; b) Cada indivíduo e cada comunidade, em dado momento de sua existência, sentem necessidades e correm riscos que lhes são próprios seja em função da idade, sexo, ou outros atributos individuais, seja em decorrência de sua localização geográfica e ecológica, sua cultura e nível educacional ou ainda por sua situação econômica e social; aspectos que se traduzem em perfil de problemas de saúde, os quais afetam em maior ou menor grau suas possibilidades de realização pessoal e coletiva; c) A situação de saúde é um atributo coletivo, isto é, de populações humanas; d) A análise da situação de saúde implica a identificação dos perfis de necessidades e problemas hierarquizados pelos diferentes atores sociais que interagem cotidianamente (PEITER, BARCELLOS *et al*, 2006, p. 18 *in* Hygeia, 2012, p. 160).

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o conceito de saúde para o IDH, aqui empregado, é aferido pela longevidade, mortalidade e fecundidade. Isto diz respeito ao acesso aos serviços básicos de saúde e medicina preventiva.

Com o crescimento da população residente dito acima confirmado relatório da Seplan (2009-2012, p. 5), no período de 2000 a 2012, foi significativa gerando demanda por serviços

básicos como educação, saúde e trabalho, uma vez que a renda promove o consumo e é proveniente, em grande parte, da prestação de serviços na informalidade que exige cada vez mais a fixação de órgãos públicos.

Para Sandroni (2004, p. 524) “renda *per capita* literalmente é a renda por cabeça. Em economia, é indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país obtido a partir da renda total pela população”. No entanto, para Caldas (2004) renda pode ser:

Renda: (1). Quantia recebida regularmente como resultado de investimentos de aluguel de imóveis; (2). Quantia recebida regularmente por trabalho realizado; (3). Quantia total arrecadada em eventos ou promoções; (4). O total das rendas (1 e 2) dos habitantes de um país (renda nacional). ~ *per capita* renda (1 e 2) média dos habitantes de um país, obtida pela divisão da renda (4) nacional pelo número de habitantes. (CALDAS, 2004, p. 688).

A SEPLAN, de acordo com as informações fornecidas pelo IBGE (2000 – 2014), traça o perfil do Município de Benjamin Constant referente aos indicadores que compõem o IDH. Esses dados estão dispostos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), e subsidiarão o Plano Plurianual – PPA (2012-2015) – para tomada de decisões, principalmente elaboração das políticas públicas consoante com as diretrizes recomendadas pelos organismos internacionais e seus interesses.

### 1.7.1 Na educação

Em 2012 no ensino fundamental foram feitas 8.692 matrículas distribuídas em 122 escolas com quadro de 432 docentes incluindo a rede pública e privada e zonas urbana e rural. No ensino médio foram feitas 2.285 matrículas distribuídas em quatro estabelecimentos públicos dispondo de um quadro de 94 docentes. O ensino de graduação conta com a presença da Universidade Federal do Amazonas através do Instituto de Natureza e Cultura – INC, que iniciou suas atividades com sua instalação a partir de 2006 e atualmente conta com 1.440 discentes matriculados (INEP 2009 apud SEPLAN 2009/2012, p. 11). Segundo informações via correio eletrônico, da PROEG/Ufam afirma que desde a fixação do Instituto de Natureza e Cultura – INC no Município, graduou 424 alunos no período de 2010 a 2013 nos seis cursos oferecidos.

Destacamos equívocos apresentados pela Seplan (2009/2012, p. 12) em relação ao ensino superior, quando coloca que existem duas faculdades públicas. O primeiro problema refere-se ao número de instituições apresentadas no Perfil Econômico dos Municípios do Amazonas, quando lança duas faculdades quando na verdade só existe no local o campus

avanzado da Universidade Federal do Amazonas, denominado de Instituto de Natureza e Cultura - INC, onde funcionam seis cursos de graduação.

Outro dado importante é a queda do índice de analfabetismo ao longo dos anos entre as pessoas a partir dos dez anos. Consta nas informações da Seplam que o número atual é de 21.424 indivíduos já alfabetizados, correspondendo aproximadamente a 58,2% do total da população.

Quanto ao ensino pré-escolar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, Art. 29, a **educação infantil**, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança **até seis anos de idade**, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a IBGE (2014), o Município conta com 39 (trinta e nove) estabelecimentos de pré-escola sendo três privados, com total de 1.422 matrículas efetuadas em 2012.

Conhecendo o número de matriculados no ensino médio em Benjamin Constant e Municípios adjacentes, é possível prever a estimativa do acesso à educação superior e criar um indicador anual de número de candidatos por vaga e por curso. Este indicador poderá responder a estudos futuros sobre os rumos da economia do Município, podendo assim o INC efetuar um planejamento ajustado ao número de vagas mediante a demanda de candidatos inscritos no vestibular.

### **1.7.2 Saúde**

O Município também sofre das mesmas mazelas das grandes capitais brasileiras, ou seja, não possui estrutura capaz de oferecer nem mesmo todos os serviços básicos. Falta investimento na infraestrutura para atendimento. Numa tentativa de minimizar a carência de profissionais em medicina, o município tem contratado profissionais dos países vizinhos e oferecido cursos técnicos na área.

Segundo dados da Seplan (2009/2012, p. 10), há onze unidades de saúde, sendo cinco Centros de Saúde e/ou Unidade Básica de Saúde, três postos de saúde e um consultório particular. Há 118 profissionais de Saúde, mas apenas oito médicos, o que afeta a qualidade de vida e a longevidade da população, pois a medicina preventiva é ineficaz. Os tratamentos que exijam maior complexidade são encaminhados para Manaus via fluvial ou aérea, neste último caso partindo do Município de Tabatinga.

### 1.7.3 Renda

Aqui tratamos como a retribuição em moeda cuja origem legal deve ser amparada pela legislação, obtida por pessoa física, além de outras fontes de renda como aposentadorias e programas sociais, arrendamentos, prestação de serviços, comércio, trabalho etc. O aspecto econômico de Benjamin Constant repousa no setor de serviços, a maioria na informalidade.

Conforme Prefeitura Municipal de Benjamin Constant no Relatório da Secretaria de Finanças divulgado em 10 de mar. 2011: Listagem do Cadastro Mercantil a situação regular de apenas 420 (quatrocentos e vinte) estabelecimentos juridicamente constituídos sob o regime de associações, sociedades limitadas, empresas de pequeno porte, empresas individuais de responsabilidade própria<sup>15</sup>.

Ainda neste assunto, constatamos população encontra-se na faixa etária de 15 a 64 o que corresponde a 55% que se encontra em idade escolar e economicamente ativa. Dito isso, confirmamos que a taxa de atividade dessa população passou de 54,88% para 65% em 2010. Vale ressaltar que, a renda *per capita* em **2000 era de R\$ 141,53** em **2010** passou para **R\$ 211,10**, segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil (2013, p. 11-13).

### 1.7.4 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 2000-2010

O Município de Benjamin Constant não constitui a exceção à regra dos fatores que as transformações econômicas modificam as relações sociais, a construção da história. Ainda sonolento frente às mudanças no mundo globalizado sofre com isolamento cultural, comunicação, meios de transporte e infraestrutura.

De modo lento, contrário às águas do rio Javari<sup>16</sup>, o Município vem apresentando sinais de desenvolvimento no comércio de serviços e produtos, um dos serviços de grande demanda é o transporte de pessoas e mercadorias de forma muitas vezes inadequadas sem qualquer preocupação com a segurança. Estamos falando de barqueiros e mototaxista. Também atuam como atravessadores ou produtores de frutas, hortaliças, farinha, peixe, artigos para caça e pesca, sem deixar de mencionar o comércio de artesanato produzido e comercializado por indígenas nas comunidades ou no Museu Marguta.

---

<sup>15</sup> Não estão incluídos os órgãos da administração Municipal, Estadual e Federal.

<sup>16</sup> O Rio Javari é um rio de forte correnteza. No seu aspecto físico, a olho nu, tem a aparência calma, mansa, mas ao cair no rio a correnteza arrebata, sendo um perigo para os menos avisados.

Na **tabela 1**, verificamos que Benjamin Constant no período pesquisado encontra-se em segundo lugar dentre os Municípios do Estado do Amazonas no que diz respeito ao IDH 2010, entre os municípios que compõem a microrregião do Alto Solimões.

**Tabela 1-** Demonstrativo de crescimento dos municípios da região do Alto Solimões através do desenvolvimento econômico com base no IDH 2000 – 2010.

Comparação entre municípios que compõem a microrregião do Alto Solimões					
Município	IDH 2010	Mudança (comparado à 2000)	IDH 2010 Educação	IDH 2010 Longevidade	IDH 2010 Renda
Benjamin Constant	0,574	0,185	0,471	0,763	0,526
Atalaia do Norte	0,450	0,102	0,259	0,733	0,481
Amaturá	0,560	0,147	0,455	0,773	0,499
São Paulo de Olivença	0,521	-	-	-	-
Santo Antônio do Içá	0,496	0,184	0,353	0,759	0,438
Jutaí	0,516	-	-	-	-
Tonantins	0,548	-	-	-	-
Tabatinga	0,616	0,156	0,505	0,769	0,602

**Fonte:** IBGE, 2014.

A Tabela 1 demonstra o crescimento econômico dos Municípios da microrregião do Alto Solimões entre 2000 e 2010. Com destaque para o Município de Benjamin Constant que apresentou uma variação positiva do IDH dando um salto de 0,185 em 2000 para 0,574 em 2010 o que comparado com a média<sup>17</sup> estipulada pela Organização Mundial de Saúde - OMS o Município passa de um IDH baixo para médio em um curto período de tempo, perdendo apenas para o município de Tabatinga.

Atribuímos esta evolução à fixação da Ufam ocorrida a partir de 2006, que promoveu uma transformação social, embora ainda discreta, porém, apontando os primeiros resultados positivos.

<sup>17</sup> A média do IDH estipulada pela Organização Mundial de Saúde - OMS tem como parâmetro de variação de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (máximo desenvolvimento humano). Distribuídos na seguinte escala: a) IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, b) IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, c) IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para quem faz parte do processo e se imbuí no papel de sujeito acolhemos a possibilidade também de crescimento econômico de longo prazo. Em parte graças às atividades dos programas, projetos e ações estratégicas conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS 2011, Mesorregião do Alto Solimões.

Após a fixação da sede do Instituto de Natureza e Cultura – INC, observou-se como sendo um dos fatores marcantes na região e principalmente no município, que atraiu alunos registrando o maior índice de crescimento populacional, inclusive a fixação dos discentes e docentes naquele município, o que aqueceu o mercado imobiliário e o comércio em geral. Segundo dados informados pelo Serviço Social do INC 2014, através do Relatório do Perfil socioeconômico dos discentes em 2014, embora represente um pequeno número em relação a população em geral, 22 alunos recebem o Bolsa Trabalho e Auxílio Moradia<sup>18</sup> e 137 alunos recebem Bolsa Permanência do Ministério da Educação e Cultura - MEC<sup>19</sup>.

Segundo o relatório da Coordenação Administrativa quadriênio 2011-2014, o quadro de pessoal contava com 114 funcionários efetivos, além da utilização de mão de obra terceirizada. Provocando assim circulação no mercado local, aquecendo a economia pela oferta de posto de trabalho direta e indireta.

Dentro do contexto amazônico Benjamin Constant apresenta um patrimônio ambiental com fauna e flora nativa, que apesar da exploração nos séculos XVII a XX, ainda contribui para preservação do planeta. Por ser município de fronteira, apresenta aspectos negativos e positivos, resguardando-se sob leis brasileiras requer uma diplomacia bilateral para superação de conflitos sem ferir a soberania e o direito de ir e vir.

Na economia tem potencialidades para piscicultura, pois a localização geográfica praticamente o situa entre dois rios, além de possuir terreno propício para construção de açudes podendo exportar uma grande variedade de pescado. Possui uma grande concentração de povos indígenas que ainda conservam algumas culturas constituindo um sítio capaz de fornecer valiosas informações para os estudos científicos. Com cerca de 8.900 km<sup>2</sup>, tem espaço para expandir a área urbana sem prejuízo ao meio ambiente e conforme visto (Figura 8) a construção

---

<sup>18</sup> Bolsa trabalho - O Programa foi instituído por meio da Portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro de 2007 e, alterado e consolidado pela Portaria Nº 598/2010 de 17 de março de 2010 com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável (UFAM, Procomun, 2014).

<sup>19</sup> Programa de Bolsa Permanência – PBP - Portaria Nº 389/2013 é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. Atualmente no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), podendo ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial – PET, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Disponível em: <http://www.permanencia.mec.gov.br>. Acessado em 12.12.2014.

da Transamazônica poderá interligar o município com o Oceano Pacífico gerando um fluxo intenso de grande interesse comercial.

Quanto a riquezas minerais, Lima, Mello e Schaefer (2006) apresentaram um estudo publicado o Revista Brasileira de Ciência do Solo, efetuado no solo do Alto Solimões e que nos revela:

No Alto Solimões, pela maior proximidade do ambiente andino, há maior possibilidade de enriquecimento dos solos [...] na região de Benjamin Constant (AM), próximo à fronteira Brasil-Peru. Tais solos situam-se das partes mais elevadas até a várzea [...] Os resultados mostram que estes solos possuem maior riqueza de nutrientes e de minerais alteráveis, com menor grau de intemperismo, em comparação aos solos mais bem drenados da parte oriental da Amazônia, derivados de sedimentos mais antigos ou de rochas cristalinas. [...] Os valores de capacidade máxima de adsorção de fosfato são baixos nos horizontes superficiais, tornando-se elevados nos horizontes subsuperficiais mais ricos em argila ou com ocorrência de plintita, podendo representar, em caso de erosão, um fator limitante ao cultivo agrícola (LIMA; MELLO; SCHAEFER et al, 2006, p. 1).

Dessa forma, compreende-se que o solo torna-se inviável para o desenvolvimento agrícola, especificamente em Benjamin Constant. Entretanto, ressalta-se que é possível a utilização para cultura de subsistência em terreno de várzea condicionada aos fenômenos naturais.

### **1.8 Fatores das transformações econômicas na região Norte e no Estado do Amazonas.**

No início do século XX os países da América Latina, principalmente o Brasil, despertaram nos países que estavam industrializados a oportunidade de ampliar o mercado de consumo bem como investimento de forma a manter a importação de matéria-prima e a produção a baixo custo, para o contínuo crescimento da indústria e aumento da lucratividade e a acumulação de capital.

Na medida em que o Estado e as organizações admitiam que a realidade, as ideias estavam sendo provocadas pelas transformações dos meios de produção, do sistema econômico, mudavam também o modo de pensar, e assim os conceitos de espaço, de riqueza e de as relações sociais, foram sendo adaptados à realidade presente.

Nos dizeres de MARX (1968 apud RUY, 2011), p. 2)

O avanço da humanidade não ocorre a partir dos planos da cultura, das ideias, do pensamento, da religião, da ciência, da ética ou da moral, mas no plano material da produção dos bens necessários à vida, que condiciona o desenvolvimento aquelas esferas e, é preciso reconhecer, é condicionado por elas. (RUY, 2011, p. 2)

Este pensamento ainda espelha na atualidade quando observamos as mudanças principalmente na política e na economia.

A ideia de dividir o Brasil em regiões remonta o início do século XX, sendo a primeira tentativa em 1913 com a concepção de que facilitaria melhor o ensino da geografia. Em um segundo momento a ideia de região é calcada em indicadores econômicos e sociais, para o exercício eficaz do controle administrativo e estabelecimento de prioridades.

Assim diz Oliveira (1977, p. 27) que o conceito de região ancora-se: “Na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. Baseada em Francisco de Oliveira, reforça Mourão (2006) região é um espaço econômico inserido na divisão internacional do trabalho, que sofre influências internas e externas.

Devido à velocidade das transformações tecnológicas e geopolíticas movidas pela economia, fazem-se necessárias adequações constantes quanto aos conceitos de regionalização, região e espaço. Considerando que até a presente data o modelo de divisão geográfica adotado pelo IBGE ainda é o modelo oficial para elaboração de planos de Desenvolvimento Econômico e Social, alguns geógrafos já se pronunciam com uma nova visão de divisão geográfica do território brasileiro.

Para (GEIGER 1964, p. 3 apud FURLAN 2007), a proposta de regionalização do território brasileiro baseou-se nos seguintes critérios: “formação econômica e histórica do País e recentes modernizações econômicas nos espaços urbano e rural”. Comparado com os critérios adotados pelo IBGE não delimita as macrorregiões de acordo como os limites dos Estados e divide o Brasil em apenas três macrorregiões, denominando-as de regiões geoeconômicas.

De acordo com Geiger, são **três as regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste**. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais. (FURLAN, 2007, p. 1)

Para Santos, Souza e Silveira (1996 p. 68-77) a proposta de regionalização do território brasileiro baseou-se nos seguintes critérios: “quantidade de recursos tecnológicos empregados, modernização e número de atividades econômicas, nas áreas financeira e comercial, serviços, indústria e o crescimento agropecuário”. Comparado com os critérios adotados pelo IBGE obedece e delimita as macrorregiões de acordo com os limites dos Estados, retira o Estado do Tocantins da região amazônica e o insere na região Centro-Oeste e divide o Brasil em apenas quatro macrorregiões.

Na visão de Santos (2008) a região amazônica é uma região de baixa densidade populacional e com poucos recursos tecnológicos. Poucas áreas reservadas para agricultura mecanizada e a poucas atividades modernas. É justamente por isso que o lema do regime militar em relação à Amazônia era integração e desenvolvimento.

### **1.9 Integrar para não entregar a Amazônia**

A década de 1960 ficou marcada por um processo de integração nos moldes oferecidos pelos governos militares orientados pelos interesses econômicos estadunienses. Em 1967, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. A Zona Franca de Manaus representa um polo industrial criado através de incentivos fiscais, atraindo multinacionais do ramo eletroeletrônico. Em seguida, foram criadas instituições, bancos, superintendências para gerenciar os recursos da região, principalmente para exploração de madeira e minérios dentre eles, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Banco da Amazônia- BASA. No fim da década de 1960, sob a justificativa de que era preciso ocupar a Amazônia para evitar sua internacionalização, os governos militares distribuíram terras e subsídios a quem se dispusesse a se embrenhar na floresta.

Com o processo de avanço na tecnologia de comunicação as notoriedades das riquezas da Amazônia ganharam espaço na mídia mundial tentando formar no consciente coletivo internacional a ideia de que os brasileiros não tinham capacidade para cuidar da Amazônia. Nos dias atuais os milhares de quilômetros quadrados de Amazônia brasileira despertam a cobiça dos mais audaciosos pretendentes e influentes atores no mapa geopolítico. Aqui estão um quinto da água doce do planeta e o maior banco genético “15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas”, além de enorme potencial econômico (MMA 2002).

Na década de 1970, em pleno governo militar, estas políticas continuaram amparadas sob a fundamentação do desenvolvimentistas de caráter nacionalista e soberano (integrar para não entregar) “ocupação de áreas de fronteiras” Seplan (2009/2012). Foram criadas instituições que prestassem apoio e controlassem o processo de imigração oferecendo serviços básico como moradia na Cidade de Manaus cuja população crescia a cada dia atraída pelo Parque Industrial.

O Projeto Reconhecimento da Amazônia - RADAM criado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral em 1974 possibilitou um estudo das potencialidades ainda desconhecidas da região, principalmente no que se refere à exploração de seus recursos naturais. Também nessa década foram realizadas diversas obras estruturais, como rodovias Transamazônica,

Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus – BR 230, conforme figura 8, empreendimentos agropecuários e minerais como o Projeto Jarí e Projeto Carajás. Todas essas idealizações exigiram investimentos em geração e transmissão de energia, que buscaram o aproveitamento das águas dos rios caudalosos presentes na região. É interessante destacar:

Em 1972 iniciada a construção da rodovia transversal com 8 mil quilômetros de comprimento, BR 230 com objetivo de diminuir as desigualdades regionais e de integrar a Amazônia ao resto do País principalmente a região Norte e Nordeste do Brasil e também aproximação de relações comerciais entre Brasil, Peru e Equador fomentando a economia na tríplice fronteira, posteriormente o projeto foi modificado para 4.977 km até Benjamin Constant, porém a construção foi interrompida em Lábrea totalizando 4.223 km (AM/SEPLAN, 2009/2012, p. 18).

A Figura 7 mostra a estrada a ser construída pelo projeto que chegaria a Benjamin Constant, o que nunca se concretizou.

**Figura 7** – Mapa do projeto da construção da BR-230 – Transamazônica.



**Fonte:** <https://fronterasblog.files.wordpress.com/2011/01/transamazoniacabr.jpg>

### **1.10 Fatores das transformações econômicas no Município de Benjamin Constant.**

O Município de Benjamin Constant sofreu de isolamento com o fim do período áureo da borracha, mas continuou produzindo e alimentando o comércio com Manaus, Peru e Colômbia, na produção de milho, café, mandioca, cacau, aguardente e rapadura. Embora sem grandes repercussões como a época áurea da borracha, a região do Alto Solimões foi palco de exploração e exportação de madeiras de excelentes qualidades, tendo mais uma vez o município se destacado (BATISTA, 2007).

Com as novas políticas de preservação ambiental, o mercado decaiu, doravante a extração e exportação de madeira começou a ser gerenciado pelo Ibama. O custo destas políticas

foi a falência dos pequenos dos exploradores de madeiras que de uma hora para outra se viram na miséria, devendo quantias vultosas aos bancos e quebra de contratos. É importante destacar que quem sofreu esses danos foram os moradores da região, uma vez que as grandes madeiras continuam seu processo de desmatamento e grilagem, pois o problema da luta pela terra é também visto no Amazonas.

Ainda na década de 1970 e aumento da pressão dos organismos transnacionais pela internacionalização da Amazônia, o governo partiu para aceleração dos investimentos dos processos de crescimento e desenvolvimento da região numa tentativa de retirá-la do isolamento. Os primeiros planos plurianuais do governo militar contemplaram a ação nas fronteiras e o investimento na infraestrutura dos transportes, indústria e Zona de Livre Comércio, energia e com as novas tecnologias firmaram acordos e parcerias com países interessados nas potencialidades de toda Amazônia (MOURÃO; OLIVEIRA, 2009).

Com o contingente de investidores cada vez maior na capital, a globalização e o neocapitalismo foram abrindo caminhos para promover o consumo criando necessidades, através da modificação dos hábitos e dos meios de comunicação. Assim, desenhou um mundo sem barreiras que facilita a busca pelo conhecimento científico, a transformação do aprender na prática à junção da teoria e prática sob forma de maximizar os lucros (SILVA, 2013).

Em sendo assim é importante destacar o que a tabela 2 apresenta a posição de Benjamin Constant em relação aos outros municípios, levando em conta os indicadores do IDH 2010.

**Tabela 2-** Demonstrativo de crescimento dos municípios do Estado do Amazonas através do desenvolvimento econômico com base no IDH 2000 – 2010.

Demonstrativo de crescimento dos municípios do Estado do Amazonas						
Posição	Município	IDH 2010	Mudança (comparado a 2000)	IDH 2010	IDH 2010	IDH 2010
				Educação	Longevidade	Renda
1	Manaus	0,737	0,136	0,658	0,826	0,738
2	Parintins	0,658	0,170	0,605	0,800	0,589
3	Itapiranga	0,654	0,176	0,594	0,792	0,594
4	Presidente Figueiredo	0,647	0,110	0,538	0,802	0,627
5	Itacoatiara	0,644	0,153	0,534	0,811	0,618
6	Tefé	0,639	0,201	0,511	0,801	0,637
7	Apuí	0,637	0,200	0,540	0,772	0,621
8	Silves	0,632	0,146	0,584	0,791	0,546
9	Urucará	0,620	0,133	0,575	0,754	0,551
10	Tabatinga	0,616	0,156	0,505	0,769	0,602
11	Manacapuru	0,614	0,177	0,481	0,795	0,604
12	Irlanduba	0,613	0,176	0,476	0,799	0,607
13	R. P. da Eva	0,611	0,177	0,493	0,785	0,590
14	S.G. da Cachoeira	0,609	0,131	0,476	0,777	0,610
15	Humaitá	0,605	0,130	0,451	0,791	0,621

16	Manaquiri	0,596	0,167	0,510	0,748	0,556
17	Anamá	0,594	0,186	0,526	0,741	0,537
18	Bca do Acre	0,588	0,187	0,455	0,777	0,576
19	Maués	0,588	0,134	0,464	0,800	0,549
20	Urucurituba	0,588	0,161	0,487	0,776	0,538
21	Coari	0,586	0,197	0,425	0,780	0,606
22	Nhamundá	0,586	0,145	0,503	0,779	0,513
23	Manicoré	0,582	0,184	0,456	0,747	0,580
24	Autazes	0,577	0,157	0,456	0,799	0,539
25	S. Sebastião do Uatumã	0,577	0,149	0,464	0,739	0,561
26	Barreirinha	0,574	0,175	0,522	0,774	0,469
27	Benjamin Constant	0,574	0,185	0,471	0,763	0,526
28	Novo Airão	0,570	0,142	0,434	0,776	0,551
29	Caapiranga	0,569	0,166	0,436	0,775	0,544
30	Careiro da Várzea	0,569	0,181	0,450	0,779	0,523
31	Boa Vista do Ramos	0,565	0,193	0,484	0,750	0,496
32	Codajás	0,563	0,123	0,421	0,775	0,546
33	Eirunepé	0,563	0,154	0,431	0,756	0,548
34	Anori	0,561	0,133	0,433	0,757	0,540
35	Amaturá	0,560	0,147	0,455	0,773	0,499
36	Borba	0,560	0,171	0,425	0,776	0,532
37	Nova Olinda do Norte	0,558	-	-	-	-
38	Careiro	0,557	-	-	-	-
39	Novo Aripuanã	0,554	-	-	-	-
40	Carauari	0,549	-	-	-	-
41	Tonantins	0,548	-	-	-	-
42	Guajará	0,532	-	-	-	-
43	Lábrea	0,531	-	-	-	-
44	Canutama	0,530	-	-	-	-
45	Fonte Boa	0,530	-	-	-	-
46	Alvarães	0,527	-	-	-	-
47	Uarini	0,527	-	-	-	-
48	Japurá	0,522	-	-	-	-
49	Juruá	0,522	-	-	-	-
50	São Paulo de Olivença	0,521	-	-	-	-
51	Jutaí	0,516	-	-	-	-
52	Envira	0,509	-	-	-	-
53	Beruri	0,506	-	-	-	-
54	Tapauá	0,502	-	-	-	-
55	Barcelos	0,500	-	-	-	-
56	Maraã	0,498	0,207	0,348	0,763	0,466
57	Pauini	0,496	0,209	0,317	0,724	0,531
58	Sto Ant.do Içá	0,496	0,184	0,353	0,759	0,438
59	Ipixuna	0,481	0,163	0,302	0,772	0,476
60	Sta Isabel do Rio Negro	0,479	0,095	0,323	0,737	0,461
61	Itamarati	0,477	0,146	0,266	0,772	0,529
62	Atalaia do Norte	0,450	0,102	0,259	0,733	0,481

Fonte: IBGE, 2014

Nos últimos dez anos todos os Municípios do Estado do Amazonas passaram a fazer parte das estatísticas registrando indicadores dentre esses, o de crescimento e desenvolvimento econômico que medem o PIB e o IDH respectivamente.

Segundo o (IBGE 2014), alguns dados que dão suporte às informações, são atualizados anualmente outros a cada decênio, mas pouco a pouco nos possibilita traçarmos um perfil pormenorizado desta imensa Amazônia. Verificamos que as atividades econômicas estão presentes em diferentes graus subsidiados pelos programas e metas adotadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Embora enfrentando grandes dificuldades para atender os princípios da administração pública frente à velocidade das transformações que geram novas expansões do capital seguido pelo estímulo ao consumo, a região vai se modificando em suas próprias contradições e pela especificidade que diante da insanidade humana a própria floresta tem seus meios de defesa que freiam o ritmo frenético do capitalismo selvagem. Mediante estes opostos, porém semióticos, em que o capitalismo tenta expandir os mercados, a região tende a fazer parte da globalidade.

## CAPÍTULO II

### O PROJETO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Elegemos como objetivo deste segundo capítulo o estudo sobre **O Projeto de Expansão da Universidade Federal do Amazonas**, explorando a questão de como a política de interiorização do ensino de graduação foi implantada no Município de Benjamin Constant, ressaltando sua trajetória histórica bem quanto os fatores econômicos e políticos marcantes que também influenciaram este objeto.

Optamos pela educação superior no Brasil, considerando a partir da década de 1970, porém, citando alguns fatos do início do século que subsidiam o objeto do estudo. Neste, descobrimos quão grande é a luta e a responsabilidade do educador/pesquisador em despertar no alunado a inquietação pelo resgate da história para compreender o presente e construir o futuro. “Só a educação transforma os povos” (LIMA, 2005, p. 1).

#### 2.1 O ensino superior no Brasil

O século XX marcou uma série de transformações que perduram no século XXI, **comparando-o aos séculos anteriores como se este fosse o século da velocidade das mudanças**. Atribuímos essas mudanças ao extenso desenvolvimento das ciências, dos meios de comunicação e de transportes, das tecnologias de informações que influenciaram o modo de produção, de gestão, das armas de grande poder de destruição, exigindo um grande e rápido esforço para novas adaptações.

Comparando esta velocidade, concluímos que as universidades públicas brasileiras foram criadas tardiamente em comparação com as europeias. Aquelas tinham a base que cultivou sua cultura de acordo com os anseios das elites, enquanto aqui no Brasil existiam somente cursos isolados (CUNHA, 2007).

Face ao atraso político ideológico e por falta de orçamento, os cursos oferecidos não atendiam as expectativas de mercado. Daí uma das justificativas para as reformas na Educação. É precipitado afirmar que as universidades europeias não sofreram influências das expectativas sociais do tempo e espaço, da mesma forma como as nossas instituições, reconfiguradas sob os interesses do sistema capitalista, e cuja reforma vem se consolidando para atender as políticas neoliberais, que também são capitalistas.

As reformas das universidades públicas brasileiras vêm sendo implementadas aos poucos num rearranjo que não mostrou de imediato os objetivos verdadeiros e, ao mascará-los está privatizando as universidades públicas. Para Mourão e Almeida (2006)

As reformas que ocorreram na administração pública brasileira não seguiram os referidos preceitos, pois não responderam aos anseios da sociedade civil organizada e foram engendradas nos gabinetes, seguindo as orientações dos organismos multilaterais, que traçam as diretrizes políticas internacionalmente. (MOURÃO e ALMEIDA, 2006, 109-112)

Desse modo a questão crucial foi o corte do orçamento, a terceirização de serviços, a desvalorização do profissional da educação em todos os níveis, provocando a fuga do patrimônio intelectual que levaram à desmotivação do pessoal interno e à dificuldade para formação de novos profissionais da educação.

Da mesma forma foram tratadas as reformas para educação superior, conforme expressa-se (CUNHA, 1988).

A Universidade, eu a entendo como Gramsci, aparelho de hegemonia, que tem sua especificidade na formação de intelectuais tradicionais e de intelectuais orgânicos da burguesia. Enquanto aparelho de hegemonia, a universidade encontra-se sujeita ela própria [...] (CUNHA, 1988, p. 10).

Na República Velha ocorreu a expansão do sistema escolar no setor privado e na escola pública estadual. Segundo Braga (2001) evidencia a necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada e, como o pensamento da época incentiva a criação de escolas livres, em todo o país foram criadas escolas livres de Ensino Superior. Para o referido autor isto ocorreu por que:

O pensamento liberal positivista republicano acha que compete ao indivíduo e à sociedade, e não ao Estado, propiciar educação ao povo. A função política da educação fica assim reduzida e favorece o movimento de privatização desse espaço. Falava-se então de “escolas superiores livres”, não dependentes do Estado e empreendidas por particulares (BRAGA, 2001, p. 74).

Assim, o ensino superior no Brasil é organizado em cursos isolados inclusive no Amazonas desde 1909. Somente na década de 1920 é que surge a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1930 com a Revolução e ascensão de Vargas ao poder é que se cria o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19.851/31 ) e o clima se torna propício à criação de novas Universidades.

É importante destacar que o processo de industrialização ocorre devido ao colapso do modelo agroexportador, causado, principalmente, pela crise mundial que repercute no comércio do café. Silva (2014) diz:

A produção para o mercado interno passou, então, a ser o centro dinâmico da economia brasileira, ou seja, a atividade que determinava os níveis de emprego, produto e renda, além da taxa de crescimento da economia. Até então, isso coubera ao setor exportador. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno deveu-se à crise estrutural do café, conjugada com os efeitos restritivos de crédito e demanda oriundos da crise mundial. (SILVA, 2014, p. 47)

No segundo governo de Getúlio Vargas implementou-se planos e metas. Seus efeitos se voltavam para as principais prioridades: “1) Alavancar a nacionalização da indústria brasileira 2) Educação e, 3) Política organizacional” (LIMA, 2005, p. 38). Foi criado o IBGE, e o Ministério da Educação e Saúde Pública, entre outros órgãos públicos, o que despertou ainda mais a importância para educação diante da necessidade de qualificação de mão de obra e por outro lado um instrumento de aferição de resultados.

O estado novo reprimiu trabalhadores em nome da defesa da democracia. Havia uma luta acirrada entre o capital e o trabalho e, o governo reprimia e cooptava trabalhadores por meio da ideologia corporativista “de concessões aos trabalhadores e da contenção à voracidade do capital” (CUNHA, 2007, p. 26). Concomitante a essas questões havia a pressão do capital internacional.

Conforme Cunha (2007, p. 26) “assevera que havia uma facção do Governo que queria aliar-se aos Estados Unidos para lutar contra o Eixo, e outra facção que pretendia juntar-se ao Eixo”. Como o Brasil se une aos aliados, há um crescente movimento em prol da democracia. Ainda seguindo com Cunha (2007, p. 28), em 1944, “os altos escalões militares começaram a perceber a impossibilidade de sustentação do Estado Novo”, o que culmina com a renúncia de Vargas em 1945 e a retomada do processo democrático com eleições para presidente.

Segundo Cunha (2007):

A organização educacional erigida pelo Estado Novo permaneceu a mesma, só se revogando os aspectos mais visivelmente autoritários da legislação como a educação moral e cívica e a instrução pré-militar nas escolas. Por outro lado a Constituição continha dispositivos que visavam garantir, pelo menos formalmente, os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento. No ensino superior foi recuperado o dispositivo da Constituição de 1934, inexistente na de 1937, que garantia a liberdade de cátedra. (CUNHA, 2007, p. 30):

No Governo Vargas havia duas tendências contraditórias na política econômica: uma que redistribuía renda aos trabalhadores por meio de uma política de aumento do salário mínimo e, outra que aumentava a taxa de acumulação. Segundo Cunha (2007)

A contradição consistiu no fato dos aumentos salariais, elevando o preço da força de trabalho, limitavam a acumulação de capital necessário à construção de usinas siderúrgicas, refinarias de petróleo, estradas de rodagem, usinas elétricas e outros empreendimentos exigentes de grandes. Volumes grande de capital”. (CUNHA 2007, p. 33)

Com o término da guerra há uma mudança na política externa na qual os Estados Unidos suspende os empréstimos aos governos latino-americanos e apontam para ações em que possibilitariam a expansão do grande capital. Assim a tendência seria a expansão das empresas multinacionais em detrimento às nacionais. No entanto, Vargas contraria os interesses americanos ao procurar “reunir no país os capitais necessários aos novos empreendimentos, como no caso da Petrobrás, cujo capital foi constituído com poupança interna” Cunha (2007, p. 34). Ao mesmo tempo, afirma Cunha (ibidem), Vargas abre as portas ao capital estrangeiro. A pressão ao Governo cresce, culminando com o suicídio do presidente.

O período de Governo de Juscelino Kubitschek calcado no Plano de Metas objetivava, segundo Cunha (ibidem), a acumulação do capital para que o modelo econômico tivesse continuidade. Ao concentrar o capital nas mãos do governo e este acelerar a acumulação do setor industrial, ocorreu um aumento da inflação que se estendeu para o próximo governo. A luta de classe se acirrava, e no Governo Goulart o pleito das reformas de base ecoava em todos os cantos do país. Quais reformas: a reforma eleitoral, a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma bancária e a reforma universitária.

Braga (2001) aponta que a LDB de 1961 vê o ensino superior como local para o desenvolvimento de alta cultura, da pesquisa científica e formação para exercer profissões técnico-científicas e liberais. A lei fala na organização das universidades, de sua autonomia (administrativa, didático-científica e financeira). Braga (2001) p. 135) diz:

Afirmou-se atrás que pouca importância se deu à “Reforma Universitária” embutida na LDB de 1961 e foram enumeradas algumas causas. A causa mais importante, que agora se explicita melhor, é que, cinco dias antes da promulgação da LDB, o Governo editava a Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universitária de Brasília. O decreto, ainda que lacônico, lançava um novo modelo de Universidade, o primeiro àquela época, que inovava profundamente sobre o conceito e a tradição das Universidades Brasileira, retratadas em parte na legislação tradicional, que continuava na lei 4.024, ou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. (BRAGA, 2001, p. 135)

As diferentes forças existentes no país, as contradições da luta, a autonomização das massas, fizeram com que a burguesia industrial e agrária se aliassem para combater o movimento popular; as classes médias com medo da subversão aliaram-se aos militares,

havendo a vitória do movimento contra revolucionário de 1964, o qual resultou na hegemonia do regime militar.

Este regime ocupou a presidência do Brasil em 1964 através de um golpe de Estado. Esta parte da história do Brasil é obscura pelo fato de conter lacunas e ser escrita a serviço da(s) parte(s) interessada(s). Foram cerceados os direitos à liberdade e à segurança.

Como toda ditadura omite suas verdadeiras ações, ressaltando somente os prodígios, ficaram os registros de um governo comprometido com o patriotismo e soberania da Nação, extinguindo toda e qualquer manifestação ameaçadora ao capitalismo. Dito isso, a história nos revela que nesse período e sob os “horrores das torturas neste sistema repressivo” (ARNS, 1985), favoreceu o crescimento da educação privada.

Na década de 1970 suscitaram inúmeras ideias contraditórias na economia e nas políticas, que levaram às mudanças de pensamento, principalmente na educação, onde se recriou novos hábitos e costumes na sociedade baseados nos paradigmas da pós-modernidade norte-americana. Essa nova fase da história da humanidade, exige mudanças constantes de novas formas, conceitos, comportamentos e atitudes (BAUMAN,1999). As contradições se transformam rapidamente num novo “arranjo social, tudo muda rapidamente”.

Dessa forma, os países, as organizações, as pessoas estão sempre em ritmo frenético em busca de um equilíbrio. Por outro lado, as constantes crises dos sistemas, sejam do capitalismo e a decadência do socialismo, forçaram outras alianças como caracterização de uma nova era baseada na supervalorização das tecnologias de informações e de serviços.

Assim, a reforma do ensino superior que ocorreu no regime militar foi o resultado apresentado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU na visão de Jesus (2014):

O MEC-Usaid inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-Usaid não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na ditadura militar. Destacam-se a *Comissão Meira Mattos*, criada em 1967, e o *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* (GTRU), de 1968, ambos

decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971) (JESUS, 2014, p. 30).

A Lei 5.540/68 embora tenha sofrido muitas alterações, o que é comum para que produza seus efeitos na sociedade, foi o marco inicial para as mudanças da educação superior do Brasil. Ainda que se nomeie e se questione o preço desta modernização através da “ajuda imperialista” dos EUA. (CUNHA, 1988).

Ainda com o pensamento de Cunha(1988)

[...] Se a doutrina desta lei foi elaborada com base no idealismo alemão, o modelo organizacional foi norte-americano, baseado do Taylorismo e Fordismo, numa clara demonstração de subordinação do ensino superior às empresas capitalistas [...] (CUNHA,1988, p. 18-19).

Dentre as mudanças citamos a nova forma de ingresso ao ensino superior mediante processo seletivo denominado de vestibular, novo sistema de matrícula por disciplina ou créditos, estrutura organizacional departamental, infiltração de militares no quadro docente e quadro discente para coibir e punir qualquer tentativa que contrariasse as regras impostas pelo regime militar.

Os reflexos deste regime retardou ainda mais o desenvolvimento do conceito, cultura e missão das universidades pela perseguição aos líderes dos movimentos sociais, reitores, professores e alunos, bem quanto qualquer pessoa que levantasse a mais leve desconfiança contra o apoio à ditadura onde se constatou a violação dos direitos civis e à vida, professores e alunos ‘sumiam’ ou perdiam liberdade sem nem mesmo saberem o motivo, muito menos o direito de defesa. Foi uma fase da qual não podemos esquece-la para que não se permita quaisquer indício (ARNS, 1985).

Um profundo sentimento de decepção, de impotência parece ter desintegrado não só a universidade, mas a sociedade em geral. Por outro lado líderes dos movimentos sociais e algumas instituições firmes em suas convicções filosóficas e políticas produziram resistências que foram rechaçadas por força de ações políticas do bloco no poder. Entretanto, cerram-se os lábios, mas os ideais não morrem.

A sociedade que é fruto de suas contradições permanentes, revelou-se ainda viva, embora enfraquecida, esmagada, as associações de classes, de categorias ainda permaneceram atuantes, numa “queda de braço” em busca do respeito pelos seus direitos diante de um governo que se tornou surdo, mudo, que se esquivava das respostas por diversas razões, mas que aos poucos despertava na população a reação como forma de insatisfação.

A partir dos anos 1970 o Brasil despertou ainda mais o interesse dos organismos internacionais que começaram a surgir e a costurar alianças de forma a defender seus interesses na economia e nas suas políticas de barganha que aos poucos se tornaram imperialistas, sob a influência e apoio dos donos do capital no caso em questão os Estados Unidos que temiam o avanço do comunismo na América Latina.

Para Silva (2001)

O relatório Atcon diagnosticou o estrangulamento no canal de acesso à universidade, a reocupação dos governos que se sucederam durante a ditadura militar foi ampliação de vagas sem que isso representasse um investimento significativo. A partir daí é que se firmou a argumentação de que o ensino privado superior cumpriria uma função complementar, tendo em vista a impossibilidade de o poder público arcar completamente com este ônus (SILVA, 2001, p. 295).

O governo autoritário logo tomou o controle do Poder Legislativo e das administrações diretas e indiretas, autarquias e das universidades públicas, cessando aos poucos verbas para investimentos que se faziam necessários para acompanhar o desenvolvimento do pensamento pedagógico. Esse governo enfatizava pela propaganda o nacionalismo, a necessidade de modernização, de desenvolvimento e crescimento econômico, e ainda “apelos constantes à democracia e liberdade ressaltando a erradicação do analfabetismo e valorização da educação” (BATISTTUS; LIMBERGER; CASTANHA, 2006). Ganhou assim o apoio da massa de analfabetos e subempregados oriundos das regiões miseráveis.

Conforme nos diz Figueiredo (2005).

A Lei nº. 5.540/68, “Lei da Reforma Universitária” foi baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (coronel da escola superior de Guerra) e aprovada de cima para baixo. A reforma acaba com a cátedra, unifica o vestibular passando a ser classificatório, aglutina as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, dispensa a necessidade de ser do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial (FIGUEIREDO, 2005, p. 1).

Este discurso demagogo, criticado por Rosas (1992, p. 13), referindo-se a certo senador que disse [...] “Prometer o que não pode ser feito, faz parte da retórica eleitoral”, nos remete a concluir que a reforma das universidades se faziam necessárias, porém sem a essência fundamental que justifica sua existência, acompanhando a evolução social como acontecia nas universidades europeias, não se fortalece, pois não há identidade.

A contradição entre o dito e o feito como o planejamento e os recursos destinados às reformas não correspondiam ao discurso proferido com exaltação fazendo-se soar convincente que ainda hoje soa como prioridade nos planos de governo, está dilacerando as universidades públicas, pela forma de conduzir a educação superior.

Almeida (2001) nos diz que:

Em 1976, o Brasil possuía 41 universidades públicas, sendo 30 federais e 9 estaduais e 2 municipais. Quanto às universidades privadas, as primeiras foram criadas por organizações religiosas católicas no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul ainda em 1940 (CHAGAS, 1967: 14 apud ALMEIDA, 2001, p. 62).

As mudanças ou reformas nas universidades mesmo tendo sufocado os movimentos reacionários, foram implementados aos poucos na década de 1970. Assim, acreditamos que as reformas nas universidades públicas brasileiras não ouviram os principais atuantes na educação, foram impostas, o que nos remete a discussão ainda hoje deste assunto. Se ouvirmos apenas as explicações em forma de propaganda difundida na mídia pelos órgãos governamentais, podemos fazer um juízo de valor completamente distorcido dos fatos. A universidade pública brasileira está se diluindo na sua filosofia a medida que é submetida às políticas de controle e de gestão dos órgãos transnacionais.

Diante deste breve histórico se discute e a reforma da educação superior na a qual se insere a Universidade Federal do Amazonas como vetor dos anseios do capital privado ou seja, a produção de mão de obra qualificada para atender a demanda do Parque Industrial instalado na cidade Manaus em 1967.

## **2.2 As Políticas Públicas dos Anos 80 e 90 o neoliberalismo**

Após a II Guerra Mundial, assistimos a polarização de dois sistemas econômicos, o capitalismo liderado pelos Estados Unidos dominante no ocidente formado pelos países aliados e o comunismo assim chamado formado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, controlada pela Rússia.

A partir de então essas duas potências vem se enfrentando numa disputa muitas vezes silenciosa através de políticas intervencionistas, de embargos como forma de frear a expansão econômica entre si.

Segundo Sandroni (2004)

No sistema capitalista, a economia baseia-se na separação de trabalhadores juridicamente livres, que dispõe apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário e os capitalistas, os donos dos meios de produção que através

de contrato captam recursos humanos para produção de bem e serviços, mediante pagamento de salários (SANDRONI, 2004, p. 81).

Como ideologia e conceito o capitalismo, transmite a ideia de liberdade, onde o trabalhador tem a sua preciosa mercadoria, força de trabalho e dela dispõe de acordo com sua vontade. Mas como todo sistema que se desenvolve e chega ao ápice para em seguida entrar em declínio, pelas crises e contradições, o capitalismo mostrou na década de 1980 sua face obscura, através de ações que levam a barbárie.

As crises internas dos EUA, desde 1929 vêm implementando políticas de forma a manter-se no controle hegemônico da economia mundial. Em 1980, o fez endurecer as políticas de ajuda financeira aos países em desenvolvimento, dependentes do capital internacional, mediante empréstimos, culminando com o afastamento do Estado nas definições das políticas públicas internas. Estas intervenções no Estado brasileiro culminaram com a reforma administrativa de forma imperialista criando entraves ao desenvolvimento nacional em detrimento da expansão de mercado das multinacionais inclusive no ensino superior.

Assistimos parte desse saque aos cofres públicos quando foram privatizados patrimônios estatais; a redução de postos de trabalho; a reforma previdenciária e na própria administração pública, “numa tentativa de adaptação do liberalismo econômico à nova doutrina do capitalismo moderno” (SANDRONI, 2004, p. 421).

Dessa forma apresentamos um breve histórico de como o neoliberalismo chegou ao Brasil como forma de reforçar o estudo das políticas das reformas da educação superior, implementadas pelo governo de Fernando Henrique e governo Lula. Ressaltamos que a partir de 2003 começa a legalização das expansões do ensino superior o que permitiu a instalação de Campi mediante a fixação das universidades federais no interior dos Estados, na intenção de criar necessidade de consumo e, assim, expandir o capital.

Por outro lado, é visível que ao invés de aumentar o número de vagas nas universidades federais situadas nos grandes centros, o governo optou em comprar vagas nas instituições privadas através de programas sociais. Essa questão vem se arrastando desde a década de 1970.

O governo de Juscelino Kubitscheck, com o jargão “50 anos em 5”, visava principalmente criar uma consciência de nacionalismo e industrialização do Brasil. inaugurando a capital Brasília como marco de um novo tempo onde seriam necessários vários ajustes afim de que o País pudesse acompanhar a produção industrial dos países hegemônicos do Ocidente. Com estrutura pública administrativa ainda em maturação, iria se tornar refém dos interesses dos seus credores.

Marcado por um período de transição administrativa, econômica e política no mundo, e que aqui se refletiram. A redemocratização representa a volta do governo civil ao poder. Esta nova fase foi marcada pelo ato do então último presidente militar João Batista Figueiredo com a Lei 6.683 da Anistia sancionada em 1979, mas entra em vigor em 1985.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o nome redemocratização dispôs a conquistar a confiança das classes para um novo despertar, pois representava o fim da censura, nova abertura política das instituições em todos os níveis, das pessoas, o fim do sinistro pesadelo da ditadura dos sistemas nacionais de informações presentes em todas instituições da administração públicas, diretas, indiretas.

Economicamente comprometido com as concessões e convênios feitos com países com maior tecnologia na gestão anterior, o Brasil recorre ao FMI e Banco Mundial, para aplacar a crise interna tanto para investidores quanto para operários. É neste momento que os movimentos sindicais ganham apoio popular. Segundo (MOURÃO, ALMEIDA, 2006, p. 108) há uma “[...] perspectiva, não é um fato isolado, mas faz parte de um conjunto de Reformas que vem modificar o Estado Brasileiro [...]”.

Ressaltamos que estamos tratando de “2ª Redemocratização” considerando que a primeira ocorreu com a governança de Getúlio Vargas até 1945 com a organização da Constituição de 1946 e a criação das empresas nacionais.

Este fragmento da história moderna brasileira tem sua performance voltada para a reforma na economia e na política que vai dar continuidade na reforma administrativa cuja influência advém dos fatos externos que efetivaram o domínio econômico dos EUA com a queda do muro de Berlim e as reformas Glasnost e Perestroika e posteriormente a dissolução da URSS.

As reformas aqui no Brasil no que diz respeito à cidadania e Educação foram legalizadas na Constituição Brasileira promulgada em 5 de outubro de 1988, mas trata do assunto a partir do Art. 205 ao 214, que consolidou e tratou da Educação. A criação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre a Lei de Diretrizes Básicas para Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação a cada dez anos.

Informa-nos Mourão e Almeida (2006).

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo

de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. [...] Com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação (MOURÃO, ALMEIDA, 2006, p.108).

Embalada por uma propaganda que enfatizava a liberdade de expressão, perante uma sociedade fustigada pela arbitrariedade da ditadura, as demandas foram sendo costuradas sob o cognome de reformas sem resistências capazes de freá-las.

Segundo Mourão; Almeida (2006).

Ao mesmo tempo em que se processava a Reforma Administrativa eram colocados na ordem do dia os processos do Ensino Superior. Vários mecanismos são utilizados para quebrar as resistências da sociedade civil organizada, dentre estes se tem: contingenciamento de recursos de custeio e capital para as IFES's, não autorização de concursos públicos para preenchimento das vagas docentes e técnico-administrativo (MOURÃO, ALMEIDA, 2006, p. 110).

Enquanto distraía a atenção da sociedade com o discurso de eleições diretas, nos gabinetes e nos partidos, agora vários, se desenhava o novo modelo de administração pública voltada para gestão no modelo privado, baseada no capitalismo moderno onde os resultados são qualitativos e quantitativos isto é: o investimento com perspectiva de lucro a curto prazo.

Atribuímos a incapacidade de discernimento da grande massa da sociedade em distinguir as prioridades para o País, até porque isso reporta-se à colonização, enquanto isso, as políticas públicas já estavam sendo legalizada e legitimada no Congresso Nacional. Com o *impeachment* do primeiro presidente eleito Fernando Collor de Melo, estas políticas ganharam ainda mais fôlego com o vice Itamar Franco que o sucedeu até as novas eleições.

No Brasil, considerado país em desenvolvimento, retorna o controle do governo aos civis no período de 1986-1992. Citamos este período em primeiro lugar para trazer à memória uma série de fatos que desestabilizam o Brasil na política e na economia, o que de certa forma levou a desconfiança de investimento estrangeiro, pois, como as mudanças não ocorrem na mesma temporalidade espacial, sendo, portanto, considerada esta nova era nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

### 2.3 Reforma no Governo FHC 1995 - 2002

As reformas requerem um fundamento, uma ideologia, metas que desejam alcançar a curto, médio ou longo prazo. Tratando-se de reforma na Educação envolve a reforma social que causa efeito em todas as classes, organizações, governos e suas políticas econômico- sociais e ainda nas relações internacionais. “E para que não se perca o foco” (Rosas, 1992, p. 18), revisões periódicas nas estruturas e nos recursos.

Na opinião dos educadores e intelectuais os quais criaram a ideologia sobre a reforma na educação superior no Brasil. Diz Rosas (1992):

[...] Como reformas sociais mais amplas, as institucionais tem finalidades aparentes que nem sempre coincidem com outras, ocultas, que as primeiras mascaram. Mudar para não mudar [...] As reformas educacionais podem ser pensadas como antecipações de mudanças sociais relevantes, em resposta em mudanças já ocorridas no plano social e político, ou como um esforço deliberado para evitar que as mudanças alcancem a educação [...] ou para alimentar o atraso e favorecer a dependência? (ROSAS, 1992, p. 14-18).

Instaurou-se a discussão pela discordância de ideologia, pelos verdadeiros motivos desta reforma, se realmente são esses objetivos a serem alcançados são ideais de uma “universidade autônoma, livre, criativa, que pensa com experiência democrática interna” (ibidem).

Ao verificarmos os resultados do que já foram implantados nas décadas de 1980 e 1990, a reforma na educação superior foi uma extensão da reforma administrativa sob a direção dos organismos internacionais FMI, Banco Mundial, Unesco e Relatório Atcon, para atender seus próprios objetivos. Portanto, planejada de fora para dentro sob as recomendações do Consenso de Washington e implementada de cima para baixo.

As ideias de reformas para Educação, em particular das universidades através da Lei 5.540/68 de 28 de novembro dispõe sobre a reforma do ensino superior, como instituições de liberdade crítica e democrática, foram subtraídas.

Sob a promessa de enxugar a máquina administrativa que se tornara onerosa aos cofres públicos não deixando mais verbas para educação e saúde e ao mesmo tempo culpando a administração pública pela ineficácia, contrariando assim um dos seus princípios fundamentais, Fernando Henrique Cardoso, candidato do Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB, concorre ao pleito.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (CF 1988, Art. 37),

Assim, elege-se Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e cientista político, com capacidade de dirigir o país mergulhado numa profunda crise fiscal frente ao seu adversário Luis Inácio Lula da Silva, um simples torneiro mecânico. Tratando de ratificar os interesses dos organismos internacionais, uma das medidas adotadas pelo Governo FHC é a Emenda Constitucional 19/98 modificando o Art. 37 da CF de 1988 e conseqüentemente a Lei 8.112/90. Dessa forma atingiu a estrutura da administração pública, sutilmente suprimindo alguns direitos dos funcionários concursados e implementando a nova política gerencial.

Apesar das severas críticas e acusações de favoritismo e corrupção por parte do Partido dos Trabalhadores – PT, é o Governo FHC que introduz o processo de privatização que havia disso implementado na Inglaterra, por Margareth Thatcher. Foi imposto ao Brasil sem os ajustes a nossa realidade. As primeiras são privatizações ocorreram com a Vale do Rio Doce e do Sistema Telebrás. Estas empresas de sociedade anônima (S.A) nunca deixaram de apresentar lucro líquido positivo. Ressaltamos que a Estatal Telebrás (holding), prestadora de serviço de telefonia fixa, através das operadoras em cada Estado da Federação, não visava o lucro, mas como oferecia bom serviço de utilidade pública na capital e no interior, desfrutava de bom conceito junto à sociedade em geral.

Quanto a reforma da educação superior segundo (MOURÃO; ALMEIDA, 2004)

O Governo Fernando Henrique Cardoso prepara o terreno para outras reformas quando executa a Reforma Administrativa. Ao anuncia-las como necessárias à modernização do país, constrói mecanismo que desarticularam a organização do trabalho no interior das Universidades, precarizando tanto o trabalho docente como técnico-administrativo, fazendo com que a instituição aos poucos vá se ajustando à lógica neoliberal privativista. (MOURÃO; ALMEIDA, 2004, p. 110).

Esta atitude é um caso programado. Sabendo da impossibilidade de concorrer as próximas eleições, materializa a ideia de entregar ao sucessor as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) em abandono para que se complemente as orientações do Consenso de Washington, com as políticas neoliberais.

Desta forma expressa Negrão (1998), “[...] John Willianson, economista inglês, foi quem alinhavou os dez pontos do Consenso de Washington que culminariam com a intervenção no papel dos Estados, nas suas políticas internas de forma imperialista”. Confirmando Negrão, o Consenso de Washington aponta para a:

Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2 Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3 Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributário, com maior peso nos impostos indiretos

e menor progressividade nos impostos diretos; 4 Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5 Taxa de câmbio competitiva; 6 Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7 Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8 Privatização, com a venda de empresas estatais; 9 Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10 Propriedade intelectual. (NEGRÃO, 1998, p. 41-43)

## 2.4 Reforma no Governo Lula – 2003 - 2010

Na quarta tentativa de chegar ao Planalto, Lula elege-se para presidente do Brasil. A chegada de um operário ao cargo máximo do País, vem recheada pelo carisma pessoal e a facilidade de comunicação com a massa de trabalhadores o que favorece sua credibilidade em seus discursos inflamados com as palavras “lutas e igualdade sociais”.

Via-se nele a esperança de um Brasil dos brasileiros para os brasileiros, pois FHC também havia aberto concessão para exploração de serviços a terceiros na maioria blocos formados por multinacionais outrora sob a responsabilidade do Estado que culminou com uma crise interna pelo fechamento de postos de trabalho, cuja taxa de desemprego média anual chegou a 12,6% no período de 1994-2002 (IBGE apud ARAÚJO, 2010):

Pelos dados da pesquisa do IBGE, a taxa de desemprego, no último ano do governo FHC, atingiu os dois dígitos, de 12,6% em 2002. Nos governos de Lula e Dilma, a taxa recuou de forma expressiva e fechou 2013 em 5,4%, 7% pontos percentuais abaixo do desemprego da era FHC. O patamar de 5,4% é o que economistas chamam de “pleno emprego”. Até mesmo em 2008/2009, numa das maiores crises internacionais da história, o desemprego reduziu-se e os trabalhadores não pagaram a conta da crise. Dez entre dez economistas neoliberais defendem que para a inflação convergir para a meta de 3% a 4% ao ano é preciso aumentar bastante o desemprego para algo próximo de 10% ao ano. Os economistas neoliberais estão tão assanhados que não escondem a diretriz central de combate à inflação: o aumento do desemprego. Veja o que disseram economistas liberais alinhados com o PSDB sobre o desemprego: “Sem aumentar a taxa de desemprego será difícil manter a inflação sob controle num prazo mais longo – a inflação vai se acelerar lentamente”. (ARAÚJO, 2010 apud O ESTADÃO 24.mar.2013)

Sobre a Política de Educação, nos diz Lima (2005):

Sem uma consciência nacional formada para a grande obra educativa, sem noção da responsabilidade perante o século e o futuro, o Brasil, pelo pensamento mais culto de suas *elites*, defronta com os gravíssimos encargos do atual momento histórico; e, com o mesmo desdém pelo problema dos problemas nacionais, sem a força de opinião que assegure a vitória de uma *política de educação* decididamente dominadora, [...] (LIMA, 2005, p. 31).

É necessário que as universidades atuem maciçamente em mobilizar estudantes, professores, sindicatos e centros acadêmicos à participação nas reformas educacionais, principalmente no ensino superior, que prioriza a qualidade na formação do sujeito professor. E que para as gerações vindouras, as Universidades Públicas, também, se façam presentes como patrimônio, mas não como um objeto mudo, e sim, como histórico da evolução do pensamento científico e social.

As reformas requerem um fundamento, uma ideologia, metas que desejam alcançar a curto, médio ou longo prazo. Tratando-se de reforma na Educação envolve a reforma social que causa efeito em todas as classes, organizações, governos e suas políticas econômico- sociais e ainda as relações internacionais. “E para que não se perca o foco” (Rosas, 1992, p. 18), revisões periódicas nas estruturas e nos recursos.

Na opinião dos educadores e intelectuais os quais criaram a ideologia sobre a reforma na educação superior no Brasil diz Rosas, (1992).

[...] Como reformas sociais mais amplas, as institucionais tem finalidades aparentes que nem sempre coincidem com outras, ocultas, que as primeiras mascaram. Mudar para não mudar.[...] As reformas educacionais podem ser pensadas como antecipações de mudanças sociais relevantes, em resposta em mudanças já ocorridas no plano social e político, ou como um esforço deliberado para evitar que as mudanças alcancem a educação...[...] ou para alimentar o atraso e favorecer a dependência? (ROSAS, 1992, p. 14-18).

A real intenção da proposta maquiada pelas necessidades de reformas, ficaram ainda mais evidentes quando Lula assume o governo já comprometido com os interesses neoliberais consoante com as propostas dos organismos hegemônicos do capitalismo moderno, o que contraria as antigas promessas do Partido dos Trabalhadores – PT. Sem opção, Lula pactua alianças, busca apoio, faz concessões, enfim uma série de barganha, a fim de que possa manter a popularidade e estabilidade econômica.

Vejamos, o que dizem Mourão; Almeida, 2006.

Quando Luis Inácio Lula da Silva assume o Governo, recebe uma Universidade sucateada e direcionada para o mercado e aprofunda a crise quando apresenta um conjunto de ações que dão materialidade à Reforma Universitária. As ações são: SINAIS – Sistema nacional do Ensino Superior; Lei da inovação tecnológica; Lei que regulamenta a parceria Público/Privado; Programa Universidade para todos; Projeto de Lei sobre Reforma Universitária (MOURÃO; ALMEIDA, 2006, p. 110-111).

O Reuni é a materialização da Reforma nas Universidades Públicas Federais. A discussão sobre o Plano de Reestruturação será trabalhado no terceiro capítulo.

## 2.5 A Implantação da Universidade Federal do Amazonas

Consta nos registros históricos da própria instituição que a atual Universidade Federal do Amazonas, iniciou suas atividades em 1909 com a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências e Letras e Faculdade de Engenharia, posteriormente desintegrada em cursos isolados na Cidade de Manaus. Partindo da premissa de temporalidade que nos propomos, concordamos neste estudo, sua existência a partir de 1909, e de fato e de direito a partir da Lei Federal 4.609 de 12 de junho de 1962 que criou a Universidade do Amazonas - UA<sup>20</sup> e em 20 de junho de 2002, a Lei 10.468 passa a ter a denominação de Universidade Federal do Amazonas – Ufam (Estatuto e Regimento da UFAM).

Assim definido o objetivo, justificando a necessidade de sua existência e ressaltando sua importância para o desenvolvimento do Estado, verificamos que a Ufam tem subsistido em meio a dificuldades de toda ordem a cumprir sua missão que expressa o seu grande propósito que é “[...] cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia” (Estatuto e Regimento Geral da Ufam, Art. 5º.).

Assim diz Brito, (2004):

[...] Nela temos que testemunhar, sobretudo os avanços alcançados, que impediram a paralisia do pensamento e asfixia da consciência reflexiva; o processo de transformação por que passou e está passando, para responder aos desafios peculiares de cada momento histórico[...] (BRITO, 2004, p. 13).

### 2.5.1 A Escola Universitária Livre de Manaus - 1909

Em 1909, o Brasil figurava como o maior exportador de borracha. As contradições que encontramos é que enquanto as cidades de Manaus e Belém assimilavam costumes europeus, os miseráveis balateiros do Alto Solimões, pouco ou nada tinham e até a esperança de sobrevivência, fustigada pelas condições de vida, desaparecera. Dessa forma nos permite a visão e a discussão que hoje permeiam os fóruns, seminários, e outros encontros científicos, comparando aos conceitos de Harvey (2005), a visão da geografia econômica, de central e periférico, acumulação de capital e mão de obra barata.

O apreço pelo ensino superior no Amazonas partiu da iniciativa de um grupo de militares que constituíam uma grande parcela da sociedade manauara. Esta servia de inspiração como modelo a ser seguido pela juventude. O foco da educação militar era o planejamento estratégico

---

<sup>20</sup> Juridicamente a UA era uma fundação para captação e aplicação de recursos federais.

e as ciências sociais. Nesta organização, elevava-se pela meritocracia, enquanto a política administrativa do Estado e do Município, baseava-se no nepotismo. Quanto à Igreja, esta teve um papel memorável contra o analfabetismo e ensino elementar através de internato e seminário, que posteriormente iriam engrossar a demanda por vaga no ensino superior.

Referindo-nos ao Estatuto de 1907 da criação da Escola Prática Militar, que irá influenciar o modelo de educação das escolas técnicas, posteriormente, comenta Brito (2004):

c) Fomentar o desenvolvimento profissional de seus associados, dando-lhes, pelo menos, os lineamentos gerais da arte da guerra e incitando-os à cultura das ciências auxiliares e ao perfeito conhecimento da profissão militar [...] (ARCHIVOS DA UNIVERSIDADE DE MANÁOS apud BRITO, 2004, p. 16).

Por outro lado a presença de militares foi respaldada pela ameaça constante de internacionalização da Amazônia, conforme Reis (1965).

[...] versaram, sobre isso mesmo, sobre os cinco períodos em que podemos fixar o processo de evolução daquela região, para onde converge, na atualidade, o interesse do Brasil, como já despertou a cobiça dos povos fortes, que ambicionaram um dia vê-la transformada, de parte integrante do mundo lusitano produzindo matérias primas para seus parques industriais e servindo de interesses mercantis. [...] (REIS, 1965, p. 1).

Foi nesse afã de copiar o pensamento europeu que grandes obras foram feitas em Manaus, dentre estas o Porto Fluvial através do qual chegavam e saíam as notícias entre o Novo e o Velho Mundo. Em reuniões sociais discutiam a realidade de lugares distantes. Relevante também é “a existência da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, embrião da formação do pensamento positivista” Lima (2005, p. 28), aqui na distante Manaus, e que certamente despertou a inquietação da juventude manauense pelo conhecimento das ciências da qual surgiu a ideia de criar uma escola para a construção do saber.

Assim, compartilhando do mesmo ideal, a Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas deu suporte à criação da **Escola Universitária Livre de Manáos**, em 1909, que nasce sob a égide do espírito democrático e elegeu pelo voto dos docentes das quatro faculdades agregadas o primeiro dirigente.

A partir do declínio da exportação da borracha e às vésperas da I Guerra Mundial, “as companhias concessionárias inglesas e outras perderam o interesse na região e deixaram de contribuir com a manutenção dos serviços públicos” Brito (2004, p. 41).

Sem recursos financeiros a **Escola Universitária Livre de Manáos**, também parcialmente se desintegrou ou funcionou precariamente sem o curso de Ciências Jurídicas e

Sociais que tornou-se independente “oficializado no dia 26 de novembro de 1931 Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais”, encerrando como instituição subvencional por cotas, autônoma, oficial porém sem ônus para o Estado” Brito (2004, p. 43).

### **2.5.2 A criação da Universidade do Amazonas**

Tendo citado as leis e os fatos que culminaram na Reforma da Educação Brasileira, atemo-nos a realidade do Estado do Amazonas, de sua grande extensão e localização geográfica que constituiu um desafio para a administração pública federal e a municipal. Alguns dos seus governantes, despreparados para priorizarem a aplicação de recursos, desperdiçaram as oportunidades que a economia mundial lhe colocara nas mãos e constituíam um grupo no poder, ora apoiados por questões de interesses pessoais ora isolados quando discordantes.

Ressalta Lima (2005, p. 9), “o histórico descaso em matéria de instrução dos governantes”. Apesar desse processo, em 1962 a Universidade do Amazonas-UA se constituiu.

Seguindo com Brito (2004, p. 32), este ato marcou uma nova era para o Amazonas, “significou o reconhecimento da UA como instituição plena” que preenchia os requisitos do Decreto 19.851 em 1931 que trata da criação do Estatuto das Universidades conforme nos informa a (Revista da UFG Ano VII, n.2, dez 2005).

### **2.5.3 A Universidade do Amazonas – UA no contexto ditatorial**

A Amazônia com suas fronteiras vulneráveis parecia não pertencer ao Brasil, tornando-se objeto de cobiça dos grandes investidores, mas por outro lado, com alguns projetos já fracassados que pediram garantias e aqui se estabeleceram promovendo a ocupação da região, como a criação do Polo Industrial e Zona de Livre Comércio.

O processo de interiorização das universidades na Amazônia foi uma vitória das lutas e reivindicações dos movimentos sociais e de alguns políticos e educadores que cobravam o direito ao acesso à educação superior. Este brado pela falta de vagas nas universidades públicas, também foi motivado pela aceleração da erradicação do analfabetismo e de frear o êxodo populacional para zonas urbanas.

Segundo Dias; Coelho; Santos; (2004).

O projeto de interiorização do ensino superior no interior da Amazônia está em consonância com o projeto de desenvolvimento do governo federal. As primeiras ações de interiorização do ensino superior da Amazônia deram-se na década de 70, com a criação do CRUTAC e o desenvolvimento do Projeto Rondon e o incentivo à instalação de campi universitários avançados –

provenientes de outros estados brasileiros [...] (DIAS; COELHO; SANTOS, 2004, p. 37).

O governo militar muito mais preocupado em suprir as necessidades de investimento em infraestrutura, como energia, estradas e aeroportos, a fim de que pudesse dar maior suporte à economia sob as determinações do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional também se sentia pressionado e insistia na reforma administrativa envolvendo a reforma universitária.

Com o advento da expansão das comunicações (rádio, telefonia e televisão) estreitou o isolamento do interior do Estado do Amazonas e, dentre outras ações a de oportunizar a qualificação da mão de obra dos profissionais da educação nos municípios que apresentavam demanda substancial para implementação do projeto num esforço para integrar os espaços socializando e ainda na fronteira para estabelecer demarcações consolidando a soberania nacional.

Conforme expressa-se Lima (2005)

Apesar do “grave problema de colonização das nossas fronteiras abandonadas é um dever nacional dos mais imperiosos e impreteríveis. A Absorção estrangeira, em diversas zonas se faz surdamente, à sombra do descaso e da indiferença do Brasil. Regiões há em que os brasileiros já falam a língua dos vizinhos, ou pelo menos uma terrível mescla em que a língua nacional quase se dilui inteiramente”. (LIMA, 2005, p. 67)

No período de 1964 – 1986 o Brasil adota uma política autoritária, baseada na força e no desrespeito aos direitos e garantias individuais e coletivos, sob a opressão da liberdade e segurança em todos os sentidos. O panorama econômico e social do Brasil se acelera com um grande êxodo populacional que se desloca aos grandes centros industriais enquanto a agricultura, agora mecanizada, dispõe de excedente de mão de obra.

Em 1986 o poder volta às mãos dos civis tendo com vice-presidente José Sarney que, com o falecimento de Tancredo Neves, assume o poder até 1990. No período de 1990 a 1994, há inquietação pelo desemprego, inflação, pelas novas mudanças. Essas mudanças que começaram de forma lenta, tomam grande impulso a custa de mais empréstimos dando início à reforma do estado brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002.

Segundo Mourão e Almeida (2006, p. 109):

A Reforma do Estado Brasileiro, que se inicia no Governo de FHC, foi uma conjunção de três dinâmicas: a) Reminiscência do movimento de oposição à ditadura militar, que lutava contra o modelo de Estado interventor. b) A necessidade de ajustar a economia do país à nova fase do capitalismo mundial.

c) A nova equipe governamental que inaugura um novo ciclo político. (MOURÃO; ALMEIDA, 2006, p. 109)

O papel atuante do Estado passa a ser de regulador e sob orientações do FMI, Banco Mundial e BNDS das políticas internas. É esse processo que favorece à entrada do capital estrangeiro e a reforma da educação superior, dita como necessária ao novo cenário econômico mundial.

#### **2.5.4 A saga do Processo de Interiorização do Ensino de Graduação no Estado do Amazonas.**

Segundo a Universidade Federal do Pará

A interiorização das ações universitárias teve início em 1971, sob o modelo renovado das ações extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTACs), do final da década de 1960, e teve como ações iniciais a realização de cursos especiais de Licenciatura curta nas áreas: Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais, destinados à “preparação de docentes de 1º e 2º graus” e de Cursos de Licenciatura plena para a formação de administradores e supervisores escolares. A segunda fase toma forma quinze anos depois, com o I Projeto de Interiorização. UFPA (Jornal eletrônico).

Estas ações deram início a interiorização da Ufam quando foram eleitos cinco campi para o trabalho. As prefeituras locais se uniram ao projeto, apoiando de acordo com recursos disponíveis. No mesmo período, em maio de 1986, representantes das universidades amazônicas elaboraram o I Projeto Norte de Interiorização, que incorporou objetivos, metas e estratégias já delineadas PDI (2006-2015).

O governo militar já desgastado estendeu também essa preocupação em oferecer mão de obra qualificada, pois assim exigia o mercado de trabalho público e privado. Sentindo-se pressionado diante da possibilidade de internacionalização da Amazônia, destinou investimentos em tecnologia e treinamento em recursos humanos das forças armadas para garantir a territorialidade. Expandiu as telecomunicações nas áreas de fronteiras ainda em infraestrutura, posto de fronteira e aeroportos, a fim de que pudesse facilitar o deslocamento.

Parafraseando Almeida (2004, p. 19) “Com o aprofundamento da crise do regime autoritarismo e progressiva objetivação do processo de redemocratização. começaram a se acumular as condições para uma nova ênfase na questão administrativa”.

Na década de 1980 verifica-se a expansão dos campi das Universidades Públicas, e permitindo o acesso ao ensino de graduação à população do interior dos Estados. No Estado do Amazonas os primeiros municípios a serem beneficiados segundo informações do acervo

documental da Universidade Federal do Amazonas foram: Benjamin Constant, Coari e Humaitá, posteriormente Parintins e Itacoatiara. Tendo em vista nosso objetivo, exploraremos a questão histórica no Município de Benjamin Constant (AM).

### **2.5.5 Projeto Rondon em Benjamin Constant – I Plano de Desenvolvimento da Amazônia**

Conforme documentos e registros no acervo de particulares e da Universidade Federal do Amazonas e ainda da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, nos traz à memória os primeiros ensaios de interiorização através do Plano de Desenvolvimento da Amazônia - 1972-1974 e posteriormente I Projeto Norte de Interiorização, revisto a cada três anos, que funcionou de 1986 até a chegada da Ufam. Em 4 de junho de 1968, pela Lei Federal nº 5.449, o município é enquadrado como área de segurança nacional conforme histórico fornecido pela PMBC 2001-2014, urgindo a necessidade de estimular a permanência daquela geração no local onde pudesse promover uma acumulação capitalista.

A Reforma Universitária de 1968 cunhou uma extensão invasora, materializada no Projeto Rondon. Este projeto, traz a chamada Educação Bancária. Alargando o pensamento, talvez pelo prestígio e intermédio da Prelazia do Alto Solimões, a instituição Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS, se fez presente naquele município oferecendo ensino e extensão. A extensão contava com a presença de alunos finalistas de diversas faculdades com seus conhecimentos punham em prática e tinham a oportunidade de conhecer a realidade amazônica, cujo imaginário popular disseminado como terra de povos primitivos e sem urbanização, repleta de animais selvagens.

O ensino era presencial ministrada no recesso escolar em módulos dando apoio às licenciaturas, mediante demanda. Esse programa foi custeado pelo Ministério do Interior até a sua extinção. Em 1989 passou a ser de responsabilidade da UA, com apoio dos Órgãos Superiores e parcerias com agências financiadoras e prefeituras.

### **2.5.6 Projeto de interiorização da Universidade do Amazonas em Benjamin Constant 1991 – 2004**

A sociedade benjaminense, sentindo-se ameaçada pela falta de perspectiva dos projetos pessoais e profissionais das gerações vindouras pela ausência de cursos de graduação e também com intuito de fixá-las e promover o desenvolvimento econômico e social do município, toma

a iniciativa em formar uma comissão denominada de Ciclas<sup>21</sup> encabeçada por professores, comerciantes e políticos.

É importante ressaltar este anseio também solucionava a questão financeira das famílias que tinham que enviar seus filhos e filhas a estudar fora do município privando-os do convívio familiar (cultura pouco difundida entre os amazonenses) para prosseguir os estudos e voltar colaborando com ações que pudessem melhorar a qualidade de vida dos benjaminenses.

Por outro lado, a Universidade do Amazonas já democratizada, elege o Prof. Dr. Marcos Barros para Reitor da UA 1989-1993, que tendo recebido a petição local iniciou os trâmites legais internos, contando com a parceria das prefeituras do Alto Solimões, para que o projeto de interiorização se tornasse uma realidade, em outras palavras a Universidade veio para ficar e logo se estendeu aos municípios de Parintins e Itacoatiara.

Após levantamento de demandas com a participação da comunidade em geral a Universidade do Amazonas começa a atuar em 1991, quando realizou o primeiro vestibular para Licenciatura em Letras. O curso visava atender a demanda dos municípios do Alto Solimões nas modalidades de **Ensino**, ministrado em módulos no recesso escolar e **Extensão** que oferecia cursos de aperfeiçoamento e capacitação à população em geral e aos municípios adjacentes.

A primeira turma formada em 1995 contava com 68 egressos e posteriormente visando atender às necessidades qualificação de mão de obra na educação continuada, na condição de graduação (faculdade) de Licenciatura em Letras, Filosofia, Matemática, Ciências e Geografia, ministrados durante as férias a nas dependências de um prédio onde anteriormente funcionava o Projeto Rondon.

## 2.6 O projeto de Expansão – Ufam Multicampi

A instituição está presente no interior do Estado, por meio de seus centros universitários, desde os anos de 1970, quando implantou o primeiro Polo no município de Coari. Como resultado do inegável esforço e investimentos empreendidos pela comunidade universitária para efetivar a política de expansão do ensino superior, o ano de 2005 representou um marco no tocante às medidas adotadas no âmbito das propostas de adequação dos projetos de interiorização. Esse empenho resultou na criação do Programa de Expansão do Ensino Superior, promovido pelo Governo Federal, que traz como denominação no Amazonas a sigla “Ufam Multicampi” (PROEXT/UFAM, 2006, p. 6).

---

<sup>21</sup> Ciclas – Comissão de Implantação dos Cursos de Literatura no Alto Solimões

Considerando os novos olhares nas potencialidades amazônicas, as novas tecnologias de informação e a perspectiva de desenvolvimento econômico e ainda o cumprimento do papel social do Estado, a Universidade Federal do Amazonas

[...] se faz presente em seis municípios, com estrutura fixa sob a legislação de Campi avançado e 18 núcleos distribuídos em vários municípios do Estado, dentre esses o Curso Superior de Complementação de Estudos em Formação de Lideranças Indígenas, numa oportunidade de atender a demanda de acesso a Educação (INEP 2006, p. 30).

## **2.7 Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni 2004**

O programa Reuni consta no documento elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura denominado de Diretrizes Gerais. Dentre estas, duas são metas do programa: (A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública: 1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; 2. Redução das taxas de evasão; e 3. Ocupação de vagas ociosas. (E) Compromisso Social da Instituição: 1. Políticas de inclusão; 2. Programas de assistência estudantil; e 3. Políticas de extensão universitária. (MEC, 2007, Diretrizes Gerais - MEC 3.2.1, p. 11-12).

Em abril de 2007, o Governo Federal, através do Decreto Nº. 6.096, institui o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, cujo objetivo volta-se para criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Após a implantação do programa surgiram 126 unidades de ensino superior em todo o Brasil, assegurando dez unidades para o interior dos Estados. São 230 municípios nas 27 unidades federativas que contam com 274 universidades federais e seus campi (ibidem). Assim se consolida a expansão da educação superior dentro da visão do neoliberalismo.

Assim as políticas públicas para educação superior, segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2000-2010) asseguram.

A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da

oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. O Reuni é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2000-2010, p. 36).

Este programa é uma resposta à imposição da globalização que tenta a homogeneização cultural, integrar mercados mundiais, criar novos modelos produtivos e uma redefinição geopolítica. Também são resultados das grandes transformações que o sistema capitalista gerou após a II Guerra Mundial, quando grandes organismos internacionais foram criados com a finalidade de estabelecerem políticas que promovessem a universalização de oportunidades. Para consecução dessas políticas estabeleceram o financiamento na formação de recursos humanos para tornarem-se mais competitivos e produtivos sempre a serviço dos grupos hegemônicos.

A Ufam, situada em um dos Estados mais promissores da região Norte, também se faz presente no interior do Estado desde a década de 1980 quando implantou o primeiro projeto de extensão no Município de Coari<sup>22</sup>, e teve várias outras ações em vários municípios no âmbito da formação de professores.

Essas ações foram investimentos que lograram êxito. Mas é no ano de 2005 que as medidas adotadas no Plano de Desenvolvimento para Educação do Governo Federal implementou a proposta de adequação dos projetos de interiorização, que se revigoraram no Programa de Expansão do Ensino Superior.

Diante das adversidades não se deteve para corresponder, dentre os anseios de sua visão. Em 2006 consolida sua presença com a criação de cinco campi, que somaram ao existente na capital um total de seis. Esse desafio de instalação depara-se com um cenário desfavorável, pela escassez de recursos humanos e materiais, logística, transportes, capacidade limitada de investimento público e de romper as distâncias e o tempo. Mesmo diante do reconhecimento pela excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social, por acreditar que a educação é um instrumento capaz de transformar o ambiente, as organizações, o indivíduo e suas relações.

Os municípios escolhidos como sede dos campi são geograficamente estratégicos, para atender os demais municípios e ainda, para que a Universidade Federal do Amazonas possa assim, cumprir com a missão de cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio

---

<sup>22</sup> CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento Avançado das Comunidades (1970).

do ensino, pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento regional.

O Município de Benjamin Constant, localizado aproximadamente a 1.800 quilômetros de Manaus comporta uma população estimada em 35.000 habitantes com características de miscigenação (IBGE 2014). Imigrantes nordestinos que chegaram à época áurea da borracha, índios de várias etnias e os povos oriundos dos países vizinhos formando a diversidade cultural na tríplice fronteira: folclore, costumes, conhecimentos empíricos, crenças, valores, idiomas. Possui como segmento econômico, o comércio de produtos e serviços, apesar da relevante potencialidade natural para piscicultura. Benjamin Constant conta com a presença de alguns órgãos governamentais: Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Empresa Brasileira de Correios - EBC. Foi escolhido para sediar o Campus Instituto de Natureza e Cultura que também tem o propósito de integralização.

Diante da missão, a Universidade Federal do Amazonas aceita o desafio também como proposta social de oportunizar o acesso à educação de ensino superior aos povos do interior, com intuito de diminuir a exclusão do conhecimento científico causado pela localização geográfica dos grandes centros.

**Figura 8** – Sede das instalações iniciais Ufam/INC.



Fonte: <http://www.cienciaempauta.am.gov.br/2014/07/primeira-defesa-de-dissertacao-em-benjamin-constant-ocorre-no-dia-07/>

Assim a Ufam instalou-se em Benjamin Constant conforme figura 8, através das Resoluções aprovadas pelo Conselho Universitário com os cursos em Bacharel em Administração, Licenciatura Dupla em Ciências Biológicas e Química, Bacharel em Antropologia, Bacharel em Ciências Agrárias e do Ambiente, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia. O Instituto de Natureza e Cultura está construindo sua própria identidade, cultura organizacional alicerçada pelos docentes oriundos dos diversos estados brasileiros, dos países andinos Peru e Colômbia, pelo corpo técnico formado, na maioria por pessoas do próprio município e pelos alunos oriundos dos municípios vizinhos, das comunidades indígenas, da República da Colômbia e República do Peru.

Neste sentido, este estudo se justifica pela necessidade e oportunidade de pesquisarmos a presença de uma universidade pública no processo de interiorização do ensino superior, a fim de que seja consolidado um dos paradigmas da política da Educação que é a administração gerencial por resultados.

Dessa forma cabe-nos analisar a implantação da fixação desta autarquia, o esperado e o realizado, os resultados deste empreendimento e analisar se os objetivos foram alcançados.

A Universidade do Amazonas vem cumprindo o papel social relevante, que diante do novo Imperialismo Econômico tenta minimizar as mazelas sociais promovendo a inclusão frente à competitividade do conhecimento científico que transforma dados em informações e geram riquezas através de novas tecnologias sobre o qual se assenta o capitalismo. Embora

tenha sido profundamente descaracterizada em sua cultura organizacional a Ufam vem respondendo às novas políticas neoliberais às quais o Estado encontra-se subjugado, e dentre essas destacamos o novo modelo de gestão mediante os cortes no orçamento. Entretanto, com novas políticas econômicas que impõem ainda mais a contenção de gastos, projeta insegurança, desmotivação comprometendo a qualidade do verdadeiro sentido de uma proposta de ensino superior público, gratuito e de qualidade.

## CAPÍTULO III

### O DITO E O FEITO: AS AÇÕES DA UFAM EM BENJAMIN CONSTANT

Este último capítulo tem como objetivo apresentar as propostas e as realizações, bem como, as ações que a Universidade Federal do Amazonas trouxe para o município contribuindo para o desenvolvimento econômico através do Reuni.

Os resultados oriundos das informações pertinentes serão analisados no contexto atual. A partir de 2000, tomando-se como indicador relevante o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, focalizando o indicador educação. O IDH é importante para elaboração dos programas do Governo Federal a fim de ratificar os pontos fortes e priorizar os pontos fracos para o desenvolvimento regional.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud é um trabalho desenvolvido pela ONU com os governos federais e parcerias com sociedade civil e organizações privadas que procuram minimizar as desigualdades e a pobreza através de implementação de políticas sociais de médio e longo prazo, cujo resultado é aferido pelo IDH e outros índices e apresentado anualmente pelo Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH que nos esclarece sobre o IDH.

IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (**saúde, educação e renda**) são mensurados da seguinte forma: Uma vida longa e saudável (**saúde**) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (**educação**) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; e o padrão de vida (**renda**) é medido pela Renda Nacional Bruta - RNB *per capita* expressa em poder de paridade de compra - PPP constante, em dólar. (PNUD, 2015). PAG

#### **3.1 As propostas do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007**

Dentre as políticas da Organização das Nações Unidas é imprescindível a melhoria da qualidade de vida, ou desenvolvimento humano que segundo o Pnud (2005) PAG “é um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. Assim, o Brasil na condição de país assistido por organismos internacionais implementa as políticas que lhe são “sugeridas” em escala hierárquica decrescente. Diante das prioridades ressalta-se a educação como ícone do desenvolvimento e crescimento econômico e do bem-estar do povo.

Art.1º. Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, com o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.(DECRETO 6.096/2007)

Como projeto de longo prazo, foi assegurada a conclusão até 2015, segundo o Decreto-Lei acima citado, a disponibilização de recursos financeiros para suprir as necessidades de implantação, como forma de manter a qualidade do ensino pesquisa e extensão das universidades públicas firmando o compromisso social, interiorização, interdisciplinaridade e interinstitucionalidade.

### **3.2 A proposta do Reuni para o Município de Benjamin Constant**

Viabilizar a implantação do campus de Benjamin Constant, objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão desenvolvimento de pesquisas - aumentar a oferta de vagas de educação superior. (UFAM/PROEXT, 2007, p. 23.).

Assim, é importante conhecer o que realmente se propunha o Reuni para a Universidade Federal do Amazonas: segundo o acervo histórico, a política ampliação da interiorização da Universidade Federal do Amazonas admite a criação de unidades acadêmicas permanentes, entre estas o Instituto de Natureza e Cultura – INC, campus do Polo Alto Solimões, com sede no município de Benjamin Constant.

O projeto contempla a valorização dos municípios do interior, com a implantação de unidades acadêmicas de caráter permanente para se transformar em centro de referência em ensino, pesquisa e extensão, reafirmando assim o ideário da direção da Ufam 2001-2005, uma vez em que esta estava presente desde 1976 e muito contribuiu para a promoção da qualidade de vida da população do Alto Solimões.

A fixação com ofertas de cursos de graduação para jovens e adultos dos municípios adjacentes veio somar os resultados positivos para a cultura miscigenada daquela população da área de fronteira, firmando a presença do Governo e criando oportunidades de formação e valorização profissional.

### **3.3 Adesão da Ufam ao Programa REUNI**

A proposta inicial citada no Art 1º do Decreto Lei 6.096, de 24 de abril de 2007, levou a Ufam à adesão inicialmente com a proposta de três campi, dentre esses o do Alto Solimões, situado em Benjamin Constant. Antes mesmo da proposta do Reuni, a Ufam já buscava outras

parcerias para continuar a missão social naquela distante localidade, cujo número de habitantes só aumentava e criava uma demanda cada vez maior.

No caso de Benjamin Constant a proposta construída foi feita de acordo as necessidades e as potencialidades do município, fruto do envolvimento da Ufam, sociedade civil e governo municipal. Em seguida foram atendidas as exigências do MEC mediante apresentação de relatório de visitas e o Projeto.

Foram destinados **R\$ 48.978.934,44** (valor estimado em 2006), devendo a Ufam tomar para si a responsabilidade de todas as etapas no espaço de cinco anos para conclusão e sujeita à fiscalização periódica dos técnicos do MEC, para constatar quaisquer problemas ocorridos nas etapas e, assim, através do diálogo efetuar os ajustes necessários, sem contudo implicar na continuidade do projeto.

Conforme tabela 3<sup>23</sup> abaixo, a proposta de cursos a serem implementados foram aprovados pelo MEC, de acordo com o estudo levantando *in loco* aprovando seis cursos, bem como número de vagas para o Pólo do Alto Solimões através da fixação da Ufam criando o INC.

O MEC trabalha com a possibilidade de ampliação e construção física da sede. Em Benjamin Constant houve uma ampliação. Assim a etapa seguinte foi a questão da definição dos cursos e mão de obra. A tabela abaixo aponta os cursos que foram oferecidos conforme Relatório da Criação e Resumo Histórico da Criação e Implantação das Unidades Acadêmicas no Interior do Estado. (Proext/Ufam através de ofício 2921/2006 MEC/SESu/DEDES, p. 26)

---

<sup>23</sup> Tabela de proposta de cursos a serem implantados pelo MEC, conforme registrado no Resumo histórico/UFAM/PROEXT p. 22.

**Tabela 3** - Alternativa avaliada para a implantação do projeto MEC-UFAM-INC

O Campo de Benjamin Constant foi criado por meio de unidade acadêmica e será constituído pelos seguintes cursos						
Curso	Dados anuais	2006	2007	2008	2009	2010
Administração – Gestão Organizacional	Ofertas de vagas	50	50	50	50	40
	Turno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno
	Total de alunos	50	100	150	200	
Pedagogia	Ofertas de vagas	50	50	50	50	40
	Turno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
	Total de alunos	50	100	150	200	
Antropologia	Ofertas de vagas	50	50	50	50	50
	Turno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
	Total de Alunos	50	100	150	200	250
Licenciatura em Letras (L. Portuguesa L. Espanhola)	Ofertas de vagas	50	50	50	50	50
	Turno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
	Total de alunos	50	100	150	200	
Ciências Agrárias e Ambientais	Ofertas de vagas	50	50	50	50	50
	Turno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
	Total de alunos	50	100	150	200	250
Licenciatura em Ciências ( Biologia Química)	Ofertas de vagas	50	50	50	50	0
	Turno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
	Total de alunos	50	100	150	200	0
TOTAL DE ENTRADA ANO: 300						

Fonte: Resumo Histórico da criação e implantação dos campi no interior do Estado – Unidade de Benjamin Constant vol. I/PROEXTI/UFAM, 2006 p. 22.

### 3.3.1 Criação e implantação

Ao longo das três últimas décadas, assistimos aos processos de inovação e renovação das políticas brasileiras. O Governo de José Sarney foi caracterizado como o governo da redemocratização; o de Fernando Henrique Cardoso, estabilidade econômica. A partir do Governo Lula, a ênfase ancorou-se na diminuição das desigualdades sociais. Com a

Constituição de 1988, considerada uma carta voltada para o bem-estar da cidadania, foi possível a implementação de programas assistenciais.

No início do século XXI, a administração superior da Ufam traça suas metas para o quinquênio, dentre essas, a meta ousada de expandir o ensino superior no interior do Estado, vencendo as adversidades e divergências políticas.

Segundo o documento Resumo Histórico da criação e implantação dos campis no interior do Estado – Unidade de Benjamin Constant vol. I/PROEXTI/UFAM, 2006, que registra todo o processo de criação e implantação dos campis, sendo o vol. I referente ao campus de Benjamin Constant Of. Nº 037/2005 expedido pela da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento institucional – PROPLAN que trata da movimentação de informações entre a Ufam e o MEC que culmina com o aceite do MEC atendendo o pleito mediante Of. Nº 260/05-PROEXTI. No qual ratifica a integração da Ufam ao programa de criação e a implantação de três unidades acadêmicas permanentes, entre estas, Benjamin Constant.

### **3.3.2 Vencendo os desafios passo-a-passo.**

Diante de uma missão de grande repercussão, recorreremos à elaboração de um planejamento operacional (o que, como, onde, quem, por quê?) que exige em cada etapa do processo um comprometimento da organização, do desenvolvimento e do controle, e ainda um cronograma para cada etapa. Sabemos que, embora seja imprescindível, muitas vezes isso esbarra numa burocracia na administração pública. Entretanto, a arte de administrar deve ter uma motivação interna, esta motivação é capaz de vencer todos os percalços de que cada projeto audacioso possui.

Para este desafio de implantação, a direção da Ufam reuniu as três Pró-reitorias mais envolvidas e, por indicação, criou um Comitê Gestor e Comissões, com suas devidas atribuições, conforme Portaria nº1.200 de 26 de agosto de 2005.

Ainda de acordo com o acervo histórico da Ufam, coube à Profa. Dra. Rosa Mendonça de Brito, da Faculdade de Educação, a coordenação da Comissão do Campus de Benjamin Constant juntamente com os professores membros: Marino Baima de Almeida, Sandra do Nascimento Noda e Heloisa Helena Corrêa da Silva.

Neste primeiro momento urgia a necessidade de apresentar projetos e documentos onde constavam, dentre outras informações, a criação e estruturação dos cursos devidamente justificada e, de acordo com as perspectivas do MEC, este trabalho foi realizado em conjunto com as autoridades e sociedade do município e alunos do ensino médio. A equipe de trabalho

esteve no Campus entre 25 e 27 de outubro de 2005 onde também se fez presente as professoras Dr<sup>a</sup> Márcia Perales Mendes Silva e Msc Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro a fim de subsidiarem as informações do MEC.

Tratou-se de um estudo minucioso cujo projeto explica a questão financeira e ambiental. Tratou ainda de questões importantes como aspecto técnico, descrição e cronograma de execução. Assim, o projeto proposto pelo Reuni contempla:

A Unidade Acadêmica de Benjamin Constant será composta por 4 blocos novos, edificados em 1 e 2 pavimentos, além do espaço físico hoje existente, constituído de um pavilhão com cinco salas de aulas com capacidade para 50 alunos cada, um espaço de 200m<sup>2</sup> para biblioteca e seis espaços destinados à parte administrativa e de projetos, tudo isto, situado na área do Campus de Benjamin Constant da UFAM. O destino das edificações dos dois blocos será distribuída em salas de aula, laboratórios, salas de professor, bibliotecas, sala de apoio didático e um auditório. A área total de construção será de cerca de 1.960m<sup>2</sup>. O projeto de Reforma das áreas hoje existentes será elaborado com as mesmas exigências do Projeto da Unidade Acadêmica, inclusive com iguais especificações para construção dos novos prédios e agenciamentos em toda sua área. (UFAM/PROEXT, 2007, p. 27).

O resultado deu-se ainda em novembro de 2005, com a criação do campus, através da Resolução 027/2005 e de seis cursos que atendessem às necessidades da região. O Consuni determinou a criação dos seis cursos: Curso de graduação e letras (licenciatura dupla) – Língua Portuguesa e Língua Espanhola, Curso de graduação em Ciências Agrárias e Ambientais (Bacharelado), Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura), Curso de Graduação em Administração - Gestão Organizacional, Curso de Graduação em Ciências Agrárias e Ambientais (Licenciatura e Bacharelado) e o Curso de Graduação em Biologia/Química (Licenciatura dupla).

Inicialmente o Programa havia proposto a contratação de 80 a 100 professores, porém o Consad aprovou 30 vagas para contratação de professores mediante concurso público, exigindo apenas a graduação para o polo do Alto Solimões, o que também demandou a composição de uma comissão presidida pela professora Francisca Maria Coelho Cavalcante e formada pelos professores Waldemar Mancini e Márcia Josanne de Oliveira Lira.

Aqui já reside um problema: o projeto traz a necessidade de contratação de 80/100 professores, mas só são contratados 30. Como não ocorreu a contratação de professores prevista há uma tendência a piorar a precarização do trabalho docente, e comprometer a qualidade do ensino.

O primeiro concurso realizou-se em 20 de maio de 2006, tendo sido homologado o resultado em 21 de junho de 2006, porém não preencheu todas as vagas, sendo necessário a

realização de mais dois concursos, sem sucesso. Algumas vagas preenchidas deram oportunidade àqueles que outrora desfrutaram nos projetos ministrados pela Ufam. Outro problema enfrentado pela Ufam em Benjamin Constant é a fixação de professores na região. O concurso não preencheu as vagas visto que na região não há profissionais qualificados para determinadas áreas, além disto, as condições de vida no Município não corresponde às expectativas dos docentes, principalmente daqueles que vêm do Centro Sul. Há reivindicações para que os docentes que estão fixados na tríplice fronteira ganhem, tal qual os militares, a gratificação por exercer sua profissão na área fronteiriça.

Atribui-se a carência de mão de obra pelas condições da região, longínqua e que não desperta interesse, haja vista os pretensos candidatos avaliarem as condições desfavoráveis para continuo aprendizado num completo isolamento cultural.

A professora Doutora Márcia Perales Mendes da Silva foi indicada a atuar como interlocutora responsável pela implantação dos campi. A elaboração do projeto pedagógico foi feita sob a Coordenação da Professora Doutora Rosa Brito.

### **3.4. Plano Diretor Físico (PDF III) e o Plano Diretor Institucional (PDI 2006-2015) da Universidade Federal Amazonas**

Um dos relatórios da visita ocorrida em 25 a 27 de outubro de 2005 trata da doação do terreno para ampliação da Ufam na presença da sociedade benjaminense, inclusive com representantes indígenas e o Prefeito José Maria Freire da Silva Jr.

Em termo de recursos humanos e instalação predial o espaço destinado ao funcionamento do Instituto Natureza e Cultura continha uma área de 615.000 m<sup>2</sup>, sendo 1.280m<sup>2</sup> em áreas construídas com a seguinte distribuição: seis salas de aulas, cozinha, seis apartamentos com capacidade para 24 pessoas, alojamentos masculinos com capacidade para 22 pessoas, e alojamento feminino com capacidade para 10 pessoas, biblioteca, diretoria e sala de computação:

#### **A) Proposta da estrutura predial (Reuni):**

A construção de 4 blocos novos edificadas em um e dois pavimentos, além do espaço físico hoje existentes com 5 salas de aulas com capacidades para 50 alunos cada, um espaço de 200m<sup>2</sup> para biblioteca e 6 espaços destinados a parte administrativa e de projetos.

**Figura 9** – Proposta do Reuni para ampliação da estrutura predial do INC



**Fonte:** Campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), da cidade de Benjamin Constant (Foto: Jonas Santos). Jornal acrítica < [http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonia-Amazonas-Manaus-Ufam-Processo-Seletivo-Macro-Verao\\_0\\_520748354.html](http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonia-Amazonas-Manaus-Ufam-Processo-Seletivo-Macro-Verao_0_520748354.html) >

Conforme figura 9, da proposta ainda não foi concretizada no que diz respeito a construção dos prédios no projeto inicial. Houve várias paralisações na construção, considerando que a administração pública tem poderes limitados pela Lei de Licitações e Contratos 8.666/93. Comprometendo o espaço de trabalho para o pessoal da administração, as salas de aulas, laboratórios e demais instalações estão funcionando precariamente.

A disponibilidade de energia não atende a demanda da necessidade para funcionamento do INC no turno noturno, e é precário o serviço de telefonia e internet. Os cursos funcionam somente no turno diurno por insuficiência de reserva de energia, abastecida pela estação termoelétrica.

Todos os aspectos apresentados já demonstram que o REUNI não cumpriu a meta, pois as condições de trabalho comprometem a qualidade de ensino e deixam os docentes, discentes e técnicos isolados dos processos unificantes institucionais, já que há uma barreira comunicacional.

**B) Organização interna** - Mudança no organograma e fluxograma para potencializar resultados

Na sociedade da pós-modernidade, como diz Bauman (2000), tudo é muito rápido, desde as decisões assertivas à entropia negativa. Estas exigências são características da gestão privada, onde a sobrevivência da empresa depende da eficácia no mercado altamente competitivo. No campus de Benjamin Constant, dada a falta de tecnologia, a comunicação em tempo real ainda está se organizando, não há uma rotina de processos uniforme, algumas resoluções são impossíveis de serem cumpridas.

Essas questões mostram o não cumprimento de metas e a necessidade de uma política mais ofensiva da distribuição de energia e dos processos de comunicação. Para o desenvolvimento da região é urgente resolver estes problemas, para que o Instituto possa ingressar no mundo comunicante e, com isso, possa promover interpelações necessárias ao processo de formação inicial e continuada.

### **C) A proposta do aproveitamento de pessoal quadro técnico e docente.**

Em 2005 o campus contava com apenas dois funcionários. Em outras palavras, já havia pessoas deslocadas de suas funções nos cargos acima citados, isso implica na política do Ministério do Trabalho e Emprego, que fiscaliza os desvios de função dentro das organizações. De outra forma aventa a possibilidade de não se criar condições técnicas para o exercício da profissão. Em Benjamin Constant esse problema persiste no que diz respeito a psicólogo, assistente social, fisioterapeuta e bibliotecária.

Em 2006 o quadro de pessoal contava com 30 professores e 15 técnicos-administrativos segundo Resumo Histórico da criação e implantação dos campis no interior do Estado – Unidade de Benjamin Constant vol. I /PROEXTI/UFAM, 2006 p. 26. Em 2014 conforme CADM<sup>24</sup> conta-se com aumento da contratação de professores e técnicos, em função da demanda, porém dentro do previsto pelo Reuni. 71 professores e 43 técnicos.

Em 2006 achava-se matriculados cerca 300 alunos; em 2014 matricularam-se 1.047 alunos, segundo informações da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg). A taxa de egressos 2014 foi de 40,5%, o que compromete o tempo hábil de permanência. No percentual de 59,5, que compromete o atingimento da meta, foram considerados os alunos evadidos, porém matriculados, desistentes, os trancamentos, reprovações e os licenciados para o serviço militar.

### **D) Aumento de vagas**

No período de 2006 a 2015 o INC ofereceu 300 vagas para ingresso anual de novos alunos em cada um dos cursos de graduação com exceção de 2010 que foram oferecidas apenas 230 vagas, sendo que os cursos Administração Gestão Organizacional e Pedagogia reduziram

---

<sup>24</sup> Coordenação Administrativa - CADM Relatório das atividades desenvolvidas no quadriênio 2011-2014.

de 50 para 40 o número de vagas naquele ano. Já o curso de Licenciatura em ciência e (Biologia/Química) não ofereceu vagas para ingressantes. Assim a projeção que contava com a saída de alunos em tempo hábil considerou que na vigência do programa Reuni seria de 1.430 egressos. Porém a PROEG nos informou que até 2013 o número de egressos foi de 424. O Reuni também previu a qualificação do corpo docente e técnicos oferecendo vagas para mestrado e doutorado a Ufam planejou essa demanda conforme o plano de capacitação anual, e assim alcançar a meta do aumento da produtividade científica.

No campus de Benjamin Constant essa meta ainda está longe de ser alcançada considerando as seguintes dificuldades: a) um percentual significativo do alunado não está terminando sua graduação em tempo hábil; b) *turnover* alto no quadro de professores. Bem como a realização de atividades simultaneamente administrativas pelo quadro docente e ainda ensino pesquisa e extensão, o que parece ser um problema generalizado na universidade, caracterizando hipóteses como escassez ou má distribuição de mão de obra, falta de um programa de treinamento em vários níveis.

Na região norte há um número limitado de programas de Pós-Graduação, por falta de professores Doutores que se fixem na Universidade. O problema não é só Benjamin Constant, ocorre também em Manaus que é a sede. A grande indagação que fazemos é: Como formar mestres e doutores que fiquem na Região e mais especificamente no Campus de Benjamin Constant?

No início das ações em Benjamin Constant o campus recebeu um número significativo de professores que tinham doutorado ou que estavam cursando em suas regiões de origem. Para facilitar a formação a Ufam liberou esses docentes para que terminassem seus doutorados embora esses estivessem em estágio probatório. Aconteceu que muitos terminaram sua formação e fizeram concurso para outras instituições, deixando a Ufam/INC desprovida de doutores, embora tivesse investido neles.

Por outro lado, a elaboração de um planejamento sem dotação orçamentária para execução compromete o desempenho do funcionário, por ter gerado falsa expectativa e este se sente desmotivado. Assim, Noronha se expressa em entrevista concedida a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas-ADUA

Já estamos nos aproximando da etapa final da vigência do PDI 2006-2015 e muitas das promessas que ali foram feitas com base no Reuni não foram cumpridas. Os campi do interior encontram-se em situação precária, sem infraestrutura, professores e sem técnicos administrativos em educação suficientes para atender a todos os cursos. Aliás, hoje eles já estão sendo pressionados para ampliarem mais ainda o seu processo de expansão sem que

tenham sido executadas as metas projetadas no REUNI. Não foi por acaso que a maioria dos seus professores, técnicos e alunos apoiaram as greves docentes e de técnicos sem grandes restrições. Não foram construídos, até agora, os prédios para as bibliotecas do Setor Norte e do Setor Sul do Campus de Manaus; ainda não foram concluídas as obras da área de convivência do setor Norte. Não há previsão para a inauguração do restaurante universitário.

A capacidade de trabalho dos docentes e técnicos da instituição atingiu seu limite. O que implica a impossibilidade de darmos conta de numerosos problemas de gestão, como a administração dos bens patrimoniais, o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão - por falta de pessoal técnico qualificado -, a promoção de processos administrativos disciplinares e comissões de sindicância. Todos os semestres, muitas turmas permanecem sem professores, pois a carga horária de trabalho deles já está cheia e, em muitos, casos, já transbordou. Um sintoma evidente desse fato foi o aumento do contingente de trabalhadores terceirizados em todos os setores da Ufam. Muitas perdas podem ser contabilizadas por conta desse processo. Entre elas, a deteriorização das instalações prediais, dos sistemas de fornecimento de água, eletricidade, telefone e internet dos Campi, Manaus, inclusive. O número de pessoas que passou a frequentar o Campus Universitário aumentou muito sem que se tenha ampliado as estruturas de alimentação, banheiros, áreas de convivência, segurança e transporte. A qualidade do trabalho acadêmico foi prejudicada, uma vez que docentes e técnicos administrativos foram sobrecarregados.

Já se tornou comum formarem-se turmas com 50 alunos ou mais. Talvez o maior prejuízo sobrevivendo com o Reuni tenha sido a assimilação pela comunidade universitária do princípio da produtividade e da competição como diretrizes de suas atividades. Tornou-se evidente que o principal valor simbólico adotado entre os membros da comunidade acadêmica, entre nós, passou a ser a carteira contabilizando o número de turmas, número de orientandos, número de publicações, número de projetos de extensão, projetos aprovados pelo CNPq, Capes ou Fapeam.

Paralelamente a isso, esse espírito também promoveu a disputa pelo acesso a bolsas e a outras formas de complementação salarial mediante a adesão a programas paralelos de ensino, como o PARFOR e outros similares. A disseminação desse espírito tem contribuído seriamente para o desvanecimento da Autonomia como valor fundamental da Universidade Pública.

Com ele, instalou-se um clima de competição entre as Unidades Acadêmicas e até mesmo entre os Departamentos e as Coordenações de curso. Por falta de recurso, briga-se por vaga para professor, por espaço físico, por pessoal técnico administrativo, por cargos comissionados, por bolsas, por estagiários, pela prioridade no atendimento dos serviços prestados pela Prefeitura do Campus Universitário, etc. O que abre espaço para a odiosa prática do favorecimento, da troca de favores e a formação de alianças inconfessáveis com fins eleitorais. No mesmo sentido, a adoção da produtividade e da competição como princípios retira da ação universitária o exercício da crítica e a capacidade de resistir às políticas de desqualificação da universidade como instituição de promoção da cultura, do conhecimento e da cidadania. Em decorrência disso, consolida-se a prática da transformação da educação em mercadoria, passando a ser o diploma o indicativo de sua tangibilidade.

Enfraqueceu-se a capacidade política da UFAM frente aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas de educação superior, pesquisa, extensão e saúde, uma vez que, ao adotar o REUNI, nossa instituição aceitou as diretrizes da política do governo federal sem restrição alguma e tornou-se refém dos compromissos ali firmados.

Conforme o relatório de administração 2011-2014 é visível o avanço, o esforço para manter o INC funcionando, mas é preciso vencer cada entrave com decisões assertivas e colaboração de todos. O alcance das propostas do Reuni, por sua vez, esbarra nos cortes orçamentários para o Ensino de Graduação, demandando muitas vezes em adiar um sonho, um ideal em razão do todo. É assim que está se construindo a cultura organizacional.

**Tabela 4 - Situação atual de Recursos Humanos no INC/Ufam.**

<b>Docentes e Técnicos - Formação (2014)</b>					
<b>Curso</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialista</b>	<b>Mestre</b>	<b>Doutor</b>	<b>Total</b>
Administração	03	04	04	01	12
Antropologia	-	-	10	02	12
Biologia e Química	01	-	06	03	10
Ciências Agrárias e do Ambiente	02	-	07	02	11
Lic. em L. Port. e Espanhola	01	07	03	01	12
Lic. em Pedagogia	01	04	07	02	14
Técnicos	28	08	02	-	38*+2

Fonte: CADM 2011-2014 INC – Benjamin Constant

O total de técnicos é correspondente a 40 servidores, sendo 2 concursado para o nível fundamental. Os 38 restantes estão distribuídos em 22 concursados para nível médio e 16 para o nível superior.

Ao analisarmos a tabela 4, verificarmos que no período de 2011 a 2014, o quadro de professores e técnicos vem se modificando, podemos afirmar que gradativamente há um aumento da capacitação/qualificação do corpo docente e administrativo, o que demonstra que a Ufam/INC está investindo na formação.

### **3.5 Ações da Ufam em Benjamin Constant**

Uma das maiores ações relevantes do INC-Ufam é o trabalho em conjunto com a comunidade, a sociedade civil e a parceria com as Prefeituras dos Municípios de Tabatinga e Atalaia do Norte, pela proximidade e por haver um grande número de alunos destes municípios

que, vivenciando a realidade local, motivam a promoção e desenvolvimento de projetos que aproximam a comunidade ainda mais da instituição e participam voluntariamente dos programas, projetos e planos. Citamos como um dos mais relevantes a participação nas propostas do Estatuto da Universidade. O INC foi um dos Campi que se fez representar nas reuniões na capital pelo membro da sociedade civil organizada.

Mesmo na precária opção de deslocamento, o INC dispõe de dois barcos para traslado dos alunos de Tabatinga-Benjamin-Tabatinga e vice-versa e desenvolvimento de projetos. É uma situação delicada, pois vez ou outra o barco apresenta avaria por não haver manutenção preventiva. Muitas vezes as peças têm que ser adquirida em Manaus, ficando os alunos sem comparecer às aulas e às visitas às comunidades, atividades da Ufam no Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor) e no Ensino a Distância (EaD), além de vários projetos de extensão e outros desenvolvidos ainda na graduação como PIBIC, PIBID, PIBEX.

Esse é um problema da manutenção da Universidade Pública, os recursos para manutenção são escassos e, com isso, compromete as ações planejadas. Não foi objetivo deste trabalho fazer uma análise dos recursos para manutenção, mas fica registrada a preocupação: houve ampliação, como manter?

### **3.6 Verificação dos resultados da Ufam no Município**

Analisando-se a importância da fixação na Ufam no Município de Benjamin Constant, consideramos dois aspectos positivos que atenderam os objetivos:

1. O aspecto do impacto da educação no desenvolvimento econômico e social em Benjamin Constant que compõe o IDH
  - a) Aumento populacional entre 2006 e 2007;
  - b) Maior número de matrícula no ensino médio;
  - c) Atividades de trabalho na informalidade;
  - d) Circulação de moeda;
  - e) Melhoria do grau de instrução da população;
2. A relevância que a educação de ensino superior tem na geração de nova matriz econômica.

O INC é um dos campi que está funcionando desde 2006, em Benjamin Constant e por não possuir as mesmas condições das regiões do Sul e Sudeste é de se esperar que o processo de crescimento seja desigual ou este prazo revisto. Mais uma vez fica demonstrado que o

desenvolvimento capitalista é desigual e combinado, por isso, não se pode exigir de regiões desiguais as mesmas performances, embora os processos avaliativos em que são submetidas as Universidades sejam os mesmos.

Ressaltamos que a região é isolada, para deslocamento para centros mais desenvolvidos só é possível por avião. Na era da comunicação há um contingenciamento visto que a internet não tem o alcance suficiente para realizar pesquisas, receber e-mails, conectar com a própria Ufam em Manaus, esse problema nos coloca à parte da sociedade científica. O mais interessante é que Letícia, capital do Estado do Amazonas na Colômbia, tem o serviço de internet sem problemas, às vezes é mais fácil a conexão via Colômbia que pelas empresas alocadas no Brasil.

Dos 62 Municípios do Estado do Amazonas, apenas cinco possuem Campus, algo em torno de 9%. A implantação do Instituto de Natureza e Cultura foi e ainda é um dos fatos mais importantes que ocorreram no município bem como as atividades desenvolvidas através de projetos junto às comunidades em geral. Mesmo com as dificuldades do cotidiano, nos mostra que ocorreram mudanças no município. Quando o Campus foi implantado não tínhamos como comprar papel para nossos trabalhos, certos equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho docente, prestações de serviços, tais como manutenção de equipamentos. A situação vem melhorando progressivamente. Hoje é possível verificar o aumento de oferta de produtos e serviços abrindo inclusive novas fontes de trabalho. Consideramos essas questões positivas, elas demonstram que as relações sociais são dinâmicas.

O Professor Noronha<sup>25</sup> (2014) ressalta os pontos positivos a partir do Reuni, que foi justamente o planejamento de desenvolvimento físico que projetou várias construções:

O Reuni surgiu como uma grande promessa de expansão e modernização da Ufam. O PDF III, elaborado a partir do Reuni, projetou a construção de novos prédios para a abertura de bibliotecas, salas de aula, espaços administrativos e laboratórios no setor Sul e no setor Norte do Campus de Manaus, a construção do prédio do Museu Amazônico no Campus Universitário de Manaus, a edificação de prédios administrativos e de sala de aulas e laboratórios nos Campi do interior; a melhoria das instalações já implantadas, as redes de energia, água, telefone e internet.

Ainda com pensamento sobre o Reuni o referido professor também coloca os **pontos negativos**, tais como:

---

<sup>25</sup> (Noronha, ADUA, UFAM). (Disponível em: <<http://www.adua.org.br/noticias.php?cod=866>> acessado em 09 mar. 2014).

- 1) Esvaziamento das decisões colegiadas pois houve a centralização das decisões quando foi criado o Comitê Gestor, que é uma instância que não existe na estrutura organizacional da Ufam;
- 2) Decisões são tomadas pelas administrações sem que haja participação da comunidade universitária;
- 3) As metas não foram cumpridas e o PDI 2006 – 2015 está em sua etapa final;
- 4) A capacidade de trabalho dos docentes e técnico-administrativos da Instituição está em seu limite, havendo impossibilidade de responder a problemas de gestão e
- 5) aumento de trabalhadores terceirizados o que mostra a precarização do trabalho; (Noronha, ADUA, UFAM)

Ainda na mesma fala o professor ressalta em sua análise que

Talvez sobrevivendo com o REUNI tenha sido a assimilação pela comunidade universitária do princípio da produtividade e da competição como diretrizes de suas atividades. Tornou-se evidente que o principal valor simbólico adotado entre os membros da comunidade acadêmica, entre nós, passou a ser a carteira contabilizando o número de turmas, número de orientandos, número de publicações, número de projetos de extensão, projetos aprovados pelo CNPq, CAPES ou FAPESP (Idem, Ibidem).

Dialogando com a professora Arminda Mourão<sup>26</sup> sobre essa colocação, ela se manifesta dizendo:

[...] não concordo com essa colocação. Eu, por exemplo, ainda estou na Universidade por defender uma Instituição Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente referenciada. Para que a Universidade seja Universidade, é preciso que tenha Mestrado e Doutorado. Não ganhamos a mais em ser professor da Graduação, em ter projetos, muitas vezes trabalhamos com extensão para subsidiar as ações que implementamos. Trabalhar somente o ensino pode ser uma saída, mas não é uma boa saída política. Por isso eu pergunto: como sair do produtivismo?

Ainda nos referindo aos resultados aferidos no Município com a fixação da Ufam, no ano de 2000 a população era de 23.813 habitantes. Em 2010 passou a ser de 33.411, sendo registrado o índice de aumento de 10,99% em 2006-2007, ano do início das atividades do INC. O que gerou aumento de consumo setores da economia. Conforme observamos, este aumento populacional também se reflete na demanda dos serviços prestados pelo Estado como: Educação, Saúde e demais necessidades básicas.

No anseio para manter a concorrência, este mercado exige cada vez mais melhoria da oferta de produtos e serviços buscando assim a qualificação de mão de obra, que em parte é responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

---

<sup>26</sup> Conversa informal no PPGE/FACED/UFAM /2015

Diante desta transformação consideramos este dado importante, pois as atividades do município cresceram, e o aumento da densidade demográfica faz com que haja pressão da comunidade, buscando melhores condições de vida e de trabalho.

O programa de saúde tem buscado atrair profissionais para atender a demanda com a contratação de médicos, enfermeiros e técnicos em saúde, inclusive a contratação de médicos estrangeiros através do “Programa mais Médicos”. Porém, a Ufam periodicamente leva alunos finalistas na graduação de medicina de Manaus para o campus, via internato rural. A Ufam está envolvida diretamente na divulgação e conscientização de alguns programas em saúde à coletividade, tais como, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, noções de higiene, preservação do meio ambiente, etc.

**Tabela: 5 Alunos Egressos do INC/Ufam**

<b>Demonstrativo dos resultados após fixação da Ufam em Benjamin Constant a partir de 2006</b>					
<b>Cursos</b>	<b>Alunos Egressos</b>				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Total</b>
Antropologia	10	16	17	13	56
Administração	16	20	22	16	74
Ciências Agrárias e Meio Ambiente	-	7	17	14	38
Ciências – Biológicas e Químicas	-	17	22	14	53
Licenciatura em Pedagogia	21	24	41	29	115
Licenciatura em Letras	17	18	27	16	78

**Fonte:** PROEG/UFAM (2010-2013)

A tabela 5 mostra os alunos egressos desde a primeira turma que iniciou 2006, os dados referem-se ao período normal de 4 anos de 2010 a 2013. Os dados são preocupantes, pois o número de alunos graduandos é muito baixo. Em 2010 o maior percentual de formação é 42% no Curso de Pedagogia e o menor percentual registra-se no curso de Antropologia com 20%. Considerando o ingresso de 50 alunos por curso. Há uma oscilação no decorrer dos dados analisados no período. No total de alunos egressos o máximo atingido foi de 58% no curso de Licenciatura em Pedagogia, seguido do curso de Licenciatura em Letras com o percentual de 39% predominando as Licenciaturas cujo mercado de trabalho reforça a demanda por profissionais desta área na rede pública e particular.

No Município de Benjamin Constant se ainda se destaca um grande número de atividades no comércio de produtos e serviços, através do trabalho informal o que não requer

necessariamente mão de obra qualificada “é o aprender fazendo ou imitando o outro”<sup>27</sup> antes da Administração Científica – Taylorismo Chiavenato, (2006). Embora o trabalho formal exige requisitos mínimos para o exercício da função, as regras da economia é dominante e vai causando ajuste através da qualificação de mão de obra. Nesta questão a Ufam proporcionou, até outubro de 2014, conforme Relatório da Coordenação de Administração - CADM (2011-2014), o número de 114 (cento e quatorze) empregos diretos formais através de concurso público além de indiretos. Embora não represente muito se comparado com o número de habitantes, se registra o aumento do consumo considerando o atendimento das necessidades básicas também para suas famílias.

---

<sup>27</sup> Modus Operandus no início da expansão da Revolução Industrial

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as informações assim diz o Relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenação Administrativa no quadriênio 2011-2014, consoante as diretrizes básicas da Ufam: Ensino, Pesquisa e Extensão:

As dificuldades enfrentadas pela Instituição durante o quadriênio, nas oportunidades em que ocorreram inclusive nas licitações, não impediram o desenvolvimento em termo quantitativo e qualitativo revelado pelo desempenho satisfatório das metas estabelecidas e avanços demonstrados em muitos segmentos da Instituição e na avaliação externa à que se submeteu, embora o INC apresente um quadro de servidores insuficiente, mas que todos dão sua parcela de contribuição, somando para o crescimento e desenvolvimento da Instituição (CADM 2011-2014, p. 16).

Diante da análise e respeitando a percepção que espelha os fatos, o objetivo do Reuni ainda não atingiu suas metas propostas quando de sua implantação. O fato de enfrentar inúmeras dificuldades não o isenta do não cumprimento da promessa. Apontar os equívocos é tarefa fácil, porém, como explicar que o Reuni no campus da Ufam em Benjamin Constant ainda não cumpriu sua meta, se a mídia continua alimentando o crescente número de bolsas para instituições particulares e na avaliação do Enade<sup>28</sup> 2014 alguns cursos da Ufam receberam conceito insatisfatório. Contudo, há de se reconhecer que o processo de interiorização na Amazônia brasileira constitui uma possibilidade ao desenvolvimento econômico da sede bem como, da cientificidade dos processos produtivos.

Tratamos aqui da Educação Superior e, por força da base científica, buscamos informações na primeira década do século XXI, analisamos no presente as políticas públicas do ensino superior, especificamente o Reuni desde sua implantação, e consideramos que: a prioridade na educação com qualidade jamais foi objeto de preocupação prioritária pelos governos, conforme afirmamos anteriormente. Portanto, verificamos uma defasagem de tempo e espaço principalmente no ensino de graduação, ainda visto como mazela de outros governos.

Por outro lado, amparado nas contradições, a criação dos campi promoveu a oportunidade de pelo menos um ensino de graduação para população carente e distante dos grandes centros. Porém a qualidade deixa a desejar, por uma decisão que embora tenha sido produto de consulta, não levou em consideração os impedimentos regionais. Porém, de uma forma ou de outra tem contribuído pelo aumento do IDH do Município de Benjamin Constant e modificado o panorama educacional e social.

---

<sup>28</sup> ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que integra o Sinaes, tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

Insistimos em dizer que a educação será sempre um instrumento para socialização dos povos, e constitui a história da evolução humana. Nesta atualidade que se revela ainda mais flexível diante das novas políticas que envolvem o gerenciamento dos métodos e dos recursos dos meios de produção. Esta flexibilidade é um resultado da força que o sistema econômico exerce de forma imperativa sobre os demais. Nosso estudo revela este ajuste que se deu na metodologia e na estrutura da Educação Superior que nos levou até o Reuni em Benjamin Constant – AM, numa jornada gratificante de conhecimentos sobre um pedaço da imensa região amazônica.

Finalizamos este estudo afirmando que a fixação da Universidade Federal do Amazonas trouxe expectativa de melhoria no aspecto educacional, econômico e social para o Município de Benjamin Constant.

As perspectivas, os sonhos dos jovens e até das pessoas maduras estão se tornando realidade diante da oportunidade de cursar o ensino superior gratuito. A cultura da sobrevivência do extrativismo está mudando, novas formas de participação do processo produtivo estão se formando. Esperamos, embora as políticas públicas para educação superior vigentes estejam a cada dia sendo mais penalizada pela falta de investimento, que o Reuni atenda seus objetivos ainda pendentes, no menor espaço de tempo, mesmo sabendo que trata-se de uma utopia.

## REFERÊNCIAS

A CRITICA. **Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços**. publicação em 20 de setembro de 2013.

ALMEIDA, C. A. G. de. **A “Política Nacional de Capacitação dos Servidores”: Possível instrumento de Gestão Empresarial nas instituições Federais do Ensino Superior?** Dissertação de Mestrado. Pontífice Universidade Católica – PUC, São Paulo 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo. Ed. da Unicamp: Cortez, 1995. In: **Século XXI Nova Era da precarização estrutural do Trabalho. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>> Acesso em 01 dez.2014.

ARAÚJO P. J. **Taxa de desemprego média anual (IBGE)**. 1994/2002: 12,6%; 2003/2013, 5,4% (2010). Disponível em: <[www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=261](http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=261)> Acessado em 01. mar. 2014.

ARNS, P.E.: **Brasil: nunca mais**; Rio de Janeiro, Vozes, 1985.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013 – **perfil do município de Benjamin Constant, AM**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil\\_print/benjamin\\_constant\\_am](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/benjamin_constant_am)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BATISTA, D. **Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2 ed. Manaus: Valer, Edua, INPA, 2007.

BATTISTUS, C.T.;LIMBERGER,C.;CASTANHA, A.P. **Estado Militar e as Reformas Educacionais**. Projeto Saber in Revista Educare et Educare ISSN 1981-4712 - ISSN 1809-5208 Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <[revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1038](http://revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1038)>. Acesso em 03 jun. 2015

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**, Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2000.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. 2. ed. Revisada. Manaus: Edua, 2010.

BOTTOMORE, T.; HARRIS, L.; K., Ralph Miliband. **Dicionário do pensamento Marxista**. Waltensir Dutra (Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BRAGA, R. **As reformas universitárias no Brasil: uma análise crítica, histórico-prospectiva**. Canoas: ed. Ulbra, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 19.851/31. Estatuto das Universidades ou Lei Francisco Campos**. Disponível em: <[www2.camara.gov.br/.../decreto-19851-11-abril-1931-505837](http://www2.camara.gov.br/.../decreto-19851-11-abril-1931-505837)>. Acesso em 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_.**Lei 4.069A/62. Presidência da República Criação da Fundação do Estado do**

**Amazonas.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.540/68.** Presidência da República. **A Reforma do Ensino Superior**

Disponível:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm)[presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68)>. Acesso em 14.jun.2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.449/68.** Presidência da República. **Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios (Art. I, inciso I).** Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15. jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.683/79.** Presidência da República. **Concede Anistia.** (Art.1º). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em 12. jun.15.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.112/90.** Presidência da República. **Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e legislação correlata** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/11/nova-atualizacao-da-lei-8-112-90-annotada-ja-esta-disponivel>>. Acesso em: 17 jul. 2015

\_\_\_\_\_. **Lei 8.666/93.** Presidência da República. **Licitações e Contratos da Administração Pública.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2015

\_\_\_\_\_. **LDB/MEC. Lei 9094/96 Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Nacional.** Disponível em: <[portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/idb/pdf.](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/idb/pdf.)> Acesso em 10 jun. 2014

\_\_\_\_\_. **PNE/MEC Lei 10.172/01 - Plano Nacional para Educação 2000-2010.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)> Acesso em 15 jul.2015

\_\_\_\_\_. **Lei 10.468/02.** Presidência da República. **Nova denominação Universidade Federal do Amazonas.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)> Acesso em 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.096/05.** Ministério da Educação e Cultura. **ProUni – institui Bolsa Permanência – Programa de Educação Tutorial – PET, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação.** Disponível em: <<http://www.permanencia.mec.gov.br>> Acessado em 12 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.096/07.** Presidência da República. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)> Acesso em 12 jul.2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.096/07** Presidência da República. **REUNI – diretrizes gerais 3.2.1.** Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007.../2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2007/decreto/d6096.htm)> Acesso em 13 jul.15

BREITBACH, Á. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegrified Emanuel Hauser. 1988, p. 96.

BRITO, R. M. Archivos da Universidade de Manaus, anno IV, Jul a Dez. de 1914, n. III. In **Da Escola universitária livre de Manáos a Universidade Federal do Amazonas**. Manaus, Edua, 2004. apud Brito, 2004, p.16).

CALDAS, A. **Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004

CARDOSO, M.L. **Ideologia do Desenvolvimento no Brasil: JK-JQ**, Ed. Paz e Terra, 1978.in Florestan Fernandes: A criação de uma problemática – Estudos Avançados 10(26),1996 p. 89-127

CHIAVENATO, I. **Teorias da Administração**, São Paulo, Ed. Saraiva, 2006

CUNHA, L. A. **A Universidade temporã**. São Paulo: Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_.**A Universidade reformada**. São Paulo: Unesp, 1988.

DIAS, A.L.B. COELHO, M.S.C. SANTOS, F.A.F - **Extensão Do Saber Numa Universidade Amazônica**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/viewFile/1807-0221.2014v11n17p1/27844>> Acesso em 19.04.2015

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**, Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

FERREIRA JUNIOR, A; BITTAR, M. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci**. Revista Interface, São Carlos. 2008, v. 12 no. 26 jul/sep. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo./32832008000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>>. Acesso em: 28 set. 2014.

FERREIRA, S. M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas a República Velha: 1889 – 1914**. Manaus: Edua. 2007, p 228.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007

FIGUEIREDO, A. N. **História do Amazonas**. Manaus: Valer, 2011. p. 192.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história**. REVISTA DA UFG - Tema ensino superior. Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005.

FLORIANO, J. **Grande Enciclopédia do Amazônia – Vol I A-B AMEL – Amazônia Editora Ltda 1967**

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde 2006. **Projeto Zona Franca Verde – Alto Solimões.** Marco jurídico-institucional, medidas mitigatórias e estratégia de participação e desenvolvimento para os povos indígenas. (IPP - Bird OD 4.20), disponível em <[http://www.ciama.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/marco\\_juridico\\_IPP.pdf](http://www.ciama.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/marco_juridico_IPP.pdf)> Acesso em 14.05.2015

FURLAN, A. **Regiões geoeconômicas: Divisão do Brasil por critérios econômicos 2007.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/regioes-geoeconomicas-divisao-do-brasil-por-criterios-economicos.htm>>. Acesso em: 14 dez.2014.

GARCIA, E. **O Amazonas em três momentos: Colônia, Império e República.** Manaus: Norma Ed. 2009.

\_\_\_\_\_. **Amazonas, Notícias da História: Período Colonial.** Manaus: Norma Ed. 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume. (Coleção Geografia e Adjacências). 2005, p.252.

HYGEIA - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde 8(14): 157 - 167, Junho/2012 página 160. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>> (PEITER, BARCELLO et al 2006)

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** Instituto Antônio Houaiss. 2. ed. rev. e a um – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). **Censo Demográfico 1991. Contagem Populacional.** Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260](http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260)>. Acesso em 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_.2001. **Regiões de Influências nas cidades.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm)> Acesso 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_.2010. **Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional e Censo Demográfico.** Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260](http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260)>. Acesso em 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_.2010 **Mapa dos Municípios do Estado do Amazonas.** Disponível em IBGE 2010 <[www.google.com.br/search/municipios+do+amazonas/mapas-dos-estados-brasileiros](http://www.google.com.br/search/municipios+do+amazonas/mapas-dos-estados-brasileiros)>

\_\_\_\_\_.2012 **Censo Demográfico 2010 Contagem Populacional** Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260](http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=130260)>.Acesso em 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. 2014 **Histórico Benjamin Constant Amazonas – AM.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130060&search=amazonas|benjamin-constant|infograficos:-historico>

\_\_\_\_\_.2015 **Censo Demográfico 2014 Contagem Populacional** disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_.2015**Amazonas Benjamin Histórico.** Disponível em  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130060&search=>>.  
Acesso em 25 mai. 2015

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal, disponível em:  
<[www.idam.am.gov.br](http://www.idam.am.gov.br)>. Acesso em 10 jul. 2014.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -  
**Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**  
(Inep). Ano 2006, p. 30.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: 2009, p. 377-471 **Brasil: Divisão  
Regional de Pedro Pinchas.** Disponível em:  
<[www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

\_\_\_\_\_.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. **Políticas sociais.  
Acompanhamento e análises. Cultura.** p. 61-65. ISSN 1518-428. Volume 7.

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. **Estudo anátomo-histológico da  
madeira açacu visando o seu aproveitamento para a fabricação de celulose. 1958.**  
Disponível em: < [www.worldcat.org/.../estudo...madeira.../709335461](http://www.worldcat.org/.../estudo...madeira.../709335461)>. Acesso em: 13. jun.  
2015.

JESUS, B. **Ensino Superior no Brasil: Internacionalização hoje e os acordos MEC-USAID.**  
2014. Disponível em: <<http://www.seminarioeggen.ufc.br>>. Acesso em: 03. jun. 2015.

JOBIM, A. **Panoramas Amazônicos. Vol. VI - Benjamin Constant.** Manaus: Moura  
Tipografia Fênix, 1943.

KERBAUY, M. T. M.; **Aula 4 – Indicadores 2008.** FCL/UNESP. Disponível em:  
<<http://www.emgovernancaegestao.files.wordpress.com/.../curso-aula-4-indicadores.ppt>>.  
Acesso em: 14 dez. 2014.

KOSIK, K. **A Dialética do Concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LIMA, H. N; MELLO, J. W. V.; SCHAEFER, C. G.R.; KER, J. C.; LIMA, A.M. N.  
**Mineralogia e química de têsolos de uma topossequencia da bacia sedimentar do Alto  
Solimões, Amazônia Ocidental.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, vol. 30. nº. 1 Viçosa  
Jan/jun 2006.

LIMA, A. **Só a Educação transforma os povos.** Manaus; Valer, 2005.

MAPA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em:  
<[https://www.google.com.br/search?q=mapa-do-amazonas-para-imprimir-e.html&biw=1138&bih=524&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAYQ\\_AUoAWoVChMIsryQjafxxgIVBX-QCh1OgA9y#imgrc=-liHtCmc9qOj0M%3A](https://www.google.com.br/search?q=mapa-do-amazonas-para-imprimir-e.html&biw=1138&bih=524&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAYQ_AUoAWoVChMIsryQjafxxgIVBX-QCh1OgA9y#imgrc=-liHtCmc9qOj0M%3A)>. Acesso em: 11 abr.2015.

MARX, K. **O Capital (1967)** Capítulo I. in Melo, G. M. C. **Teorias Marxistas sobre o  
Capitalismo Contemporâneo.** Tese apresentada na ao Programa de Pós-graduação em  
Sociologia Universidade de São Paulo 2012, p. 121- 221, Disponível em:

<[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012.../pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012.../pt-br.php)> Acesso em: 22 nov. 2014.

Ministério do Meio Ambiente – MMA: **Biodiversidade Brasileira**. Brasília 2002. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/Bio5.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Bio5.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MOURÃO; ALMEIDA, **Reforma do Ensino Superior Brasileiro – Amazônida**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - EDUA ano 11, n°. 1 jan./jun.2006.

\_\_\_\_\_. **Demissão Voluntária: do sonho de ser empreendedor à realidade do desemprego**. 1977. Manaus: Edua, 2005.

MOURÃO, A. R. B.; OLIVEIRA, S.S.B de **A industrialização do estado do Amazonas**. Selma Suely Baçal de, (Org). In: Trabalho, Educação, Empregabilidade Gênero. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**, Ano: 1998 p. 41-43, Publisher Brasil, 1998) Disponível em: <[www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html](http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html): Acesso em: 20 ago. 2014.

NORONHA, N. **Diretor do ICHL analisa aplicação do Reuni na Ufam**. Entrevista concedida a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas., disponível em: Disponível em: <<http://www.ada.org.br/noticias.php?cod=866>> Acessado em: 09 mar. 2014.

O ESTADÃO, 24. mar. 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=261>>. Acesso em: 01.03.2014.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma região**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAUL, J. B. da S.; **Dissertação apresentada sobre a recriação do universo goiano por Carmo Bernardes nos contos de a ressurreição de um caçador de gatos**. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. 2008. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/392/2/19447\\_ulfl057016\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/392/2/19447_ulfl057016_tm.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2014.

PDE/MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação. 2000-2010**. As metas do atual Plano Nacional de Educação estão longe de ser cumpridas. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/pne-plano-nacional-de-educacao-537431.shtml>> Acesso em: 11 dez. 2014.

PPA - Plano Plurianual 2012-2015. **“Mais Brasil 2012-2015”**. Disponível em: <<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/>> Acesso em: 13 jun. 2015

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - 2015. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PMBC - Prefeitura Municipal de Benjamin Constant (AM) **Plano Plurianual (PPA 2010-2013)**. Disponível em: <<http://www.transparenciamunicipalam.com.br/benjaminconstant/...%20PPA%202009.>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant – Listagem do Cadastro Geral Mercantil – 2011**, PMBC.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual (PPA 2014-2017)**: Disponível em: <[www.diariomunicipal.com.br/aam/materia/1183528.>](http://www.diariomunicipal.com.br/aam/materia/1183528.>) Acessado em 30 nov.2014.

SEPLAN (AM). Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (2009/2012) **Perfil Econômico dos Municípios do Amazonas, Manaus-AM**

\_\_\_\_\_. **Relatório do Perfil Econômico dos Municípios do Amazonas (2009/2012)**. 1ª. sub-região – Benjamin Constant. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil\\_print/benjamin\\_constant\\_am.>](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/benjamin_constant_am.>). Acesso em: 22 nov. 2014.

REIS, A. C. F. **A terra e o homem nos trópicos** – Governo do Estado do Amazonas – Manaus 1965.

ROQUE, C. **Grande Enciclopédia do Amazônia**. Vol. I, A-B. AMEL, Amazônia Editora. 1967.

ROSAS, P. **Para compreender a Educação Superior Brasileira**- São Paulo; Paz e Terra, 1992.

RUY, M. B; E. C. Duarte; Tauil, Pedro L. **Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 2011, Disponível em: <[revistapesquisa.fapesp.br/.../pesquisadores-mapeiam-epidemia-de-malaria.>](http://revistapesquisa.fapesp.br/.../pesquisadores-mapeiam-epidemia-de-malaria.>). 6 jul. 2012. Acesso em 25 abr.2015.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 2004.

SANTOS, F. S. dos; COMAR, S. R. **As contribuições do pensamento de Marx, Engels e Gramsci para formação humana o contexto do modo de produção capitalista**. UFSC 2006, Disponível em: <[>www.periodicos.unesc.net/index.php/criedu/article/view\\_file/1179/1141<](http://www.periodicos.unesc.net/index.php/criedu/article/view_file/1179/1141)> Acesso em: 19 ago. 2014.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**" São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo Hucitec, 1996.

Santos, B. de S. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Barreira, César (Ed.), *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006.

SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. in **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: < [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com)> Acesso em: 16 jul. 2014.

SILVA. J. C. L da. **História Econômica da Região Norte: do Século XX aos Dias Atuais**. UNESP 2013. Disponível em: <<http://www.brasilescola.com/brasil/história-economica-região-norte-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>> Acesso em: 14 nov. 2014.

SILVA. F. L. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública 2001**. Estudos Avançados. Vol. 15 nº. 42 São Paulo Mai/Ago. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200015>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SILVA. O. R. M. **Políticas públicas em Governador Valadares: uma revisão sobre o tema no período de 1940-1970**. Publicado em: 29 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaifpsr.com/>> Acesso em 14 nov. 2014.

SOUZA, M. **História da Amazônia**. Manaus: Ed. Valer, 2009. p. 65 – 167.

TAUIL, P.; Deane, L.; Sabroza, P.; Ribeiro, C. **A malária no Brasil**. Cad. Saúde Pública vol.1 nº. 1. Rio de Janeiro. publicado Jan./Mar. 1985. *On-line version*. ISSN 1678-4464. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1985000100009>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

TEIXEIRA, C. **Servidão humana na selva, o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Ed. Valer/ EDUA, 2009.

UFAM/INC Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Natureza e Cultura – Campus Benjamin Constant. **Relatório da Coordenação Administrativa CADM- quadriênio 2011/2014**.

\_\_\_\_\_. **Relatório do perfil socioeconômico dos discentes em 2014**.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. **Portaria 387/2007**, de 26 de fevereiro de 2007.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Gabinete do reitor. **Portaria nº 1.200** de 26 de agosto de 2005.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. **Portaria 598/2010** de 17 de março de 2010.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. **Portaria 389/2013** de 09 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Graduação. Tabela 5 – Alunos Egressos do INC/Ufam. "ycrenovato" [ycrenovato@Ufam.edu.br](mailto:ycrenovato@Ufam.edu.br). Recebido em: 18 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Graduação. **Ufam Multicampi 2007**. Disponível em: <[www.Ufam.edu.br/index.php/unidades-academicas/](http://www.Ufam.edu.br/index.php/unidades-academicas/)> Acesso em: 01 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Universidade Federal do Amazonas. Lei nº. 4.069-A, de 12 de jun. de 1962**, Disponível em: <<http://www.Ufam.edu.br/index.php/informacoes-sobre-a-Ufam>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização. **Ofício 2921/2006 MEC/SESu/DEDES**, de 28 de abr. 2006, p. 26.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização. **Ofício Nº 260/2005**.

\_\_\_\_\_. **Relatório Criação – Resumo histórico da Criação e Implantação dos Campis no interior do Estado – Unidade de Benjamin Constant. Vol. 1.**

\_\_\_\_\_. Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento institucional. **Ofício Nº 037/2005**

UFG - Universidade Federal de Goiás: **Revista da UFG Ano VII, n.2, dez 2005.**

Universidade Federal do Pará Ufpa. **Jornal Eletrônico - Multicampi – Processo de Interiorização**. Disponível em:

<[http:// multicampi.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=48](http://multicampi.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=48)>  
Acessado em: 31 jan. 2014.

## OBRAS CONSULTADAS

A CRITICA. publicação em 09 de junho de 2013.

ALMEIDA, A.W. B.; CARVALHO, G. (orgs.). **Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Federação de Órgãos pra Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório Comova/UFPA, 2009.

ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR-10520**: Rio de Janeiro: 2010.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 53. USP; IEA, n. 53, v. 19, jan./abr., 2005 – São Paulo: IEA 1987.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; MATTEUCCI, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13ª. ed. Brasília: Noberto; UnB, 2007. v. 2.

BRASIL/IPEA. **Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2003 Brasília:. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol02.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol02.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2014.

BRITO, R. M **Pesquisa e sua problemática: explicações teóricas**. UFAM.

\_\_\_\_\_ **100 Anos Ufam**. 2ª Ed. Manaus, Edua, 2009.

CASTRO, A. O. **Mito do desenvolvimento econômico**. In: FURTADO, C. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. Planejamento econômico. p. 739-752, dezembro de 1974.

CHAVES, V.L.; J. ARAÚJO, R. Santana.; **Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do REUNI** na Universidade Federal do Pará. **Universidade e Sociedade**, Ano XXI, n. 48, jul. 2011.

COLIN, D.R.A.; **Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. 2008, p.50-53. Disponível em: <[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/17500/Texto20final20tese\\_corrigido.pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/17500/Texto20final20tese_corrigido.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19 nov.2014.

DEL PRIORE, M.; GOMES, F. (orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, histórias e margens**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2003.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5a. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA, A.R. **Viagem filosófica**. Manaus: Valer, 2008, p.334.

GARCIA, E. **Amazonas, Notícias da História: Período Colonial**. Manaus: Norma Ed, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2005.

GUEDES, M. L.; ÁRTICO, Durval. **Dicionário Crítico de Sociologia**. R. Boudon & F.Bourricaud: Ática, 1993.

KIM, D. (Trad.). **O Livro da Filosofia** – São Paulo: Globo. 2011, 352p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**, 1857 PEREIRA, J.M. Manual da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDINA, E. **Ação benéfica Alto Solimões**: Suframa compõe articulação multi-institucional na região. **SUFRAMAHOJE**. Manaus: Suframa, ano XI, n. 54, p. 18–19, agosto, 2011.

MELO, G.M.C. **Teorias Marxistas sobre o Capitalismo Contemporâneo**. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Sociologia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 121-221. 324.

MESQUITA, F. Servidores da Funai morreram ao tentar contato com índios isolados na Amazônia. **A CRÍTICA**. Manaus, 28 jun. 2013. Amazônia, Caderno Destaque. Disponível em: <[http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Vale-Javari-Luta-isolamento\\_0\\_934106609.html](http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Vale-Javari-Luta-isolamento_0_934106609.html)>. Acesso em: 14 out. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio do Conhecimento**. 3a. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_ & DESLANDES, S.F. (orgs), R.GOMES **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31a. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

PÉRICLES, C. **Com migração agrícola, Norte é região onde população mais cresce no país, mostra IBGE**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/com-migracao-agricola-norte-e-regiao-onde-populacao-mais-cresce-no-pais-mostra-ibge.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

PEITER, P. C. et al. **Caderno de Saúde Pública, Situação da Malária na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru**. vol. 29, no. 12, Rio de Janeiro, Dec.2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013001200014,>](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001200014,>) Acesso em: 14. Jan. 2014

RÊGO, Jose Fernandes. **Estado e Políticas Públicas a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luiz: EDUFMA; Rio Branco: UFAC, 2002.

SORIANO, R.R. **Manual de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, G.B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba: FAE. v.5, n.2, p.37-48, maio/agosto 2002. Disponível e: <<http://>

[www.unifae.br/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de.](http://www.unifae.br/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de.)>. Acesso em 30 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Universidade Federal de Minas Gerais – MG, L. Tonelli, **Escolas Médicas**. Boletim 1.623, Ano 34, 29.08.2008. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1623/2.shtml>>. Acesso em 20 mai. 2015

PMBC. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Mapeamento das comunidades Rurais - 2013

SANTOS, F.J. dos. **História Geral da Amazônia**. 3 Ed. – Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2009.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A. de; SILVEIRA, M.L. (org). **A Natureza do Espaço**; São Paulo: Hucitec. 1999

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – Amazonas. 2001 Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am?codUf=4>>. Acesso em 25 mai.2015

SOUZA, I. dos S.; SILVA NETO, A. L.; BENZAKEN, A. S.. Uso de mapas temáticos e promoção da saúde sexual na região do Alto Solimões – Amazonas – Brasil. *HYGEIA*. 8 (14): 157 - 167, 2012.